



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

REBECA DO NASCIMENTO COELHO

CONTEXTOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE
MULHERES: as candidaturas das prefeitas Maria Luiza
Fontenele (1985) e Luizianne Lins (2004)

RECIFE
2014

REBECA DO NASCIMENTO COELHO

CONTEXTOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE
MULHERES: as candidaturas das prefeitas Maria Luiza
Fontenele (1985) e Luizianne Lins (2004)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Zarias

RECIFE
2014

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva CRB4-1291

C672c Coelho, Rebeca do Nascimento.

Contextos de participação política de mulheres : as candidaturas das prefeitas Maria Luiza Fontenelle (1985) e Luizianne Lins (2004) / Rebeca do Nascimento Coelho. – Recife: O autor, 2014.

130 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Zarias.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Sociologia, 2014.

Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Mulheres. 3. Democracia. 4. Participação política. 5. Candidaturas. I. Zarias, Alexandre (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.)
(BCFCH2014-132)

UFPE

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO REBECA DO NASCIMENTO COELHO, DO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para a **Defesa de Dissertação de REBECA DO NASCIMENTO COELHO**, intitulada *“CONTEXTOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES: as candidaturas das prefeitas Maria Luíza Fontenelle (1985) e Luizianne Lins (2004).”* A Comissão foi composta pelos Professores: **Prof. Dr. Alexandre Zarias (Presidente/Orientador)**; **Profa. Dra. Rosane Maria Alencar da Silva (Titular Interna)**; **Profa. Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay (Titular Externo, CCHLA-UFPB)**. Dando início aos trabalhos, o **Prof. Dr. Alexandre Zarias** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra à autora da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa a Comissão Examinadora retirou-se para, em secreto, deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar, o **Prof. Dr. Alexandre Zarias**, presidente da mesa e orientador da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade, com indicação para publicação**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretário do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 25 de agosto de 2014.

Sérgio Marcelo A. B. de Oliveira – Secretário

Prof. Dr. Alexandre Zarias

Profa. Dra. Rosane Maria Alencar da Silva

Profa. Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay

Rebeca do Nascimento Coelho

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa não é um empreendimento individual. Ela necessita do apoio de várias pessoas para o seu desenrolar e finalização. Para a realização desta dissertação foi imprescindível estar ao lado de entes queridos. Gostaria de agradecer à família, em especial a minha mãe, pela força e coragem de enfrentar a vida e que muito me inspira; ao meu pai, pelo incentivo para a continuação dos meus estudos; a minha irmã, pelas longas conversas nos momentos de alegria e tristeza que em muito contribuem para o meu crescimento pessoal; ao companheiro, Dival Aragão, pelo constante apoio durante todo o mestrado. Aos amigos, pela companhia sempre agradável e constante incentivo para a finalização deste trabalho. À Wilson, Mariana e Socorro, por todo o apoio durante minha estadia em Recife.

Ao orientador Prof. Dr. Alexandre Zarias, pelas observações e contribuições pertinentes, sem as quais este trabalho não seria o mesmo. Agradeço também pelo contato, por estar sempre disponível e por ter paciência para lidar com os anseios e dificuldades durante todo o processo da pesquisa.

À Professora Dr^a Danyelle Nilin pelas conversas durante o desenvolvimento do projeto para seleção do Mestrado e pela supervisão do estágio de docência.

Aos funcionários(as) da Biblioteca Pública Menezes Pimentel do Estado do Ceará. Aos bolsistas do LEPEC e LEPEN, que auxiliaram na busca de documentos durante a pesquisa de campo.

Aos funcionários(as) do arquivo da Câmara Municipal de Fortaleza e do Instituto de Pesquisa Américo Barreira.

À Maria Luiza Fontenele e Luizianne Lins que, além de inspiração para a pesquisa, disponibilizaram-se para as entrevistas.

À Capes, pela concessão da bolsa de pesquisa durante o mestrado.

“Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade.”

(Hannah Arendt)

RESUMO

Esta dissertação analisa a participação política de mulheres tendo como contextos as candidaturas de Maria Luiza Fontenele, em 1985, e Luizianne Lins, em 2004, para a Prefeitura de Fortaleza. Os questionamentos orientadores desta dissertação giram em torno de algumas categorias: representação política, gênero, poder, trajetória e contexto. Questiono se mulheres devem representar mulheres, contraponto os dois contextos aqui escolhidos. Reconheço a política institucional como âmbito de disputa de poder segundo a categoria gênero para entender as relações desiguais entre homens e mulheres ali estabelecidas. A categoria contexto permitiu-me comparar essas duas candidaturas ocorridas em momentos históricos e políticos distintos, de forma a amparar as escolhas teóricas e empíricas desta dissertação para compreender a participação das mulheres na vida política institucional. As disputas eleitorais de 1985 e 2004 aqui analisadas são bastante diferenciadas em seus contextos históricos e políticos. Em 1985, tínhamos uma democracia que se iniciava após 21 anos de Regime Militar. Em 2004, temos uma democracia consolidada quanto às garantias eleitorais. Para a análise dessas duas candidaturas foram usadas as seguintes fontes de pesquisa, são elas: os jornais, as entrevistas, os materiais de campanha e os vídeos do horário eleitoral gratuito dos períodos analisados, utilizando como referência os elementos constitutivos de gênero em suas dimensões simbólica, normativa, política, e subjetiva perpassadas por relações de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Representação Política. Mulheres.

ABSTRACT

This dissertation analyses the political participation of women, taking as contexts the candidacies of Maria Luiza Fontenele, in 1985, and Luizianne Lins, in 2004, for the Municipality of Fortaleza. The guiding questions of this dissertation revolve around some categories: political representation, gender, power, history, and context. I question whether women should represent women, opposing the two contexts chosen here. I recognize the institutional policy as part of power struggle according to the gender category to understand the unequal relations between men and women established there. The category 'context' allowed me to compare these two candidacies occurred in different historical and political moments in order to bolster the theoretical and empirical choices of this dissertation to understand the institutional participation of women in political life. The electoral contests of 1985 and 2004 analysed here are very different in their historical and political contexts. In 1985, we had a democracy that began after 21 years of military regime. In 2004, we have a consolidated democracy regarding electoral guarantees. To the analysis of these two candidacies, the following sources were used: newspapers, interviews, campaign materials and videos of the analysed electoral time periods, using as reference the components of gender into its symbolic, normative, political and subjective dimensions, laden with relations of power.

KEYWORDS: Gender. Political Representation. Women.

LISTA DE SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CA	Centro Acadêmico
COM	Centro Popular da Mulher
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DS	Democracia Socialista
EUA	Estados Unidos da América
EMLURB	Empresa Municipal de Limpeza Urbana
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FMC	Fórum das Mulheres Cearenses
IBOPE	Instituto de Opinião Pública e Estatística
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LEPEC	Laboratório de Estudos de Política e Cultura
LEPEM	Laboratório de Estudos de Política, Eleições e Mídia
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PAISM	Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade

PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PRP	Partido Republicano Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UMC	União das Mulheres Cearenses
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 DILEMAS E IMPLICAÇÕES DA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....	20
1.1 A representação política do tipo descritiva	21
1.2 Os riscos e os benefícios da representação descritiva.....	25
1.3 A representação descritiva e a disputa por poder	29
1.4 A constituição da cidadania.....	32
1.5 A constituição das mulheres em sujeito político	34
1.6 Representação política, gênero e poder	36
2 CONTEXTOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES.....	39
2.1 A luta pelo sufrágio feminino no mundo	39
2.2 O movimento sufragista no Brasil: somente a conquista do voto?	41
2.3 Contextos do movimento feminista	44
2.4 Algumas ações no Brasil referentes à participação política de mulheres.....	48
2.5 Política de cotas: compensação histórica ou distribuição de poder?	50
2.6 Teorias acerca da participação política de mulheres	53
3. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS	59
3.1 Caminhos da pesquisa	59
3.2 Instrumentos e fontes de pesquisa.....	61
3.3 A metodologia da pesquisa de gênero: impasses e contribuições.....	63
3.4 A construção do <i>corpus</i> da pesquisa	67
3.4.1 Textos	69
3.4.2 Imagens	71
3.4.3 Vídeos.....	72
4 A CANDIDATURA DE MARIA LUIZA FONTENELE: CONTEXTOS, TRAJETÓRIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	74
4.1 Trajetória e narrativa: histórias de insubordinação	74
4.2 O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).....	77
4.3 União das Mulheres Cearenses (UMC) e o Movimento Feminista Cearense ...	78
4.4 A candidatura de Maria Luiza: possíveis significados.....	81
4.5 Representação política: imagens de um contexto	89
4.6 Elementos analíticos de gênero: símbolos, normas, política e subjetividades... 93	
4.6.1 As charges: exacerbação dos símbolos	95
4.7 Falas de Maria: crítica ao sistema capitalista e à representação política.....	98

5. A CANDIDATURA DE LUIZIANNE LINS: CONTEXTOS, TRAJETÓRIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	100
5.1 Trajetória e narrativa: <i>a guerreira</i>.....	100
5.2 Aspectos da candidatura de Luizianne Lins: percalços, conquistas e significados	102
5.3 Representação política: imagens de um contexto	105
5.4 Elementos analíticos de gênero: símbolos, normas, política e subjetividades.	109
5.4.1 As charges	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação é a participação política de mulheres em dois contextos específicos: as candidaturas à Prefeitura de Fortaleza-Ce de Maria Luiza Fontenele, em 1985, e de Luizianne Lins, em 2004. Problematizo a questão da representação política em relação à participação de mulheres na política institucional nesses dois contextos a partir de três eixos que estruturam esta dissertação: teórico, histórico e outro analítico, que considera essas três dimensões, segundo a trajetória dessas duas mulheres.

Essas dimensões compõem eixos que obedecem a dois movimentos analíticos. Um diacrônico, que permite acompanhar a sucessão dos fatos no tempo. E outro sincrônico, que é capaz de ligar e correlacionar problemas específicos em cada ponto desses eixos, permitindo uma correlação entre teoria, história e trajetórias de vida, o que, no final, delimita o contexto de análise para a compreensão da participação política de mulheres, a partir das candidaturas à prefeitura de Fortaleza por Maria Luiza Fontenele e Luizianne Lins.

A escolha por essas candidaturas deveu-se primeiro ao fato de querer estudar a participação política de mulheres no âmbito institucional a partir da categoria gênero. Instigou-me pensar que minha cidade natal, Fortaleza, apresentava duas prefeitas eleitas em contextos políticos bastante distintos e, ao mesmo tempo, possuem aspectos comuns em suas trajetórias. Houve, então, um interesse teórico nos estudos de gênero que baseou minhas questões propostas para a pesquisa.

Trato especificamente da representação política no seu sentido descritivo, o que, segundo Mansbridge (1999), refere-se ao partilhamento de trajetórias e contextos entre eleitores e eleitos. Dessa forma, mulheres representariam mulheres; negros representariam negros e assim por diante, assumindo uma correspondência entre representante e eleitor que estão em posição de sub-representação política, entendida em relação à presença nos espaços de poder.

Foi escolhido o momento das candidaturas por ser aquele em que os candidatos expõem suas propostas. Poderia, desta forma, verificar a postura tomada por Maria Luiza, em 1985, e Luizianne Lins, em 2004, acerca do eleitorado composto por mulheres. Deste modo, a pergunta de partida seria se mulheres representam mulheres. Estariam elas reconhecendo o pertencimento ao grupo de mulheres? Estariam elas

propondo representá-las? Esse duplo papel pode ser analisado à luz da representação descritiva.

Barreira (1998) compreende as campanhas como momentos de ritos de construção da representação. A autora os entende como elementos de ligação com o cotidiano que expressam e revelam a constituição da vida política. Assim, os ritos são entendidos como “afirmação e negação de valores sociais globais, repetição e criação de outras possibilidades de expressão social e política” (BARREIRA, 1998, p. 34). As campanhas são, portanto, momentos de constituição de ritos. Constituem o tempo das escolhas, das disputas e dos conflitos entre a garantia de legitimidade e representação. Afirma a autora: “[...] uma campanha política pode ser percebida como um ritual de construção da representação envolvendo a apresentação de princípios e personagens capazes de encarnar os ideais de uma comunicação entre o campo social e o campo político.” (BARREIRA, 1998, p. 39).

O que significaria então a representação de mulheres na política? Para dar conta desses significados, a perspectiva da representação política no sentido descritivo pode oferecer possibilidades úteis de análise. Aliás, o estudo de Barreira (1998) é recorrente nesta dissertação. Não apenas por tratar de representação política e seus símbolos, mas por também analisar a trajetória e candidatura de Maria Luiza. Portanto, a sua utilização deve-se como fonte de elaboração desta dissertação em seus aspectos teóricos e empíricos.

A base teórica da pesquisa são os estudos de gênero, haja vista que estes têm ressaltado os papéis históricos das mulheres e de outros sujeitos invisibilizados. Os estudos de gênero propuseram inicialmente uma história das mulheres, pois até então elas não eram consideradas sujeitos ativos. Desde então, são realizadas pesquisas que demonstraram os diferentes papéis delas nos acontecimentos históricos e, dessa forma, desocultam a hierarquia, a dominação e a discriminação presente nas relações de gênero¹.

A institucionalização desses estudos, no Brasil, introduziu nas ciências humanas pesquisas sobre o trabalho doméstico, violência, sexualidade, movimento feminista, entre outros temas, segundo Heilborn e Sorj (1999). No entanto, existe um número menor de estudos que abordam a inserção de mulheres no âmbito político institucional.

¹ MATOS, Maria I. **Por uma história da mulher**. Bauru: Edusc, 2000.

Costa (1998) ressalta que os trabalhos sobre participação política das mulheres têm sido relegados mesmo ao campo dos estudos de gênero.

Apesar disso, a temática da participação política da mulher é também a área menos desenvolvida dos estudos feministas. Enquanto existem avanços significativos nos estudos sobre as mulheres na produção social, nas questões de saúde, sexualidade, violência, artes e literatura e mesmo na direção da construção de uma teoria feminista, a problemática da participação política da mulher tem ficado relegada a um segundo plano, apresentando-se ainda fragmentada e pouco esclarecedora. Poucos estudiosos têm se dedicado a essa questão, menos ainda no que se refere à participação feminina nas esferas do poder formal (COSTA, 1998, p. 74).

Considerando a participação política de mulheres tema instigante de pesquisa, detive-me nesses dois contextos a fim de revelar questões acerca da seguinte problemática: seriam as mulheres representantes das mulheres na política? As respostas para essa pergunta, que nada tem de simples, podem ser buscadas a partir da análise de como se constituem e se articulam as relações de gênero em diferentes momentos da luta das mulheres por seus direitos no Brasil.

Vale frisar que contexto é tomado nesta dissertação como uma categoria capaz de, ao mesmo tempo, compor o repertório das escolhas teóricas e metodológicas aplicadas para a análise do material empírico que diz respeito às campanhas eleitorais e trajetórias políticas de Maria Luiza e Luiziane Lins.

Os desafios do Poder Executivo

Veremos que Maria Luiza Fontenele e Luizianne Lins têm uma trajetória política expoente, desde a militância estudantil, passando pelo movimento feminista e ingressando na política institucional como deputada e vereadora, respectivamente. Escolhi tratar de suas candidaturas ao cargo de prefeita porque, antes de tudo, foi através dos quais as conheci como personagens políticas da cidade de Fortaleza, mas também por ser o cargo que as une politicamente, pois elas foram as únicas prefeitas até o momento da cidade. É um cargo de maior visibilidade, pois se trata de uma capital de estado, além de apresentar maiores desafios às mulheres para alcançar cargos do executivo.

Ao tratar de mulheres na política, logo é ressaltada na literatura sobre o tema a baixa representação. Ao propor análise sobre candidatas à prefeitura, refiro-me ao âmbito municipal e executivo. O número de mulheres prefeitas ainda é muito baixo no

país. Nas últimas eleições municipais no Brasil, temos as seguintes porcentagens de prefeitas eleitas: em 2004, 7,52%; em 2008, 9,07% e em 2012, 10,95%. Na região Nordeste, temos 10,94%, 12,80% e 14,64%, nos respectivos anos. No Ceará, apresentam-se as seguintes porcentagens: 12,50%, 11,41%, 16,57% nesses mesmos pleitos, respectivamente. Tais números apresentam uma realidade que não difere de outros âmbitos, como veremos no decorrer dos capítulos. Nas últimas eleições no Brasil ao Legislativo municipal, em 2012, a porcentagem de vereadoras eleitas foi de 13,35%; na região Nordeste, 15,55%; no Ceará, 17,02%, ou seja, números melhores do que de prefeitas, como vimos acima².

A disputa eleitoral para uma prefeitura de capital é acirrada. Veremos que tanto em 1985 como em 2004 foi tentado, por parte de opositores, depreciar as imagens de Maria Luiza e Luizianne. É possível identificar que quando as mulheres estão na política, elas não estão no seu *locus* privilegiado, o espaço privado e doméstico. Afirma-se que ela não é capaz de assumir as responsabilidades políticas, de governar e representar a população.

A política institucional ainda é uma seara a ser conquistada pelas mulheres. Os espaços públicos e políticos perfazem a história das mulheres, principalmente em relação ao movimento feminista que vem, desde pelo menos a Revolução Francesa, questionando os direitos estabelecidos aos homens e mulheres, mostrando a falácia da cidadania e do indivíduo universal. É certo que é uma luta porvir e são várias as conquistas ao longo dos séculos e outras tantas por ainda se fazerem presentes.

Da estrutura da dissertação

Três eixos principais nortearam a divisão dos capítulos, que podem ser exemplificados como linhas evolutivas: a primeira referiu-se à linha teórica em que se baseia esta pesquisa; a segunda à linha em que foram ressaltados os contextos históricos referentes à participação política de mulheres e, por último, à própria pesquisa empírica com seus contextos específicos - que se caracteriza por uma metodologia própria - para, em seguida, deter-me na análise das candidaturas de Maria Luzia e Luizianne Lins.

O primeiro capítulo apresenta as categorias elencadas para esta dissertação, abordando estudos clássicos sobre representação política e representação descritiva; a

² Disponível em: <www.cfemea.org.br>. Acesso em: 23 mai. 2014.

categoria analítica gênero proposta por Joan Scott, assim como o poder na perspectiva apresentada por Amy Allen. O tema da representação política e descritiva tem se apresentado controverso, por expor variedades de perspectivas. A categoria gênero passa por um processo evolutivo a partir do contato com diversas concepções teóricas. Scott (1989) defende que a categoria só se apresenta analítica se for além da mera descrição. Poder também passa por diferentes acepções. Allen (2005) tipifica as duas principais como poder-para (*power-to*) e poder-sobre (*power-over*) em que varia de capacidade de realizar algo para dominação, respectivamente.

O segundo capítulo traz o contexto histórico de participação política de mulheres, focando o movimento feminista desde a luta pelo sufrágio em diferentes países, sua evolução no Brasil, também partindo do sufrágio para algumas discussões mais recentes. Além da apresentação de breve quadro sobre estudos acerca da participação política de mulheres. O texto de Araújo (2001) é base para esse quadro, por trazer um panorama em âmbito nacional e internacional.

Em seguida, apresento as perspectivas metodológicas utilizadas, ressaltando a metodologia pertinente aos estudos de gênero e feminista, além de tratar das fontes utilizadas nesta pesquisa, para a compreensão dos contextos analisados. Para a realização do estudo, afora o levantamento bibliográfico e das leituras pertinentes, foi realizada pesquisa nos jornais locais O Povo e Diário do Nordeste no período das candidaturas. Este material está arquivado na Biblioteca Pública do Estado do Ceará Governador Menezes Pimentel. Fora isto, foi realizada uma pesquisa nos acervos do Laboratório de Estudos de Política e Cultura (LEPEC) e Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM), ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC). Também efetivou-se pesquisa no Instituto de Pesquisa Américo Barreira da Câmara Municipal de Fortaleza. Foram efetuadas entrevistas semiestruturadas com Maria Luiza e Luizianne Lins.

Os capítulos quatro e cinco analisam as candidaturas de Maria Luiza e Luizianne Lins a partir das categorias elegidas, quais sejam, gênero, representação descritiva e poder. Composto o quadro analítico, temos ainda a trajetória e os contextos políticos. A candidatura de Maria Luiza acontecia num momento de transição democrática, após 21 anos do Regime Militar iniciado em 1964. Assim, já temos um diferencial em relação a 2004, quando temos uma democracia consolidada acerca das garantias eleitorais. Quanto à participação política de mulheres temos outro, que é a política de cotas implantada por lei desde 1996, o que traz diferentes discussões sobre o tema nos dois

contextos analisados. Como afirmado anteriormente, Maria Luiza e Luizianne apresentam trajetórias políticas em comum. Ambas foram militantes estudantis, envolvidas nos movimentos populares da cidade de Fortaleza, tendo atuado no movimento feminista e candidataram-se à prefeita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas enfrentaram situações distintas em suas campanhas. Busco apresentar quais os usos simbólicos referentes ao feminino se fizeram presentes nessas candidaturas.

Barreira (1998) adverte que pesquisar temas relacionados às candidaturas de mulheres envolve riscos, quais sejam: enveredar pela valorização de características atribuídas ao feminino, corroborando com estereótipos, transformando os elementos positivos, muitas vezes trabalhados nas candidaturas, em aspectos essencializantes da prática política. Ressalta, ainda, que é necessário entender a pluralidade histórica, social e política na qual se encontram as mulheres.

Reconhecendo esses riscos e assumindo o papel ativo das mulheres na história, pretendo realizar, pelo fazer sociológico, além do exercício teórico e analítico, uma prática feminista ao circunscrever historicamente momentos da trajetória política de Maria Luiza e Luiziane Lins.

1 DILEMAS E IMPLICAÇÕES DA REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Este capítulo trata das discussões teóricas que embasam esta dissertação a partir das categorias analíticas elencadas: gênero, poder e representação descritiva. O objetivo desta dissertação é analisar a participação política de mulheres em dois contextos específicos, os anos de 1985 e 2004, em que Maria Luiza Fontenele e Luizianne Lins disputaram as eleições municipais de Fortaleza, respectivamente.

A participação política de mulheres apresenta desafios teóricos e práticos desde pelo menos a Revolução Francesa (1789), quando foram declarados os Direitos dos Homens e do Cidadão. No entanto, as mulheres foram excluídas da égide do indivíduo abstrato universal do republicanismo francês. A justificativa era de que às mulheres cabia o espaço doméstico, o cuidado com o lar, a maternidade, o que impossibilitava, para alguns teóricos franceses, a vida pública para elas. Veremos os principais argumentos utilizados e como as mulheres vêm, desde então, lutando pela participação na vida pública e nos espaços de decisão e poder.

Com a conquista do voto pelas mulheres em vários países e, posteriormente, com a política de cotas por sexo, tem-se discutido a especificidade da participação política das mulheres: seriam elas representantes do eleitorado formado por mulheres? Essa questão é o cerne da representação política em sua acepção descritiva. Para Mansbridge (1999) esse tipo de representação diz respeito ao partilhamento, entre eleitores e eleitos, de experiências e contextos que lhe são comuns.

Podemos perceber essa questão desde o início do movimento sufragista, em que a questão principal era garantir direitos e deveres políticos por meio da conquista do voto e de ser candidata para ter acesso a alguma legitimidade e aos espaços de poder e decisão. Algumas questões específicas já eram discutidas, como a questão do divórcio, que seria garantido por meio de leis, da política. Ou seja, já existiam grupos que reivindicavam que a questão não era somente garantir o voto, mas fazer presentes as questões específicas às mulheres na política.

Os trabalhos de Joan Scott, principalmente o artigo “Gênero uma categoria útil de análise histórica”³, além de outros textos que fundamentam as questões teóricas aqui debatidas. A categoria gênero é base para toda a dissertação, articulando-se às outras (poder e representação política descritiva) para entender os contextos aqui analisados, destacando-se a importância de historicizar a prática e a teoria referentes à participação política das mulheres. A prática aqui se refere aos contextos políticos e históricos estudados, bem como a atuação das mulheres, sobretudo em relação aos movimentos feministas. A teoria refere-se a como foi pensada essa atuação e quais problemas teóricos são postos em relação às mulheres na participação política.

Início pontuando questões principais acerca da representação política e um de seus desdobramentos, a representação descritiva, para analisar quais as suas implicações quando ocorre em contextos específicos, sobretudo de exclusão e discriminação social.

1.1 A representação política do tipo descritiva

Deveriam as mulheres eleitas representar as mulheres eleitoras? A resposta para essa questão pode ser buscada a partir dos sentidos que a categoria representação política assume para a análise da participação das mulheres na esfera política institucional.

Representação política tem sido um tema considerado controverso entre teóricos e pesquisadores na área da ciência política e da sociologia política. Os usos variados do termo levam à interpretações que o consideram elusivo. São muitas as definições e usos ao longo da história. Pitkin (1985)⁴ aborda o tema historicamente e discorre sobre suas variadas concepções. A autora trata desde a origem da palavra aos usos mais recentes. A democracia tem início na Grécia, mas a ideia de representação é um conceito que surgiu na Idade Moderna. Não existia, na Grécia Antiga, uma palavra para designar representação; a democracia era direta. Ressalto que somente fazia parte da política alguns homens com determinadas características; escravos e mulheres eram excluídos.

³ SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Columbia University Press: New York, 1989. Joan Scott é historiadora feminista e professora da Universidade de Princeton, Nova Jersey, referência nos estudos de gênero.

⁴ O livro *The Concept of Representation*, publicado em 1967, é considerado um clássico do tema sobre representação política. A publicação aqui utilizada é: PITKIN, H. **El Concepto de Representación**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

Na Roma Antiga, havia a palavra *representare*, que significa estar presente novamente. Estar presente em sentido não literal. O uso mais próximo do que se entende hoje por representação política surgiu na Inglaterra, nos séculos XIII e XIV, a partir da organização do parlamento composto por membros de sua comunidade que passariam posteriormente a ser considerados representantes. No entanto, a ideia de democracia ou de eleição para a escolha daqueles representantes ainda não estava presente. Pitkin (1985) ressalta que a evolução dos significados de representação política está ligada às Revoluções Francesa e Americana, a partir das quais passou a ser um dos direitos sagrados dos homens. A autora não ressalta o caráter excludente deste direito considerado universal.

As implicações sobre representação política são variadas em definições teóricas e possíveis usos práticos. A autora identifica quatro interpretações: representação formalista; representação simbólica; representação descritiva e representação substantiva. Esta dissertação analisa apenas uma dessas. Destaco a representação descritiva, mas alguns autores usam o termo autorrepresentação. Utilizo o primeiro após perceber algumas confusões de entendimento em relação ao segundo e considerar a concepção de representação descritiva de Mansbridge (1999) pertinente às discussões aqui realizadas. O termo foi cunhado por Griffins e Wollheim (1960) e são empregados por autoras como Pitkin (1985), Mansbridge (1999) e Barreira (1998).

Representação descritiva para Pitkin (1985) baseia-se na semelhança e correspondência entre representantes e eleitores. Alguns teóricos defendem que para haver representação política é preciso perseguir um corpo representativo que alcance a maior semelhança com o povo ou nação. O corpo representativo seria um substituto da nação. Age em nome dela.

Sobre o conceito de representação descritiva, existem diversos posicionamentos. Pitkin (1985) ressalta os principais. A ideia desenvolveu-se a partir da defesa de uma representação proporcional, que consiste na compreensão de que uma Assembleia Legislativa corresponda ao seu eleitorado. Utiliza-se de algumas metáforas para explicar o que seria: um mapa que reflete um território em medidas proporcionais; ou um espelho e a imagem refletida; ou a ideia de essência; ou espírito da nação. Explica a autora:

A representação depende das características do representante, do que é e do que parece ser, em ser algo, antes que fazer algo. O representante não atua por outros, os substitui em virtude de uma correspondência ou conexão entre eles, de uma semelhança ou reflexo. Em termos políticos, o que parece importante é menos o que faz legislativo que sua composição (PITKIN, 1985, p.67).

Estabelecer correspondência entre o eleitorado e seus representantes torna-se mais importante que a própria atuação no Legislativo. Essa vai ser uma das críticas aos defensores da representação descritiva. E uma pergunta permeia o debate: a semelhança com o eleitorado garante uma melhor representação? Alguns estudiosos defendem, incluindo Pitkin (1985), que em alguns contextos específicos, sim. É necessário que haja a proporcionalidade entre os interesses (vozes) de grupos e/ou movimentos sociais para garantir a representação mais satisfatória, principalmente quando sabemos que determinados grupos sociais estão excluídos de processos de cidadania e dos espaços de decisão. Para a autora:

Em contextos em que a finalidade da representação seja facilitar representação sobre algo que não está ausente se faça presente em algum sentido, ainda que seja de maneira literal, então, nos contextos que temos falado aqui, fazer presente consiste na presença de algo que podemos tirar conclusões precisas sobre o representado, a partir do que podemos reconhecer informação sobre o representado, porque o mais importante, é igual ao representado (PITKIN, 1985, p. 89)

A autora considera que esse tipo de representação seja importante em determinados contextos e reconhece que a ideia de representar significando correspondência ou semelhança é antiga; contudo, ressalta o caráter ideal de tal concepção.

Esta perspectiva do governo representativo está intimamente ligada com a ideia da representação como semelhança ou reflexo. Se o governo representativo é um substituto da democracia direta, se o legislativo é um substituto da assembleia de todo o povo, deveria aproximar-se do original quanto fosse possível. Se não podemos ter o ideal, ao menos queremos algo tão próximo a ele como podemos conseguir (PITKIN, 1985, p. 95).

Essa perspectiva da proporção de grupos sociais integrando os governos é justificada quando temos grupos sub-representados, considerando-se as relações desiguais de acesso ao poder.

Nesta dissertação, trato especificamente das mulheres na política, mesma

preocupação de Barreira (1998), mas num sentido mais estrito do que o dessa autora, qual seja: o da representação descritiva. Barreira (1998) reconhece as controvérsias relacionadas à representação política referente à presença dos representantes em nome dos eleitores. Ou seja, o fazer-se presente dos eleitos por uma ausência dos representados. Para ela, a perspectiva formalista, desenvolvida por Hobbes, entre outros teóricos, assume, no estabelecimento de contratos formais, a fórmula para equacionar a problemática da ausência e presença. As eleições seriam, portanto, um dos momentos de consolidar a representação por meio da concessão de autoridade aos representantes. Segundo a autora, no entanto, essa concepção não considera os aspectos simbólicos envolvidos para além dos contratos temporais desenvolvidos. Por compreender a política constituída de ritos, na qual as campanhas eleitorais se constituem a representação, outras concepções fazem-se necessárias.

O importante para Barreira (1998) é entender como se constitui a representação no momento de campanhas eleitorais. Assim, ela afirma:

[...] as fragilidades, dificuldades e paradoxos que aparecem na relação ausente/presente explicitam-se no momento das campanhas. Elas são, por excelência, eventos de legitimação onde são construídos, de modo sempre provisório, os lugares da representação e do representante. (Barreira, 1998, p. 38).

Voltando à questão de início do texto: seriam elas responsáveis por representar parte do eleitorado composto por mulheres? É necessário que as questões específicas referentes às mulheres estejam presentes nos órgãos de poder e decisão e que estas questões sejam colocadas por mulheres?

Para responder a essas questões, recorro ao texto da autora Mansbridge (1999), pois é fundamental para complementar e desenvolver novas interpretações, além do texto de Pitkin (1985), considerado um clássico sobre o tema da representação política. Apesar de Mansbridge (1999) estar tratando da questão no âmbito do Poder Legislativo, tendo em vista que analiso os contextos de candidatura ao Executivo, seus apontamentos são úteis para a discussão aqui presente.

A autora compreende a questão da representação descritiva a partir de contextos específicos referentes a interesses não consolidados. Refere-se não apenas às características descritivas (cor da pele, no caso dos negros e diferença sexual, para as

mulheres), mas à partilha de experiências históricas, sociais e políticas. É o compartilhamento dessas experiências e contextos que caracterizaria a representação descritiva. No caso das mulheres, há uma conjuntura de exclusão compartilhada em várias esferas: mercado de trabalho, da sexualidade, política etc. Também associaram-se na luta em defesa de melhorias em todos esses aspectos. Os espaços de decisão e poder ainda são predominantemente masculinos. As mulheres correspondem hoje a 10,95% das prefeitas no Brasil, 8,77% de deputadas na Câmara dos Deputados e 14,81% das senadoras do país⁵. Nas Forças Armadas, a presença de mulheres é de 5% em relação aos homens. Nas centrais sindicais, as mulheres ocupam 26,2% dos cargos de direção⁶.

Existem argumentos contrários à representação descritiva. Mansbridge (1999) destaca as críticas dos teóricos normativos, que defendem que não há relação entre a identidade dos representantes com seus eleitores e a atuação deles, pois qualquer indivíduo poderia representar outro. Por sua vez, os teóricos empíricos argumentam que ao analisar mulheres legisladoras, estas mesmas não se veem como porta-vozes dos interesses das mulheres. O mesmo aconteceria com os negros. Essas seriam as principais críticas. Além disso, existem implicações ao uso da representação descritiva, que serão discutidas a seguir.

1.2 Os riscos e os benefícios da representação descritiva

Mansbridge (1999) destaca dois tipos de representação descritiva: a microcós mica e a seletiva. A primeira seria baseada numa amostra aleatória do eleitorado para compor o Legislativo. Dessa forma, teria maior representatividade dos diferentes grupos da população geral. No segundo tipo, seriam selecionados os grupos proporcionalmente à população. Diferentes implicações incorrem sobre esses dois tipos. A escolha de um corpo representativo a partir de um sorteio entre a população, o que ocorreria na representação microcós mica, não garante que os mais aptos para o cargo sejam eleitos. Nos sistemas eleitorais atuais presentes nos diferentes países (a autora está abordando os EUA) existem uma profissionalização do político em que são desenvolvidas habilidades e capacidades específicas pelas quais os eleitores guiam-se.

⁵ Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article &id=3491&catid=214&Itemid=147>. Acesso em 06 jul. 2014.

⁶ RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2013.

O sorteio não garantiria essas habilidades profissionais dos representantes.

Se, na probabilidade da escolha dos representantes, os riscos recaíam sobre a competência deles, na seletiva este risco é menor. No entanto, é preciso saber quais grupos devem ser representados. Na escolha desses grupos, ocorre uma questão central para a representação descritiva, o risco do essencialismo: “[...] é a suposição de que os membros de certos grupos têm uma identidade essencial que todos os membros do grupo compartilham e que outros não podem partilhar” (MANSBRIDGE, 1999, p. 637). A questão complexifica-se quando marcadores biológicos, tais como cor da pele e sexo, assumem a identidade dos grupos e aspectos centrais perdem-se historicamente. Qual a saída? A autora recorre à contingência e historicidade para escapar das armadilhas do essencialismo:

As características essencializantes da representação descritiva podem ser atenuadas fortalecendo razões não essencialistas e contingentes para selecionar certos grupos para representação descritiva. Todo o argumento deste artigo é um argumento pela contingência. Construindo o argumento mais geral da representação proporcional de interesses, sublinha os contextos históricos nos quais a representação descritiva é provável de avançar nos interesses substantivos de representação. A representação descritiva aproxima-se mais de ideais normativos quando reflete o interior diverso de qualquer grupo denominado descritivamente. (MANSBRIDGE, 1999, p. 638).

A problemática da contingência é elucidativa, pois analiso dois contextos específicos, as candidaturas de Maria Luiza, em 1985, e de Luizianne, em 2004, o que me permite situar as questões referentes à representação política e gênero nesses dois momentos.

Os riscos do essencialismo incidem sobre a dicotomia igualdade e diferença que permeia as identidades individuais e de grupo que envolvem os movimentos sociais, por exemplo. Para Scott (2005), há três paradoxos que envolvem a questão das identidades individuais e de grupo. Primeiro é necessário reconhecer a contingência da igualdade. Em diferentes momentos, certas características são afirmadas como iguais; em outros, podem haver outras características. “A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (SCOTT, 2005, p. 15). O segundo afirma que identidades de grupo definem indivíduos ao mesmo tempo em que renegam a individualidade. O terceiro ressalta que a reivindicação por igualdade acarreta em aceitação ou não da identidade pela

discriminação que lhe é imposta. Ou seja, as mulheres defendem igualdade perante os homens, mas é a partir da demarcação de mulher que ocorre essa busca; há um marcador da diferença.

Sobre o movimento feminista, Pierucci (1999) ressalta duas fases: a primeira, em que a igualdade era central e lutava-se para afirmar igualdade perante aos homens; no segundo momento, houve ênfase nas diferenças e especificidades entre homens e mulheres que precisavam ser reconhecidas. A busca por uma condição presente a todas as mulheres foi traduzida em palavras como *womanhood* ou *sisterhood*, que seria uma irmandade ou sororidade partilhadas por todas as mulheres. A busca por essa diferenciação sucumbiu na essencialização na busca por uma identidade. Os riscos de essencialização, para Mansbridge (1999) e Scott (2005), só poderão ser mitigados a partir da historicização e reconhecimento das diversidades presentes nos grupos.

Segundo Mansbridge (1999), a exclusão de certos grupos dos espaços políticos institucionais os coloca em uma segunda classe de cidadania. Os que pertencem a esses grupos não estão aptos a governar. Este é o significado social da exclusão para esses grupos. Com a representação descritiva, ocorre o acesso à política institucional. O compartilhamento de contextos excludentes fortalece a comunicação entre representantes e eleitores, e se inicia o processo de mudança daquele significado social. É necessário que se entenda que os grupos descritivos também podem igualmente governar.

A legitimidade de fato é conquistada com a presença dos grupos de baixa representação na política. A luta do movimento sufragista foi caracterizada pela conquista da legitimidade para votar e candidatar-se a cargos públicos. Com essa conquista que as mulheres podem ter seus interesses substantivos representados, este é o ganho da legitimidade de fato. No entanto, com a conquista do voto pelas mulheres em vários países não houve uma ruptura da baixa representatividade. Por isso, na década de 1990, fortalece-se o incentivo às políticas de cotas para as candidaturas políticas.

A partir das considerações de Mansbridge (1999), creio que a representação descritiva para a participação política das mulheres tem dois significados principais: a mudança de significado social, onde as mulheres são capazes de governar e para isso é necessário reconhecer, e aumentar o número de mulheres ocupando cargos políticos. Com essa transformação, as mulheres garantem legitimidade de fato, consolidando direitos específicos.

Os contextos escolhidos para análise, nesta dissertação, são bastante distintos. Em 1985, a candidatura de Maria Luiza Fontenele foi considerada uma “bizarrice” pela revista de circulação nacional *Veja*⁷, pois era uma militante de esquerda, divorciada duas vezes. Ou seja, o que pesava sobre ela eram principalmente os aspectos de sua vida pessoal. A situação referente à participação política para as mulheres em 2004 é distinta para Luizianne Lins. Um marco entre um período e outro é a implementação das políticas de cotas. Ressalto que ambas as prefeitas têm uma trajetória comum de militância estudantil, política ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual se candidataram, além da participação nos movimentos populares e feminista.

Em entrevistas realizadas por mim⁸, ambas as ex-prefeitas foram confrontadas sobre o que consideravam a respeito da representação descritiva em relação às mulheres. Nas falas podemos reconhecer distintos posicionamentos acerca da representação política. Luizianne afirmou:

Eu acho que elas devem representar o mundo e inclusive prioritariamente as próprias mulheres, já que a representação é tão pequena, se quem tiver lá ainda não demarcar espaço, porque ela não tá demarcando só o espaço dela, ela tá demarcando um espaço de todo posicionamento na sociedade, então ela vira de certa forma um símbolo, quantas vezes eu já ouvi que isso me emociona profundamente, uma jovem ou então uma senhora de meia idade me dizer ‘minha filha, eu fico torcendo por você’, ‘eu acho lindo quando você fala’, ‘eu queria ta lá no seu lugar dizendo a mesma coisa’, então esse negócio é muito bacana de você ouvir, entende? (informação verbal)⁹.

O posicionamento de Luizianne reconhece que as mulheres na política devem estar atentas aos interesses das eleitoras e que o seu papel era percebido pelas mulheres da cidade, caracterizando assim a representação descritiva. Maria Luiza assume outra postura sobre a representação descritiva e o papel do movimento feminista.

Então nós achamos que isso deveria ser resultado de um processo de relação entre homens e mulheres, onde as mulheres se qualificariam para ocupar os espaços e não isso ser definido por cotas. Sempre fomos radicalmente contra e daí até hoje como eu dizia a União das Mulheres Cearenses hoje ela é muito mais um espaço de reflexão das questões da mulher por homens e mulheres

⁷ REVISTA VEJA. **Nasce uma estrela**. São Paulo, p. 48, 27 de nov. de 1985.

⁸ A entrevista com Luizianne Lins foi realizada por mim, Genílria Maia e José Sérgio, ambos estudantes de mestrado em Sociologia da UFC e membros do LEPEC (Laboratório de Estudos em Política e Cultura). A entrevista com Maria Luiza foi realizada por mim no dia 16/08/2013 na Universidade Federal do Ceará.

⁹ Entrevista concedida por Luizianne Lins. [jul. 2013]. Entrevistadores: Genílria Maia, José Sérgio Juvêncio e Rebeca do Nascimento. Fortaleza, 2013.

do que aquela entidade constituída majoritariamente de mulheres (informação verbal)¹⁰.

Sobre a solução que traria a política de cotas, ela afirma:

Nem das mulheres, nem dos negros, nem dos pobres. Nós achamos que todos os espaços alcançados devem ser resultados de lutas e, portanto onde haja um processo de relação com os contrários, ou seja, homens e mulheres, brancos e negros, e não por imposição, nós achamos isso uma medida burocrática, né? (informação verbal)¹¹.

Maria Luiza acredita que a conquista por legitimidade e representação é resultado da qualificação das mulheres para a ocupação dos cargos. Todavia, como vimos, há um significado social que deixa claro que mulheres não estão aptas a governar, percebido, por exemplo, na matéria da revista *Veja* de 1985 na qual é retratada. Ela considera que o capitalismo, sistema político em crise, não deixa espaço para a emancipação de homens e mulheres, por isso um movimento apenas de mulheres não resolveria a crise do sistema capitalista.

1.3 A representação descritiva e a disputa por poder

A representação descritiva diz respeito à representação política de determinados grupos da população em cargos eletivos por seus integrantes, por exemplo: mulheres legislarem para mulheres; negros para negros; homossexuais para homossexuais, e assim por diante, ressaltando que esses são grupos ditos minoritários. Entre o representante e os representados existem contextos e experiências partilhados. Para Pierucci (1999), a representação descritiva é derivada do feminismo diferencialista, que dá ênfase às qualidades particulares dos indivíduos e critica o sujeito universal abstrato. Dessa forma:

[...] a representação, para ser legítima, acaba tendo que ser autorrepresentação. Mulher deve votar em mulher, assim como negro deve votar em negro. Quem sabe dos problemas das mulheres são as mulheres. As soluções, portanto, só podem vir das mulheres. E assim por diante (PIERUCCI, 1999, p. 114).

¹⁰ Entrevista concedida por Maria Luiza Fontenele. [ago. 2013]. Entrevistadora: Rebeca do Nascimento Coelho. Fortaleza, 2013.

¹¹ Idem.

Boaventura (2010) ressalta os perigos do que ele considera em relação ao universalismo antidiferencialista e ao universalismo diferencialista. O primeiro recorre à homogeneização das diferenças, que se apresenta sob a ideia de cidadania universal, por exemplo. O segundo exacerba as diferenças a tal ponto de anulá-las. Ele explica: “[...] quer um quer outro processo permitem a aplicação de critérios abstratos de normalização, sempre baseados numa diferença que tem poder social para negar todas as demais ou para as declarar incomparáveis e, portanto, inassimiláveis” (BOAVENTURA, 2010, p. 283). Vimos com Mansbridge (1999) que a saída para escapar ao universalismo ou essencialismo passa pela compreensão dos contextos históricos em que emergem esses tipos de conflitos.

Scott (2005) discute as tensões entre identidade individual e de grupo. Tensão porque a constituição dessas identidades costuma ser polarizada entre indivíduo de um lado e grupo de outro. Com a contingência da igualdade, a luta por direitos sociais e políticos pode se dar por meio da organização de indivíduos em grupos. A concepção universal de igualdade refere-se a certas características em determinados períodos. Na Revolução Francesa, a despeito da Declaração dos Direitos do Homem, as mulheres foram excluídas de certos direitos, principalmente os políticos. Alcançar o indivíduo universal abstrato requer afirmar concomitantemente uma igualdade ao ressaltar a diferença. A autora cita o exemplo da feminista Olympe de Gouges¹² que, apesar de estar buscando igualdade, era a partir do lugar específico de mulher que ela reivindicava direitos políticos.

A democracia representativa baseia-se na representação política dos indivíduos, entendendo que aqueles eleitos podem representar o restante da população. Há os que divergem dessa concepção, considerando que a democracia estará mais fortalecida se os diferentes grupos que compõem a sociedade estejam representados nos cargos políticos. São os defensores da representação proporcional. Dessa forma, estabelece-se uma disputa de poder entre grupos políticos para reivindicar direitos e ações específicas. Às minorias políticas tais como mulheres, negros, homossexuais são atribuídos *status* de minorias no que se refere às qualidades dos grupos do que à quantidade desses grupos na população. Representam diferenças de poder que são, em sua maioria, justificadas biologicamente.

¹² Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze (1748-1793), é considerada por Joan Scott uma primeira feminista. Durante a Revolução Francesa, escreveu diversos textos sobre os direitos da mulher. Foi guilhotinada por sua forte atuação política e girondina frente aos seus opositores revolucionários.

As ações afirmativas surgiram de um processo que visou, inicialmente, compensar grupos sociais excluídos da concepção universal de indivíduo e passa a ser entendida, posteriormente, como distribuição de poder neste processo excludente. Scott (2005) ressalta que as discussões sobre o tema tendem à polarização entre indivíduo e grupo, pois para garantir a participação nas políticas afirmativas é necessária a identificação com segmentos específicos. Este reconhecimento está cercado de tensões que remetem à anulação da individualidade e pertença ao grupo.

A representação descritiva de grupos sociais minoritários expressa relações de poder que, nesta pesquisa, é analisada a partir da categoria gênero, discutida por Scott (1989). Para essa autora, gênero é uma primeira forma de significar as relações de poder ao constituir as relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. A noção de poder aqui é entendida no sentido foucaultiano:

Enfim, precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos 'campos de força' (SCOTT, 1989, p. 20).

Scott (1989) elenca quatro elementos relacionados ao gênero enquanto constituinte das relações sociais oriundas das diferenças sexuais. Primeiro, o simbólico, ou seja, as representações simbólicas acerca das mulheres; segundo, conceitos normativos, que evidenciam as interpretações do sentido dos símbolos; em seguida, o político, atentando-se para os espaços públicos na constituição das relações de poder e de gênero. Por último, a subjetividade, que deve ser levada em consideração. A partir dela é que se pode compreender a maneira como se percebe o mundo e como todos esses quatro elementos estão relacionados.

A distribuição aos recursos simbólicos e materiais é desigual e implica gênero como “[...] concepção e construção do poder em si” (SCOTT, 1989, p. 22). Dessa forma, representação descritiva pode ser pensada como disputa de poder por representações políticas de grupos sociais excluídos que se apresentam desiguais.

Numa outra chave para compreensão dos elementos que dizem respeito à participação política de mulheres, especialmente em campanhas eleitorais, Barreira

(1998) identifica algumas características que auxiliam a análise desses contextos na perspectiva de gênero. Para a autora:

[...] uma *simbologia das candidaturas femininas* [grifo da autora] compreende o conjunto de discursos, emblemas ou símbolos que justificam, enaltecem ou denegam a presença das mulheres na política. Trata-se de uma simbologia que padece da falta de herança – as candidaturas femininas expressam a construção emblemática de uma representação política marcada pelo pioneirismo. (Barreira, 1998, p. 106)

Algumas especificidades caracterizam as candidaturas de mulheres. De acordo com Barreira (1998), elas podem ser as seguintes: 1. mulheres como portadoras de valores universais; 2. inexperiência na política considerada como positiva; 3. capacidade de governar direcionada ao grupo de mulheres e não apenas à candidata; 4. o discurso das candidatas nomeia os eleitores em condições de gênero, classe social ou partidos; 5. são atribuídas às candidatas qualidades próprias ao universo masculino como força, garra, etc.; 6. elas podem vir a ser consideradas porta-vozes de grupos discriminados socialmente; 7. as candidaturas femininas podem assumir o sentido de ruptura ou mudança social.

Podemos perceber, assim que os elementos constituintes das relações de gênero perfazem a travessia das mulheres na política, em especial aqueles que se referem aos símbolos e normas evocados.

1.4 A constituição da cidadania

A constituição de direitos políticos em que está inserida a cidadania circunscreve-se em contextos políticos e sociais. O sistema democrático teve início na Grécia Antiga, sob a forma de democracia direta, mas somente certa parcela da população era considerada cidadã e detinha poder para decidir sobre a pólis. Mulheres, escravos e estrangeiros estavam excluídos dessa condição de cidadania.

Marshal (1967) classifica a cidadania em três grupos de direitos: 1) civis, que tratam da liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e religião e acesso à justiça; 2) políticos, que se referem ao direito de vir a ser uma autoridade política, assim como participar dos processos eleitorais; e 3) sociais, que são os direitos de bem-estar social e

econômico. O acesso a esses direitos não ocorre de forma uniforme nos diversos segmentos da sociedade e em diferentes períodos históricos.

A constituição de uma cidadania universal a ser alcançada por todos não existe na prática. Ela pressupõe um sujeito universal abstrato que se refere ao homem branco. Quem fizer parte de outros grupos está excluído desse processo. Vieira (2001) ressalta que o feminismo critica com o lema “o pessoal é político”, essa noção abstrata e universal, buscando uma cidadania que seja plena e questiona a dicotomia entre público (referente aos homens) e privado (referente às mulheres), tornando o privado também político.

A cidadania, da Grécia à modernidade, baseou-se em uma prática abstrata, na qual as identidades concretas foram, de algum modo, excluídas em nome de uma identidade pública e universal. Em sua crítica, o feminismo propõe a reconstrução da esfera pública de forma a incluir questões privadas e pessoais de interesse das mulheres, contribuindo, assim para publicizar ou politizar questões até então consideradas privadas (VIEIRA, 2001, p. 44).

A crítica feminista não é a única ao modelo de cidadania universal. Vieira (2001) aponta outras: a comunitarista, baseada na identidade comum, solidariedade, participação e integração; a social democrata, que defende expansão de direitos a sujeitos em condições de discriminação, ou seja, direitos são considerados obrigações; a nacionalista, que prioriza para a cidadania a formação da consciência nacional; e a multiculturalista, que reivindica uma cidadania diferenciada baseada na diversidade étnica dos grupos de uma sociedade.

As feministas criticam o sujeito universal abstrato buscando pensar em uma representação em que estejam incluídas as mulheres. Ao defenderem que o pessoal é político trazem reivindicações específicas do âmbito doméstico, demonstrando que também são políticas. Mas como o movimento feminista representa as mulheres? Ou melhor, qual o sujeito do feminismo? Butler (2010) afirma:

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada (BUTLER, 2010, p. 18).

Se num primeiro momento era necessário definir esse sujeito, Butler (2010) ressalta que esse sujeito não pode ser uma única categoria (essa passagem do movimento feminista pode ser percebida através dos estudos que assumiam a palavra mulher para depois utilizar mulheres e, posteriormente, gênero)¹³ estável ou permanente.

O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do 'sujeito' como candidato último à representação, ou mesmo à libertação, como indica que é muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres (BUTLER, 2010, p. 18).

Assumindo que os sujeitos são formados discursivamente, Butler (2010) adverte que o sujeito do feminismo não se produza sob as mesmas instituições políticas excludentes das quais busca emancipação. É necessário reconhecer essas armadilhas, e se não é possível um sujeito universal, também não é possível uma categoria una de mulheres.

1.5 A constituição das mulheres em sujeito político

“A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser fundamentadas no interesse comum” (GOUGES, 1791). Essa frase é o artigo primeiro da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791, escrita por Olympe de Gouges. A Declaração foi apresentada à Assembleia Nacional da França após a publicação de uma outra declaração, a dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, no período da Revolução Francesa. Nela, a autora propõe as mesmas prerrogativas que o primeiro texto de 1789, mas inclui as mulheres, a opressão pela qual são submetidas, reivindicando direitos e deveres políticos iguais aos homens.

Para entender a situação das mulheres no contexto da Revolução Francesa, no qual os direitos políticos ditos universais são consolidados, reporto-me ao livro Palavras

¹³ Para entender os usos da categoria gênero e mulher nos estudos feministas, ver: NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, vol. 8, nº 2, Santa Catarina, p. 8-41, 2000; KOFES, Suely. Categorias Analítica e Empírica: Gênero e Mulher: Disjunções, conjunções e mediações. In: **XVIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)**, Belo Horizonte, 1992; PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (Categoria) Mulher? In: Algranti, Leila Mezan. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, v. 48, p. 7-42.

de Homens (1991), de Elizabeth Badinter. A autora traz textos da Revolução Francesa que tratam da visão dos homens sobre o papel das mulheres na revolução. Os homens mais propensos à inclusão das mulheres na garantia de direitos eram os republicanos, que não acreditavam em uma hierarquia natural entre os homens. Os que se apresentavam mais reticentes eram os monarquistas.

Badinter (1991) destaca dois tipos de mulheres que participaram da Revolução Francesa. Um primeiro que ela considera anônimas, pois há pouco registros sobre elas. Eram as operárias do tecido, lojistas, feirantes etc. O segundo tipo era um número pequeno de mulheres que lutavam por conquista de direitos. A autora cita os nomes de Olympe de Gouges, Théroigne de Méricourt, Claire Lacombe e Etta Palm. Todas foram rechaçadas pelos revolucionários, consideradas loucas, perigosas e pouco respeitáveis.

Havia um pequeno grupo de homens que proclamava nas assembleias em nome das mulheres. Os mais conhecidos eram Condorcet, Pierre Guyomar, Joseph Lequinio. Condorcet preconizava uma educação igual para homens e mulheres. Pierre Guyomar defendia incluir as mulheres na ideia de humanidade. Da mesma forma que não via diferenças entre a cor do escravo legitimar a escravidão, não via como a diferença de sexos deveria interferir na diferença dos direitos. Joseph Lequinio era outro defensor dos direitos das mulheres. Defendia que a instrução era o caminho mais adequado para a emancipação feminina. Foi responsável por decretar a lei do divórcio, que permitia às mulheres desprender-se dos homens, mas a considerava insuficiente e acreditava que a Declaração dos Direitos dos Homens deveria incluir as mulheres.

Os argumentos pelos quais lutavam esses homens esbarravam em outros contundentes na época e ainda presentes na atualidade: as mulheres são intelectualmente inferiores aos homens porque são conduzidas por suas paixões; obedecem aos sentimentos; dependem de seus maridos; podem influenciar perversamente os homens; e, por último, quem cuidará dos filhos e do lar? Ao participar da vida pública, as mulheres estariam trocando seus direitos naturais pelos direitos que caberiam aos homens. Badinter (1991) ressalta que as falas desses homens não geravam grandes discussões nas assembleias e não chegavam a grande maioria das mulheres, as mais intelectualizadas defendiam o que era proposto por Rousseau. De fato, o intelectual que mais adquiriu adeptos entre homens e mulheres foi Rousseau. *Emílio*¹⁴ (1762) remete a

¹⁴ Mary Wollstonecraft, feminista inglesa, realizou uma crítica ao texto de Rousseau, *Emílio*, chamada “A Vindication of the rights of woman (1792) no qual critica os argumentos do autor os quais justificam a

uma nova conjugalidade para a época em que o homem era quem deveria estar no espaço público, enquanto que a mulher, semelhante a uma freira, deveria ficar enclausurada no espaço doméstico.

Sob o pretenso universalismo dos direitos, que colocava o indivíduo masculino, branco e proprietário como representante de todo o gênero humano, especialmente os elementos feminino e negro foram excluídos não só da Declaração, mas do próprio conceito de cidadania, sendo ambas as discriminações baseadas em diferenças de ordem biológica (RUSSO, 1999, p. 30).

As mulheres, com a Revolução Francesa, não foram consideradas indivíduo – o dono de si mesmo e de propriedades –; permaneceram no mesmo *status* da Antiguidade grega. Ainda eram propriedade do pai ou do marido. Essas considerações sobre o papel da mulher na Revolução Francesa indicam percalços os quais impossibilitavam, num plano filosófico e prático, a atuação política de mulheres e indicam algumas razões que justificam até o momento existirem poucas mulheres ocupando cargos políticos, e nos remete às construções do significado social das mulheres na política e sua baixa representatividade.

1.6 Representação política, gênero e poder

Scott (1989) resgata a história dos estudos de gênero que utilizou, inicialmente, o termo mulheres que possuía uma conotação feminista para uma categoria neutra, gênero. Ao assumir esse termo, o feminismo acadêmico atravessou algumas perspectivas teóricas, quais sejam, a do patriarcado, criticado pela autora por universalizar a opressão feminina; a marxista, que coloca o gênero como produto das relações de produção; a psicanalista, por limitar as relações de gênero à família e ao âmbito doméstico. A autora propõe que o uso da categoria analítica permita estabelecer como o gênero organiza as relações humanas e conhecer qual o sentido dado à organização do conhecimento histórico. Dessa forma, as diferenças entre homens e mulheres ocorrem histórica e socialmente; as prerrogativas biológicas para explicar essas diferenças são justificativas falaciosas.

exclusão de direitos das mulheres. Seu texto teve uma tradução livre da feminista brasileira Nísia Floresta intitulada “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens” (1832).

A dimensão histórica e contingente implicada na utilização de gênero como categoria analítica também está presente quando acionamos a noção de representação descritiva para a compreensão da participação política de mulheres nos sentidos atribuídos por Pitkin (1985) e também Mansbridge (1999). Historicamente as mulheres estão fora do âmbito da política como exercício de poder e decisão. Decisão essa que pode incidir sobre seus interesses substantivos. Por isso, questionar se as mulheres, ao adentrar esse espaço, estão conscientes dos significados sociais dessa condição e atentas aos interesses substantivos de suas eleitoras, é fundamental para tratar da participação política de mulheres, entendendo as implicações sociais, históricas e políticas, segundo relações de poder.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1989, p. 27).

A categoria natural ou divina que se pode assumir é aquela da Revolução Francesa, pois o homem era considerado indivíduo que poderia assumir papéis fora de sua natureza. A mulher, pelo contrário, estava demarcada por ela, pelos instintos naturais, pela natureza, pela maternidade. Logo, aquelas que ousaram ainda naquele período questionar tais argumentos foram repreendidas socialmente.

O conceito de poder está relacionado a essa questão, pois estou analisando um espaço predominantemente de poder - a política - concernente às relações de gênero. Os conceitos nas ciências sociais não são unívocos, e assim como as outras categorias aqui analisadas, poder também tem sido conceituado de diversas formas. Allen (2005) traz as principais conceituações, especialmente nos estudos feministas. Há duas formas principais de entender o poder: como poder-sobre (*Power-over*), que é aquele em que alguém que determina o que outro faz. A outra forma é o poder-para (*Power-to*), que refere-se à habilidade ou capacidade para realizar algo. Estas duas maneiras de enxergar o poder foram definidas por diferentes teóricos de diversas maneiras. A primeira foi teorizada por Max Weber, Robert Dahl, Michel Foucault, entre outros; claro que com distintas concepções, mas admitindo que, de alguma forma, o poder se exerce sobre

alguém. A análise de Michel Foucault diferencia-se das demais por considerar que esse exercício não se dá necessariamente em um sentido, mas de forma dispersa entre os membros da sociedade.

Allen (2005) distingue ainda mais duas outras formas relacionadas a essas primeiras, que vão ao encontro dos estudos feministas. Seria o poder entendido como recurso que precisaria ser distribuído igualmente entre homens e mulheres. Esta forma de entender poder é concebida pelas feministas liberais. Entendendo-o desta forma, podemos considerar que a representação descritiva seria uma maneira de distribuir poder entre homens e mulheres. A crítica a esse modelo de distribuição de poder vem da sua teorização como relação de dominação exercida por poucos, portanto, não poderia ser simplesmente distribuída.

Essa questão da distribuição do poder como recurso perpassa a discussão a respeito da conquista de direitos civis e políticos das mulheres. Percebe-se que a sub-representação política das mulheres não foi resolvida ainda hoje na maioria dos países. A partir da década de 1990, com o desenvolvimento das políticas de ações afirmativas, houve a implementação da política de cotas por sexo nas candidaturas, visando modificar esse quadro. No entanto, as cotas vêm esbarrando em uma série de entraves dos próprios sistemas eleitorais, demonstrando que apenas elas, como medida isolada, não resolvem este problema.

* * *

Neste capítulo foram tratadas teoricamente as categorias que compõem o fio condutor das análises a serem desenvolvidas nos capítulos seguintes. Procurou-se nas categorias gênero e representação descritiva um elo para a compreensão da constituição das relações de poder no campo da participação política das mulheres. Esse elo pode ser buscado considerando a contingência e historicidade de todas essas dimensões implicadas neste estudo. O próximo capítulo busca apresentar os contextos históricos da participação política de mulheres, resgatando desde o movimento sufragista, o movimento feminista da década de 1970 à discussão das políticas de cotas por sexo, ressaltando suas contribuições e os obstáculos que vêm enfrentando no Brasil.

2 CONTEXTOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES

Vimos que o tipo de representação política implicado nesta dissertação é o descritivo: diz respeito a grupos sociais específicos e é contingente. Analiso a representação de mulheres que compartilham de contextos e experiências semelhantes em diferentes momentos da história, mas têm em comum a exclusão e a discriminação de direitos políticos e sociais. As mulheres estão sub-representadas no âmbito da política. Ainda há significados sociais que justificam essa exclusão, resultando em baixa legitimidade. Porém, a participação política não se dá somente no nível institucional; temos visto que pelo menos desde a Revolução Francesa as mulheres têm reivindicado lugares diferentes na sociedade.

Neste capítulo trato da constituição da participação política de mulheres referente ao movimento feminista, desde a luta pelo sufrágio às décadas de 1960 e 1970 e algumas temáticas subsequentes, em que este movimento ganhou novas facetas, com novas reivindicações. Na segunda parte do capítulo, destaco a produção teórica desenvolvida no Brasil sobre a participação política de mulheres, a fim de estabelecer um paralelo entre o contexto histórico e teórico.

2.1 A luta pelo sufrágio feminino no mundo

Durante a Revolução Francesa, as mulheres questionaram seu lugar na sociedade, a submissão ao mundo doméstico e privado, e ousaram reivindicar direitos políticos iguais aos homens, o que lhes custou caro. Olympe de Gouges, por exemplo, foi guilhotinada devido aos seus posicionamentos. Não foi com a Revolução Francesa e o estabelecimento dos direitos universais que as mulheres alcançaram os direitos políticos. A proposta de Rousseau, em *O Emílio* (1762), com a clara divisão de papéis entre homens e mulheres nas esferas públicas e privadas, respectivamente, foi a mais bem aceita pelos revolucionários. Sobre a conquista de direitos, Costa (1998, p. 71) afirma:

Essa batalha, que se inicia com os acontecimentos da Revolução Francesa no século XVII, somente terá vitórias significativas a partir da segunda metade do século XX, assumindo intensidade e características peculiares em cada país. Na maioria das nações, as mulheres conquistaram primeiro a cidadania política e só posteriormente a cidadania civil (COSTA, 1998, p. 71).

A luta das mulheres por direitos políticos, civis e contra a opressão masculina não cessaria. Russo (1999) registra a luta por direitos políticos em alguns países antes de chegar ao Brasil. Nos Estados Unidos da América¹⁵ (EUA), com a participação de mulheres na luta pela Independência em 1776, foi permitido aos estados decidirem-se a respeito do voto das mulheres. No entanto, nenhum autorizou. A reivindicação pelo sufrágio continuou com o movimento abolicionista, mas ainda sem sucesso. Durante a Guerra de Secessão (1860-1865), as sufragistas defendem que o voto recém-autorizado aos negros também seja concedido às mulheres. Em 1869, o estado de Wyoming concede voto às mulheres. Em 1914, o voto é conquistado em todos os estados, à exceção do Novo México. Em 1920, o voto é garantido em todo o país.

Na Inglaterra houve intensas manifestações pelo voto, em que adeptos como Stuart Mill¹⁶ e outros deputados, que a cada ano lançavam a proposta que foi rejeitada até 1918, ano em que voto foi garantido às mulheres acima de 30 anos¹⁷. Apenas em 1928 foram retiradas as restrições. Em “*A Sujeição das Mulheres*”, Stuart Mill reconhece a desigualdade social entre homens e mulheres, critica os argumentos que a sustentam e percebe a luta por direitos iguais reivindicada pelas mulheres.

Desde que surgiram mulheres capazes de tornarem seus sentimentos conhecidos através de seus escritos (a única forma de publicidade que a sociedade lhes permite), um número cada vez maior delas tem registrado protestos contra sua condição social, e recentemente milhares delas, lideradas pelas mulheres mais eminentemente conhecidas do público, reivindicaram ao Parlamento seu direito de voto. A reivindicação das mulheres no sentido de receberem uma educação tão sólida quanto os homens, e nas mesmas áreas de saber, é feita com intensidade cada vez maior e com grandes perspectivas de sucesso, enquanto que a exigência de sua admissão a profissões e

¹⁵ Sobre a conquista do voto pelas mulheres nos EUA, o filme *Iron Jawed Angels* (Anjos Rebeldes) de 2004, reconta essa história a partir da sufragista Alice Paul e suas aliadas, que se confrontam com posições conservadoras de outras sufragistas, além da resistência dos homens e da população geral para conseguir a emenda à Constituição que garantia o voto às mulheres.

¹⁶ O posicionamento de John Stuart Mill acerca da defesa dos direitos e reconhecimento de desigualdades das mulheres fica claro em seu ensaio *A Sujeição das Mulheres* (1869) em que critica a subordinação das mulheres pelos homens. A edição utilizada do texto aqui é: MILL, Stuart. *A Sujeição das Mulheres*. **Gênero**. Niterói, v. 7, n. 1, p. 181-202, 2006.

¹⁷ Emmeline Pankhurst (1858-1928) destacou-se na luta pelo sufrágio feminino na Inglaterra, fundou a Liga pela Libertação da Mulher (1889) e União Política e Social das Mulheres (1903), ambas em prol do sufrágio.

ocupações até agora fechadas a elas se torna a cada ano mais insistente (MILL, 2006, p. 190).

Na Alemanha, Clara Zetkin (1857-1933) lidera o movimento sufragista, exercendo liderança internacional para o movimento feminista. Ela propunha uma jornada internacional pela conquista do voto. Na Alemanha, as mulheres se organizaram principalmente em associações operárias e formaram a União das Mulheres Socialistas, reivindicando condições de igualdade civil, política e econômica. O voto foi conquistado em 1919.

O feminismo francês sofreu influência do marxismo, colocando-o em posição considerada inferior, pois a luta das mulheres era considerada específica. A luta maior era de classes. Após esta ser revolvida, as “lutas específicas” também o seriam. As sufragistas ainda se defrontavam com aqueles argumentos da Revolução Francesa de que a maternidade, aspecto da natureza mais evidente sobre as mulheres, justificaria a impossibilidade de atuação pública das mulheres. Para conquistar o voto, houve uma união das diferentes tendências feministas com apoio de partidos da extrema esquerda. Ainda assim, o voto só seria conquistado depois da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Russo (1999) ainda destaca a participação política das mulheres na Rússia. Durante o governo de Lênin, foram adquiridos direitos importantes, tais como a legalização do aborto, além de igualdade econômica, social, sexual, política. No entanto, com Stalin no poder, houve perda dessas garantias e viveu-se um retrocesso das lutas feministas.

Este quadro do movimento sufragista nesses países nos mostra que a organização de mulheres em torno de suas garantias não é um processo intermitente, mas contínuo, presente em vários países e em alguns momentos articula-se internacionalmente.

2.2 O movimento sufragista no Brasil: somente a conquista do voto?

A conquista do voto feminino teve contribuição importante do movimento feminista sufragista, ocorrido no Brasil nas décadas de 1920 e 1930 e que propugnou pela defesa do direito de votar e ser eleita, por reivindicações de questões ligadas à organização familiar e às oportunidades de estudo e profissionais. Em 1932, foi garantido o direito de voto inicialmente apenas às mulheres casadas e com autorização

dos maridos, assim como às solteiras e às viúvas que tivessem renda própria. Em 1934, retiraram-se essas restrições, mas foi designado o voto obrigatório somente às mulheres que tivessem renda própria oriunda de cargos públicos. Somente em 1946 foi considerado obrigatório o voto às mulheres alfabetizadas. Em 1985, foi deliberado o voto obrigatório aos homens e às mulheres maiores de 18 anos, incluindo os analfabetos.

Desde as discussões para elaboração da Constituição de 1891, reivindicava-se o voto para as mulheres. Pinto (2003) ressalta que alguns homens importantes chegaram a defender a proposta, como Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca, mas não obtiveram êxito. Fato curioso é que não foi explícita a exclusão do voto das mulheres no texto da Constituição, o que a autora explica da seguinte maneira: “A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como um indivíduo dotado de direitos” (PINTO, 2003, p. 16). A mulher estava em uma condição que não necessitava da citação da exclusão do voto, pois os direitos políticos para as mulheres não estavam em questão. Essa omissão na Constituição levou algumas mulheres a tentar votar ou candidatar-se.

Em 1927, foi deliberado o voto e a possibilidade de candidatura para as mulheres no Rio Grande do Norte. O fato tem relação com a ligação de Juvenal Lamartine, governador do estado, com Bertha Lutz e a Federação Brasileira para Progresso Feminino (FBPF), que vinham se articulando junto às elites políticas e intelectuais do país para a conquista do voto para as mulheres naquele estado.

A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) surgiu em 1922, no Rio de Janeiro, liderada por Bertha Lutz após seu retorno ao Brasil de Paris, onde estava estudando Biologia na Sorbonne. Várias federações surgiram em diferentes estados, como Minas Gerais, Ceará, São Paulo e Paraíba. Participaram e se destacaram na federação mulheres que vinham de famílias abastadas economicamente e intelectualmente. Pinto (2003) destaca que havia um contexto em que essas mulheres puderam lutar por suas ideias que foram assimiladas por essas elites, afirmando:

Não se tratava unicamente de mulheres com ideias estranhas para sua época ou apenas excepcionais, pela cultura ou pela coragem. Poderiam até ser tudo isso, mas com novo espírito de época, do qual eram ao mesmo tempo frutos e construtoras, começava a tomar forma nas cidades, por meio de movimentos de opinião que buscavam alastrar a participação política por intermédio da

inclusão de setores que dela haviam sido alijados pelas oligarquias (PINTO 2003, p. 28).

Pinto (2003) ressalta ainda outras tendências do movimento feminista no Brasil até a década de 1930, como o *feminismo difuso*, ligado à produção de jornais como único meio de comunicação da época para expressar opiniões sobre a situação da mulher, e o *feminismo anárquico*, que questionava as relações de trabalho. Ambos trouxeram discussões mais profundas sobre a opressão feminina além da questão do voto. A autora ressalta ainda que houve movimentos sufragistas além da FBPF, por exemplo, o Partido Republicano Feminino, anterior a esta. Além de mulheres que tentaram candidatar-se e votar que não participavam da FBPF.

As sufragistas, ao reivindicarem direitos políticos, divergiram sobre os papéis das mulheres na sociedade e desencadearam uma tensão entre identidade individual e de grupo. A mulher, ao conquistar o direito ao voto e à candidatura e, assim, legitimar sua participação política, deveria ou não continuar a desempenhar funções do lar e da família? Essa parece ter sido uma questão central do movimento feminista do início do século XX. As mulheres, ao assumirem a condição de eleitoras e legisladoras, deveriam ser elas também porta-vozes de outras mulheres? Essa também é outra questão desencadeada pelas tensões postas no movimento sufragista, pois existia uma série de demandas que deveriam ser resolvidas politicamente e muito podiam impactar a vida das mulheres; por exemplo, o divórcio. Vê-se assim uma discussão incipiente em referência à representação descritiva, pois já se pensava em questões específicas para as mulheres a partir da nova posição que a mulher poderia alcançar na política. Os grupos ligados ao feminismo difuso e anárquico questionavam a posição das mulheres na sociedade brasileira, o que não seria resolvido apenas com a conquista do voto.

O direito de votar e ser eleita nos diferentes países da América Latina e Europa apresentou-se como processo lento em que as primeiras legislações eleitorais previam uma série de restrições que só foram corrigidas posteriormente. Note-se que somente há pouco tempo foram concedidos direitos amplos às mulheres e, mais recentemente, que as políticas de cotas por sexo vêm sendo adotadas como forma de garantir às mulheres o acesso aos cargos eletivos, pois a conquista do voto não foi suficiente para transformar radicalmente a representação política das mulheres.

2.3 Contextos do movimento feminista

O movimento feminista tem sido a manifestação mais expoente da participação política de mulheres. Articulando-se em defesa de questões específicas, apresenta-se em diversas bandeiras, o que torna o movimento plural. Pinto (2003) destaca algumas particularidades do movimento no Brasil. A autora considera que há dois cenários em que se encontra o movimento: primeiro referente à desigualdade social presente no país que muitas vezes é assimilada como o motor das discussões para os movimentos sociais e partidos em detrimento de causas específicas e em segundo, como essa desigualdade traz especificidades para os diferentes grupos sociais. E resume:

É, portanto, tendo esse quadro como referência que o movimento feminista brasileiro deve ser entendido: é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (PINTO, 2003, p. 46).

Portanto, o campo de articulação do movimento feminista é *per se* diverso, pois se insere em meio a diferentes desigualdades de posições entre mulheres e entre mulheres e outros sujeitos discriminados. Na segunda fase do movimento no Brasil, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, vivenciava-se uma conjuntura específica de restrição de direitos e participação política com a ditadura civil-militar iniciada em 1964. Pinto (2003) traça um paralelo entre os acontecimentos internacionais nos países de primeiro mundo com revoluções culturais, comportamentais, sexuais, que se davam em um contexto de maior aceitação do que no Brasil, em razão da repressão instalada. Havia aqui uma questão que se colocava mais urgente e importante para as esquerdas e movimentos populares: a derrubada do Governo Militar. Essa questão é central para o movimento nesse período, pois este teve que se adequar ao posicionamento das esquerdas, que considerava as questões específicas das mulheres e de outros grupos desviantes do problema principal, a ditadura, e mesmo preocupações pequeno-burguesas:

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo teve de administrar as tensões entre a perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no

Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como sério desvio pequeno-burguês (PINTO, 2003, p. 45).

É importante destacar que a atuação de mulheres na resistência ao Regime Militar (anterior à atuação feminista) representava uma ruptura de comportamento para aquele período, como destaca Sarti (2001):

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 60 e 70, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres (SARTI, 2001, p. 33).

A atuação de mulheres nas organizações de esquerda era uma insurgência aos papéis sociais tradicionais e representava o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos¹⁸.

Moraes (2014)¹⁹ reforça esse aspecto transgressor dessa participação, a troca entre exiladas e os movimentos de esquerda internacionais e o papel da imprensa feminista com os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres, também destaca o papel dos estudantes nos acontecimentos das décadas de 1960 e 1970.

A atuação feminista entre as mulheres que participaram da resistência à ditadura civil-militar ocorre em momento posterior à chamada derrota das esquerdas, após o endurecimento do regime. Pinto (2003) destaca que havia inicialmente reuniões pequenas que ocorriam nas casas, nas igrejas, nas associações, nos bares para discutir questões específicas que se fortaleceram e passaram à criação de conselhos e centros.

O ano de 1975 foi promulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher e marcou o início da década da mulher. Se os primeiros anos da década de 1970 foram marcados pelo endurecimento do regime pelo governo Médici, em 1975, o governo de Geisel iniciava a dita distensão lenta, gradual e segura do regime. Outro marco desse ano foi a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), que organizava mulheres parentes dos presos e exilados políticos em torno da defesa da anistia “ampla, geral e irrestrita”.

¹⁸ RIDENTI, M. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**. USP: São Paulo, 2 (2), 1990, p. 113-128.

¹⁹ Texto da Revista Coletiva-Fundaj na edição especial sobre os 50 Anos do Golpe Militar (1964). Disponível em: <http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=183&Itemid=76>. Acesso em: 10 abr. 2014.

Na década 1980, Pinto (2003) ressalta o contexto de democratização no país, que permitia maior liberdade de atuação dos movimentos, principalmente com a promulgação da anistia em 1979 e, assim, com a liberdade das presas e dos presos políticos e volta dos que se encontravam exilados e exiladas houve uma troca profícua para as esquerdas e movimento feminista. Outro fator ressaltado pela autora foi o fim do bipartidarismo, que consistia, desde 1965, na legalidade de apenas dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA), situação e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição consentida pelos militares. A legalização e o surgimento dos novos partidos incidiram sobre o movimento feminista na questão da institucionalização e partidarismo. Enquanto algumas defendiam que era necessária a institucionalização do movimento por meio da inserção em órgãos dos governos e nos partidos, outras acreditavam na perda de autonomia do movimento.

Sobre a institucionalização do movimento, Pinto (2003) ressalta a criação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), implantado pelo Ministério da Saúde.

Houve ainda a fundação do SOS Corpo em Recife e do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde em São Paulo, referências importantes para o atendimento de mulheres e para as políticas públicas.

O texto de Pinto (2003), aqui bastante utilizado, é uma referência para pesquisadores e pesquisadoras do movimento feminista pela historicização realizada desde o sufrágio ao início dos anos 2000, destacando sua evolução em temas e questões levantadas. Na década de 1990, a autora ressalta que o considerado refluxo do movimento não justifica dizer que acabou, mas que alcançou outras etapas. Ela destaca duas: “[...] a dissociação entre o pensamento feminista e o movimento” (PINTO, 2003, p. 91), que seria um feminismo difuso presente na sociedade em homens e mulheres que defendem causas feministas sem necessariamente estarem participando de organizações ou grupos. Outra característica que o movimento ganhou foi a profissionalização ocorrida por meio de ONG’s que atuam em causas específicas das mulheres.

É possível identificar no movimento feminista uma evolução de atos, bandeiras, militantes ao longo da história. Sarti (2001) afirma sobre a evolução do movimento e sua especificidade:

O feminismo foi se expandindo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Conviveu com a diversidade, sem negar sua particularidade. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Viviam-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 70, a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (SARTI, 2001, p. 39).

Existem então questões específicas às mulheres? São as mulheres dotadas de uma identidade comum? Assumir que sim poderia incorrer num essencialismo e universalismo que, como vimos em Boaventura (2010), pode ocorrer, principalmente de duas formas: ao negar as diferenças entre as mulheres ou ao reforçar demasiadamente as diferenças ao ponto de esmaecê-las. Scott (2005), ao tratar dos movimentos sociais, reforça as tensões entre identidades individuais e de grupo para ela exercidas sob três paradoxos: 1. A igualdade é contingente; 2. Ao mesmo tempo em que conforma a identidade dos indivíduos, a identidade de grupos retrai essa individualidade e 3. Para se afirmar igual, aceita-se e rejeita-se os atributos discriminatórios que podem compor a identidade do grupo. Portanto, não é uma questão fácil para os movimentos sociais. Scott (2005, p. 29) propõe que reconheçamos as identidades como “[...] efeitos de processos políticos e sociais” em que esses paradoxos descritos estão circunscritos.

O feminismo difuso remete à denominação mais atual de feminismos, em virtude das contradições em que o movimento está posicionado, entre diferentes mulheres, de diferentes contextos, classes, posições, *status*, histórias, condições específicas que remetem a diferentes acepções de movimentos.

Se não foi possível, no início do movimento, enfrentar a natureza híbrida de um movimento fundado na identidade de gênero que é recortada por outras clivagens sociais e referências culturais muito distintas, é precisamente esta pluralidade das mulheres o que torna o feminismo um movimento político e, como tal, marcado pelos interesses e conflitos políticos mais gerais, o que lhe dá seu sentido histórico. Há, nesse sentido, muitos feminismos (SARTI, 2001, p. 44).

Há um contexto internacional consoante às causas feministas que despontam nas conferências mundiais organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que promoveram, ao longo do século XX, importantes discussões sobre variados temas

relativos às mulheres. As instituições internacionais, com o discurso do desenvolvimento, principalmente referente aos países do Terceiro Mundo, têm se aproximado das mulheres, entendendo-as como agentes de mudanças políticas, econômicas e sociais daqueles países. São materiais ricos de pesquisa os relatórios sobre as condições de mulheres em diferentes países em perspectiva comparada da ONU e Banco Mundial²⁰.

2.4 Algumas ações no Brasil referentes à participação política de mulheres

No Brasil, destaca-se a atuação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), criada em 2003, pelo presidente Lula. Em definição no site da SPM “[...] tem como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente” (BRASIL, 2003).²¹ A secretaria tem função de ministério; quem a comanda desde 2012 é a Ministra Eleonora Menicucci²².

As principais áreas de atuação são: Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade. Sobre a questão da desigualdade de gênero em espaços de poder, destaca-se a campanha “Mais Mulheres no Poder”. No *site* é possível, ainda, encontrar indicações de publicações sobre o tema, nas quais se constata a situação do Brasil em

²⁰ Ressalto que essa perspectiva comparada é uma estratégia controversa, tendo em vista que as situações das mulheres diferem muito de um país para outro, de continentes diferentes, sob diversas condições culturais, políticas e econômicas. As conferências ocorrem desde 1902 e tratam desde questões específicas às gerais. Tendo discutido inicialmente temas referentes ao divórcio, casamento, guarda dos filhos, passando por tráfico de mulheres e crianças, regulamentação de direitos políticos e civis. Em 1975, a ONU declarou o Ano e Década Internacional da Mulher e no mesmo ano publicou a Declaração Contra a Discriminação da Mulher: Direitos Iguais para as Mulheres. Existem as conferências gerais que também abordam a questão das mulheres e as específicas, como a de 1995, IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing-China)²⁰, que pretendia desenvolver e institucionalizar os princípios de igualdade e potencializar o papel das mulheres na sociedade, levando em consideração as particularidades nacionais e regionais e as diversidades históricas, culturais e religiosas. Essas conferências têm uma importância para além das discussões; existe planejamento de atividades as quais os diferentes países assumem cumprir sobre o que foi determinado.

²¹ Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre>>. Acesso 07 abr 2014.

²² Eleonora Menicucci fez parte da segunda fase do feminismo no Brasil. Tem formação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atuou ativamente nas áreas de saúde e direitos das mulheres.

números de mulheres em cargos políticos nos três níveis, Executivo, Legislativo e Judiciário perante os outros países e análises acerca do tema.

A pesquisa “Mais Mulheres na Política” realizada pelo IBOPE/Instituto Patrícia Galvão, em abril de 2013, sobre a reforma política no Brasil a fim de garantir maior acesso das mulheres aos cargos eletivos e de decisão, mostra que a maioria da população brasileira concorda com a reforma. Para a frase: “Só há democracia de verdade com a presença de mais mulheres ocupando os cargos de poder e de tomada de decisão do país”, 74% concordaram totalmente ou em parte, ressaltando que entre as mulheres, 80% concordaram totalmente ou em parte para 69% dos homens. A maioria concordou ainda sobre a garantia de 50% de mulheres nas listas para candidatos dos partidos; que as mulheres como mais da metade da população deveriam ter acesso à metade dos cargos no Legislativo, entre outros aspectos pertinentes à relação entre acesso das mulheres à política e importância para a democracia.²³ A pesquisa ressaltava que o Brasil está na posição 121 num *ranking* de igualdade entre homens e mulheres na política entre 189 países. E, ainda segundo a mesma pesquisa, de acordo com o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, o Brasil só alcançará a paridade entre homens e mulheres na política no âmbito municipal em 150 anos, pois só tem avançado 1% de mulheres eleitas a cada pleito municipal, levando-se em conta o período de 1992 a 2012.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no ano corrente lançou a campanha “Mulher na Política”, com o objetivo de incentivar a participação nas eleições deste ano. O Presidente Marco Aurélio Garcia ressaltou os baixos números no país de mulheres em cargos eletivos e afirmou que o TSE estará atento para o cumprimento das cotas de 30% de mulheres nas candidaturas.²⁴

Nota-se que o debate está ocorrendo por meio de campanhas, estudos, análises, publicações, etc. No entanto, os números vêm mudando a passos lentos, a pesquisa “Mais Mulheres na Política” mostra a importância de uma reforma política para que as mudanças aconteçam. Estudos apontam que a política de cotas por sexo, isoladamente, não consegue alterar o quadro e que o sistema eleitoral brasileiro vem emperrando as mudanças.

²³ A pesquisa pode ser acessada no site da SPM. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/mais_mulheres_politica.pdf>. Acesso em 10 abr. 2014.

²⁴ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Marco/tse-lanca-no-senado-campanha-que-convoa-mulheres-para-a-politica>>. Acesso em 13 abr. 2014.

2.5 Política de cotas: compensação histórica ou distribuição de poder?

A conquista do voto representou uma etapa importante para o reconhecimento de direitos políticos para as mulheres. Vimos que, com essa garantia, outras questões debatidas mereciam tratamento específico, razão de ser do movimento feminista. Sobre a representação política de mulheres, a garantia do voto e candidatura não conseguiu mudar a face do âmbito político. As políticas de ação afirmativa questionam a distribuição de poder em nossa sociedade entre os grupos marginalizados.

Esta dissertação analisa dois períodos distintos, 1985 e 2004. Um divisor de águas entre estes dois momentos para a participação política de mulheres foi a implantação da política de cotas por sexo. Nesta seção, reflito sobre o caráter de representação descritiva dessa política, tendo em vista que essa política objetiva maior número de mulheres em cargos eletivos.

O uso de políticas afirmativas teve inicialmente o intuito de reparação e compensação histórica aos grupos sociais minoritários, mas que posteriormente suscitou discussões sobre a distribuição de poder, tendo em vista que esses grupos reivindicam inserção igualitária na sociedade. As ações políticas afirmativas resultantes de um movimento internacional começaram a ser introduzidas no Brasil na década de 1990. Entre essas, a utilização de cotas por sexo nas candidaturas políticas como forma de garantir equidade entre homens e mulheres. Temos aqui uma tensão entre a garantia de direitos, representação política e consolidação de direitos. Homens e mulheres possuem os mesmos direitos políticos; no entanto, o número de mulheres em espaços de poder e decisão está aquém ao dos homens.

A democracia representativa, ao considerar que todos os cidadãos são iguais em direitos e deveres, sem levar em consideração as diferenças individuais e de grupo sociais, revelou a falência da dita cidadania universal preconizada no sujeito abstrato também universal. Nesse sistema, sujeitos são excluídos. As mulheres, apesar de representarem cerca de 50% dos eleitores, ocupam poucos cargos de decisão nas esferas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, como vimos no primeiro capítulo. A discussão sobre as políticas afirmativas vem questionar a exclusão dos sujeitos não incluídos nessa noção abstrata do ser humano, O HOMEM.

A paridade encontra suas origens no século XVII está sustentada na “razão” baseada em princípios e direitos universais, em reconhecimento algum das culturas, das raças ou do sexo, afirmando que todos os indivíduos, somente pelo fato de ser humanos têm os mesmos direitos, consideração universal que não propõe categorias diferenciadas para os distintos grupos humanos que constituem o tecido social (UN-INSTRAW, p.3).

Portanto, para os que fogem à categoria universal de cidadania e igualdade resta a luta para alcançá-la. A formalidade das conquistas não significa mudanças reais. “Ficaria evidente que a conquista da igualdade formal é diferente da igualdade real, os direitos de cidadania sendo muito lentamente ampliados para os segmentos desprivilegiados” (AVELAR, 2002, p. 41).

A implantação da lei de políticas de cotas por sexo é um diferencial dos dois contextos elencados para análise. Em 1985, essa discussão ainda não fazia parte da agenda política do movimento feminista e dos partidos. Já em 2004, faz-se realidade para candidaturas e para os cargos de direção nos partidos. A seguir, traço breve histórico sobre essa política no Brasil e na América Latina.

Miguel (2000) ressalta que a implantação das políticas de cotas por sexo ocorreu em diversos países fazendo parte de um processo mundial. Em alguns países da Europa passaram a ser implantadas ainda na década de 1970 e 1980 (Noruega, Finlândia e Dinamarca). Na América Latina isso se deu principalmente a partir da década de 1990. A Argentina foi o primeiro país na região a aderir às cotas, em 1991. No Brasil, as cotas por sexo em candidaturas foram estabelecidas em 1995, passando por alterações em 1997. O quadro abaixo foi realizado a partir de informações de Miguel (2000).

Quadro 1 - Ano de implantação da Política de Cotas por Sexo em alguns países da Europa e América Latina

País	Ano
Noruega	1978
Dinamarca	1985
Finlândia	1986
Irlanda	1990

Argentina	1991
Paraguai	1990*
Venezuela	1993*
Brasil	1995

* Cotas para os partidos políticos e/ou discussão sobre as cotas.

Fonte: MIGUEL, Sonia M. **A Política de Cotas por Sexo**: Um estudo das primeiras experiências do Legislativo brasileiro. Brasília: CFEMEA, 2000.

A primeira tentativa de implantar o sistema de cotas no Brasil foi em 1993, por meio de uma proposta do deputado Marco Penaforte (PSDB-CE), mas foi rejeitada sem maiores discussões. Miguel (2000) afirma que o movimento organizado de mulheres estava fora desse debate que discutia outras prerrogativas: participação no mercado de trabalho, planejamento familiar e aborto. Em 1995, foi instituída a Lei nº 9.100/95, que deliberou cota mínima de 20% para mulheres para as eleições municipais. O projeto dessa lei foi apresentado pela deputada Marta Suplicy (PT-SP)²⁵. Em 1997, a Lei nº 9.504/97 amplia essa anterior, na qual a cota foi estendida aos outros cargos proporcionais e estabelecido o valor mínimo de 30% e máximo de 70% para um dos sexos.

As cotas por sexo nas candidaturas no Brasil foram propostas e votadas no Congresso Brasileiro seguidas de debates entre os representantes dos partidos e a bancada feminina. Miguel (2000) traz algumas falas de discursos em que foram discutidas as cotas, inicialmente percebidas como ações compensatórias às mulheres e depois como forma de distribuição de poder. A aprovação da lei em 1995, no entanto, possui algumas ressalvas, pois estabelecia o mínimo de 20% de candidaturas para mulheres, mas aumentava também o percentual de candidaturas para 120%, o que diminuía o impacto das cotas. A Lei 9100/95 era referente às eleições municipais a partir de 1996. Como afirmado acima, outras mudanças foram propostas e discutidas em 1997 em referência às eleições de 1998, que decidia também sobre cargos do executivo.

²⁵ Nesse ano houve a realização da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher ocorrida em Beijing-China, que discutiu temas e traçou metas sobre a relação das mulheres, como: pobreza; educação; saúde; violência; poder e tomada de decisão; ambiente, entre várias outras questões.

Os resultados das eleições municipais de 1996 demonstraram um avanço em relação à eleição passada de 1992 (sem a política de cotas), com o aumento de 4% de vereadoras eleitas. Nos anos seguintes, percebe-se que não houve grandes modificações nos percentuais. Uma série de entraves no próprio sistema eleitoral brasileiro tem sido apontada como razão para as cotas não terem sido suficientes para garantirem o aumento do número de mulheres nos cargos políticos²⁶. Isso nos leva a concluir que a política de cotas por sexo nas candidaturas tem papel importante no acesso de mulheres à política institucional, mas existem fatores que exercem diferentes implicações nos países e seus sistemas políticos.

2.6 Teorias acerca da participação política de mulheres

Vimos até aqui os processos históricos relacionados com a participação política de mulheres no Brasil, buscando entendê-la num contexto geral em que compreendemos as lutas das mulheres pelo reconhecimento de direitos e espaços políticos. A parte seguinte visa perceber como os estudos teóricos têm analisado esses processos, numa linha do tempo que parte da década de 1950 aos estudos atuais, ressaltando quais temas têm sido discutidos e sob quais perspectivas.

Araújo (2001) traça um panorama dos estudos sobre a participação política de mulheres. Nas décadas de 1950 e 1960, apresentava-se uma visão tradicional sobre o tema. Em 1955, o trabalho de Maurice Duverger “*La Participacion des femmes a la vie politique*”²⁷ é considerado uma pesquisa pioneira sobre a participação política das mulheres no processo eleitoral. Foram analisados os fatores envolvidos na decisão do voto, a candidatura e o baixo número de mulheres envolvidas nesse processo. Esse estudo considerava as mulheres menos envolvidas e interessadas do que os homens na

²⁶ Tratando da realidade de alguns países da América Latina, Htun (2001) apresenta quatro fatores determinantes em relação à eficiência das políticas de cotas: 1. Tipo de listas partidárias - aberta ou fechada. No sistema de lista fechada um partido posiciona seus candidatos numericamente. Aqueles que estão no topo da lista serão eleitos dependendo dos votos da legenda, portanto, é importante, para o desempenho das cotas que mulheres estejam posicionadas também no topo da lista. Enquanto que na lista aberta os eleitores votam nos candidatos gerando uma disputa interna entre os candidatos de um mesmo partido. E não há garantias mesmo que se assegurem a porcentagem de mulheres nas candidaturas que essas serão eleitas. 2. Já foi citado: as posições das mulheres no topo das listas fechadas garantem que estas sejam eleitas. 3. O tamanho da circunscrição eleitoral. Distritos menores e com número grande de partidos tem chances menores, pois se elegem poucos representantes. 4. Compromisso partidário. Os partidos devem assumir o compromisso não apenas em cumprir as cotas, mas em efetivá-las.

²⁷ DUVERGER, Maurice. **La participation des femmes en la vie politique**. Paris: UNESCO, 1955.

participação política e não havia preocupação em explicar o que se chamou de uma apatia política, que reforçava a ideia de que o espaço da mulher era o doméstico, e não o público. Outra publicação da UNESCO de 1954, porém menos citada é “*La Mujer Ciudadana: sugeriones para la educación cívica de la mujer*”, que aborda a relação entre democracia e cidadania, ressaltando para isso a participação das mulheres, seus direitos políticos e cívicos.

Na década de 1970, sob o *slogan* “o pessoal é político”, as feministas questionaram os estudos que consideravam a apatia feminina na política, ampliaram o conceito de participação, demonstrando que as mulheres não participavam menos que os homens, mas o faziam de forma diferenciada. Houve um deslocamento da análise da política institucional para aspectos mais amplos das atividades políticas, por exemplo, os movimentos sociais, discutindo o significado da dicotomia público/privado. Reconhecendo, assim, as mulheres como sujeitos políticos e suas formas variadas de participação política. Corrêa (1984) ressalta que houve uma mudança de perspectiva sobre os temas relacionados às mulheres em que elas passam a fazer parte. A autora destaca os temas da família, violência, maternidade, velhice e trabalho presentes nas análises feministas.

Surgindo num momento em que a homogeneidade das chamadas classes subalternas era também questionada pela historiografia, o movimento feminista recolocou em discussão, de um outro ângulo, aspectos da vivência feminina tradicionalmente estudados de forma estática, acabada ou externa, como a prostituição, a violência familiar, o trabalho doméstico, etc., repondo na “cena textual” tanto a dinâmica desses processos quanto a visão das pessoas neles envolvidas (CORRÊA, 1984, p. 28).

Os estudos na década de 1980 são caracterizados por Araújo (2001) por apresentarem uma perspectiva revisionista, pois retomaram os estudos de foco institucional das mulheres e questionaram visões predominantes nos primeiros estudos. Ao rever os estudos da década de 1950, considerava-se que as mulheres estavam menos envolvidas politicamente, mas esse dado foi superestimado por pesquisas daquela época. Se, anteriormente, foi constatada uma posição conservadora nas mulheres, nos anos 1950 haveria uma inversão para a esquerda, isso mais recentemente²⁸.

²⁸ Araújo (2001) indica a pesquisa de INGLEHART, R.; NORRIS, P. The Development Theory of the Gender Gap: Women’s and Men’s Voting Behavior in Global Perspective. **International Political Science Review**, 21 (4), p. 441-461, 2000 como exemplo dessa perspectiva revisionista das pesquisas anteriores, principalmente da década de 1950.

Esse é o panorama apresentado por Araújo (2001) sobre os estudos de participação política de mulheres desde a década de 1950 aos anos 2000 em um contexto de produção internacional. Ela também traz algumas considerações sobre os estudos no Brasil, argumentando sobre a dificuldade de incorporar os estudos de gênero em áreas clássicas das ciências sociais. Para a autora:

[...] A construção – analítica e política – da cidadania no período moderno baseou-se numa concepção dicotômica entre o que constituiria a esfera pública e a privada, que criara as bases para a recusa de direitos e a exclusão política das mulheres. O legado histórico desse processo – sub-representação feminina nas esferas políticas institucionais – e a mística de que as mulheres não se interessam pela vida pública contribuíram para que os estudos sobre mulheres na política adquirissem uma característica de gueto no interior desse campo (ARAÚJO, 2001, p. 45)

A autora inicia sua apresentação dos estudos no Brasil a partir de Heilborn e Sorj (1999). Essas autoras indicam o percurso institucional dos estudos de gênero. Diferentemente do que houve nos EUA, onde as feministas fundaram centros independentes de estudos, e a trajetória dos estudos esteve ligada aos movimentos de protestos feminista e negro. No Brasil, houve uma incorporação dos estudos nas universidades e centros já existentes, em decorrência de uma sociedade profundamente desigual, que desencadeou um feminismo mais moderado. Outra razão levantada por Heilborn e Sorj (1999) é a origem acadêmica das feministas, pois esse pertencimento permitiu acesso às discussões internacionais dos países desenvolvidos anteriormente ao restante da população brasileira.

As pesquisas sobre mulher e política no Brasil, de acordo com Araújo (2001), tiveram destaque a partir do início da década de 1980, período em que o país vivia a redemocratização. Vale ressaltar que a campanha de Maria Luiza Fontenele acontecia nesse contexto. As questões a serem investigadas sobre esse período correspondem à redefinição da participação política no sentido de ampliá-la e dar visibilidade à ação política, fosse ela feminista ou não. A autora ressalta uma contradição nos estudos, ao enfatizar a participação política não institucional das mulheres. Essa produção reafirmava aquela noção de apatia feminina ao mesmo tempo em que demonstrava a ligação entre as lutas sociais, a política, o comportamento eleitoral das mulheres e a

contribuição feminista para a democracia²⁹. Brito (2001) destaca aspectos dos estudos iniciais sobre mulheres e política, no Brasil e na América Latina, em que ela considera que houve maior preocupação em estabelecer as razões sobre a baixa participação de mulheres na política institucional, destacando a experiência no âmbito privado referente às mulheres.

No Brasil, partindo deste pressuposto, os estudos pioneiros na área da participação político-partidária referem-se à “omissão” da mulher, ao “seu papel tradicionalmente passivo no acontecer político”, e consideram que “o quadro é particularmente cinzento” baseando-se em dados numéricos dos processos eleitorais. As preocupações quantitativas “participacionistas”, aliadas às dificuldades de obtenção de dados sobre o comportamento político-eleitoral, levaram os trabalhos que tinham como tema *mulher e política* a seguirem uma determinada linha de, por um lado, valorização da presença feminina na política institucional (candidaturas, cargos eletivos e diretivos), e por outro de desqualificação de outras atividades das mulheres no âmbito político, mas fora do sistema proposto, o que dificulta outras possíveis abordagens. Mesmo quando as pesquisas empíricas indicam a presença feminina em espaços institucionais de representação – Câmara de Vereadores, Prefeituras — ou na ação política como grupo organizado — em defesa do civismo, como no golpe de 1964 —, enfatiza-se o que seria o “caráter reflexo da atuação feminina”, ou seja, a obediência à influência familiar e/ou masculina nesta atuação (BRITO, 2001, p. 294, grifos da autora).

E ainda sobre o Brasil, Avelar (2002) retoma a disparidade entre a cidadania universal e a garantia de direitos:

No caso do Brasil, as análises sobre mulheres na política também devem levar em conta as razões pelas quais as desigualdades políticas e sociais permanecem, lado a lado com o mito de uma igualdade universal particularmente nos direitos de cidadania (AVELAR, 2002, p. 40).

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, registram-se poucos estudos sobre a política institucional relacionada às mulheres, apesar do crescimento inicial e posterior estagnação das mulheres nos espaços institucionais de representação política. Durante a década de 1990, houve debate sobre a participação de mulheres nos espaços de poder, sobre as formas alternativas e tradicionais de alcançá-lo que permitiram às mulheres afirmarem-se enquanto sujeitos políticos e disputarem cargos eleitorais.

²⁹ Algumas das pesquisas citadas por Araújo desta época são: TABAK, F. **O Perfil da Vereadora Brasileira**. Rio de Janeiro: PUC, 1987; AVELAR, L. **O Segundo Eleitorado: Tendências do Voto Feminino no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1989; BLAY, E. **As Prefeitas**. Rio de Janeiro: Avenir, 1983.

Do final dos anos 1990 aos anos 2000, Araújo (2001) identifica estudos sobre o tipo de capital político e a inserção na vida pública, que nos partidos conservadores têm estreita relação familiar; pesquisas sobre a visibilidade dos discursos e rede de relações que as mulheres utilizam para a disputa política e o uso de estratégias coletivas que elas estabelecem de intervenção política, além de pesquisas que apresentam visão geral sobre a participação política de mulheres.

É importante destacar alguns centros de estudos feministas e de gênero no Brasil que desenvolvem pesquisas e realizam publicações. O Núcleo de Estudos de Gênero da da Unicamp - Pagu, a Revista de Estudos Feministas³⁰ da UFSC, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM) da UFBA, o Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES-UFPE), entre outros núcleos e centros de pesquisa da área nas várias universidades em que têm sido destacados os temas de história das mulheres, trabalho, política, sexualidade, homossexualidade, saúde, interface com a literatura, etc. Abaixo, uma síntese das discussões década a década, a partir de Araújo (2001).

Quadro 3. Estudos sobre Participação Política Institucional de Mulheres a partir de Araújo (2001).

Períodos	Temas Principais	Características
1955	Marco nos estudos com a publicação de DURVERGER, Maurice. <i>La Participacion des femmes à La Vie Politique.</i>	Análise de forma minuciosa a participação política da mulher no processo eleitoral e indica importantes pistas para pensar os fatores envolvidos na decisão do voto das mulheres
Décadas de 1950 e 1960	“Visão tradicional” sobre a mulher na política.	Predominava a interpretação que considerava as mulheres menos envolvidas e interessadas do que os homens na participação política. Não havia preocupação em explicar as causas dessa “apatia feminina”.
Década de 1970	Feminismo Radical “O pessoal é político”	Investiu-se contra as análises que enfatizavam a pseudo-apatia feminina, tratando-se de ampliar o conceito de participação a fim de demonstrar que as mulheres não participavam menos que os homens, mas o faziam de forma diferenciada. Deslocamento do foco de análise da política institucional para um universo mais amplo de atividades políticas (Mov. Sociais), discutindo o significado da dicotomia público/privado.

³⁰ A Revista de Estudos Feministas publicou, no ano em que foi implantada a política de cotas por sexo nas candidaturas, em 1996, um dossiê tratando das ações afirmativas. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, 1996.

Década de 1980	Perspectiva revisionista	Resgatar os estudos sobre envolvimento institucional das mulheres e, ao mesmo tempo, rever as interpretações dominantes.
Década de 1990 e início dos anos 2000	Retomada Institucional	Preocupação com a representação política e formas de acesso ao poder, além de caracterizar de forma mais geral a participação política de mulheres.

Fonte: ARAÚJO, Clara. Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, n. 52, p. 45-77, 2001.

* * *

Este capítulo mostrou, de maneira sintética, os modos de articulação entre o movimento feminista e a produção acadêmica que, de certa forma, evocam dilemas acerca da participação política de mulheres desde o nascimento do movimento sufragista. De um lado, uma tensão entre as características individual e grupal e, também, entre o público e privado e, de outro lado, outra que diz respeito à extensão e à legitimidade da participação das mulheres na vida política. Isso ficou sublinhado quando se tratou da representação em seu sentido descritivo e também do alcance das ações afirmativas que levantam a questão da reparação histórica e distribuição do poder em contextos de exclusão de grupos minoritários.

3. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Este capítulo articula as perspectivas teóricas e históricas descritas anteriormente, permitindo retomar o problema desta dissertação em seus pressupostos metodológicos. Assim, pontuo os caminhos pelos quais fui traçando o presente trabalho, por meio da escolha das categorias analíticas para o estudo da participação das mulheres na esfera política institucional. Também se faz presente uma discussão sobre a metodologia própria aos estudos de gênero, pois permite refletir sobre as especificidades e contribuições à pesquisa qualitativa. Em seguida, apresento o material de campo que configurou no *corpus* para análise dos capítulos quatro e cinco.

Metodologicamente, as categorias gênero, trajetória e contexto assumiram o papel inicial de guiar a procura pelas fontes. Assim, os jornais poderiam oferecer chaves de compreensão das imagens do feminino trabalhadas nas campanhas de Maria Luiza e Luizianne Lins. As entrevistas permitiram conhecer as trajetórias e confrontá-las com as questões da pesquisa. Os diferentes materiais a que tive acesso permitiram aproximar-me dos dois contextos ora analisados. A categoria contexto é importante, pois analiticamente é capaz de dar conta de períodos históricos distintos, a partir dos quais é possível ligar as escolhas teóricas dessa dissertação ao campo empírico para que se compreenda a participação das mulheres na vida política institucional.

3.1 Caminhos da pesquisa

Esta dissertação surgiu da escolha teórica de pesquisar um problema ligado à categoria analítica gênero, sob a ótica de Scott (1989). Assim, decidi estudar a participação de mulheres no âmbito da política institucional. Para problematizar esse tema que está implicado em contextos de disputa de poder e desigualdade de condições, foi escolhido o conceito de representação descritiva, que permite refletir sobre os papéis das mulheres eleitas e sua identificação com as eleitoras.

A participação política de mulheres oferece um campo extenso para análise. Minha cidade natal, Fortaleza, permitiu-me refletir ainda mais sobre esse tema, pois nem todas as capitais do Brasil tiveram prefeitas eleitas. Fortaleza teve duas. Além do

fato de terem sido prefeitas, Maria Luiza e Luizianne apresentam aspectos comuns em suas trajetórias políticas, o que chama atenção e resulta em comparações entre ambas.

As candidaturas de Maria Luiza e Luizianne ocorrem em momentos históricos e políticos distintos, o que me instigou a pensar na categoria contexto para contrapor as duas conjunturas, de 1985 e de 2004. Dilley (2002) adverte que os contextos são construídos pelo pesquisador. A partir do momento em que proponho comparar essas candidaturas, surge um novo contexto comparativo resultante de minhas escolhas, perspectivas teóricas, políticas e metodológicas que serão delineadas neste capítulo. Dilley (2002) ressalta o “problema do contexto”, pois este não é dado e autoevidente, como supõem alguns pesquisadores, mas é uma construção social, possui uma “vida social”; sua definição está mais próxima da interpretação, portanto, à realização de conexões e desconexões realizadas por aquele que o constrói. Esse não é um campo neutro, portanto as intenções do pesquisador interferem neste processo.

As questões teoricamente problematizadas aqui se referem à participação política de mulheres referentes a três categorias principais: gênero, poder e representação descritiva, todas discutidas no primeiro capítulo. Dessa forma, analiso implicações da representação descritiva nos contextos escolhidos, tendo como articuladoras as categoria gênero e poder, que me proporciona pensar historicamente as relações desiguais entre os sexos e perceber normas, símbolos e subjetividades, tal qual vimos em Scott (1989).

Complementando essa análise, na perspectiva metodológica, temos a categoria contexto, entendida a partir da explicitação de Dilley (2002), bem como a de trajetória de vida, pensada por Koffes (2001). Tanto uma como outra me permitiram articular minhas questões teóricas aos contextos históricos e políticos aqui analisados.

Para pensar as trajetórias de vida, utilizo o sentido dado por Kofes (2001). Se os contextos são resultados das interpretações do pesquisador, as trajetórias de vida assim o são também. Bourdieu (1996) ressalta os riscos de entender as histórias de vida dos sujeitos como um fio coerente e orientado de acontecimentos; a “ilusão biográfica”, segundo o autor é resultado posterior das narrativas que buscam dar significado à vida. Ele propõe uma noção de trajetória articulada às concepções de *habitus* e campo, onde o sujeito é entendido como agente social.

Kofes (2001) destaca que a crítica bourdieusiana está relacionada às discussões acerca da objetividade e subjetividade e uma preocupação metodológica ao colocar os sentidos dos indivíduos em um mesmo patamar de romance ou biografia. A autora não reconhece nos trabalhos que utilizam história de vida um sujeito desvinculado do seu meio social e entende a subjetividade como aspecto importante no processo de constituição das trajetórias, definida pela autora como: “[...] o processo de configuração de uma experiência social singular” (KOFES, 2001, p. 27). A autora destaca ainda a relação entre história de vida e narrativa. Indaga se seria possível tratar de trajetórias sem narrá-las. Kofes (2001, p. 24) considera que no conceito de agente social de Bourdieu “[...] as marcas que os sujeitos imprimem às suas interpretações e às suas existências” deixam de ser considerados. Para autora, os significados dados às trajetórias devem ser interpretados pelo pesquisador para entendermos os sentidos dado às narrativas.

3.2 Instrumentos e fontes de pesquisa

Esta parte visa apresentar os caminhos realizados na pesquisa de campo, em busca de materiais que pudessem ajudar nas questões da pesquisa. Para a descrição do percurso metodológico adotado, elaborou-se um roteiro de fontes de pesquisa: jornais, entrevistas realizadas, materiais de campanha e programas eleitorais. As fontes foram analisadas qualitativamente, a partir dos conceitos de gênero em Scott (1989) e representação descritiva em Mansbridge (1999).

Primeiro foi realizada uma pesquisa nos jornais O Povo e Diário do Nordeste, elencados por terem maior circulação no estado do Ceará. Dessa forma, foi possível o primeiro contato com as conjunturas políticas das duas candidaturas. Conhecer quem eram os concorrentes ao cargo de prefeito, as discussões e disputas em voga e também como eram abordadas as trajetórias dos candidatos. Um elemento rico de análise encontrado foram as charges produzidas por Sinfrônio para o jornal O Povo, em 1985, e para o Diário do Nordeste, em 2004, cobrindo, assim, as duas candidaturas escolhidas para análise nesta dissertação.

Para conhecer as trajetórias de Maria Luiza e Luizianne foi fundamental a realização de entrevistas, que foram guiadas por roteiros prévios, no intuito de conhecer

e ouvi-las contar suas histórias, além de questionar sobre as outras questões pertinentes à pesquisa. Bauer e Gaskell (2008) justificam a escolha por entrevistas na pesquisa qualitativa para a compreensão da percepção dos indivíduos ou grupos acerca “[...] das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (BAUER; GASKELL, 2008, p. 65). Dessa forma procurei, a partir do roteiro de entrevistas semiestruturadas, conhecer os aspectos ressaltados pelos autores acima. A primeira parte do roteiro, intitulada “história de vida”, indagou sobre aspectos considerados por elas relevantes sobre suas trajetórias pessoais. Nos tópicos seguintes, trajetória e carreira política, interpelei suas motivações para o ingresso na política, desde a militância estudantil às candidaturas e quais os desafios que encontraram e os percursos percorridos na política. Por último, indaguei seus posicionamentos acerca da participação política de mulheres, o que consideram como desafios e conquistas; a importância da política de cotas. Especificamente, sobre representação descritiva, perguntei como elas entendem a questão da representação de mulheres pelas mulheres.

Os materiais de campanha também são fundamentais para conhecimento, recomposição e análise das candidaturas. A primeira busca a esses materiais foi realizada na sede municipal do PT. No entanto, lá não existe esse acervo. Foi questionado também à Maria Luiza se ela teria guardado, mas ela não os possui. Afinal, já se vão quase trinta anos. Luizianne tem um acervo pessoal, mas não foi possível visitá-lo por dificuldades de contato após a realização da entrevista. Não consegui mais contatá-la.

As dificuldades referentes às fontes da campanha foram minimizadas pelo acervo do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Política e Cultura (LEPEC) da UFC, sendo a maior parte referente à Luizianne Lins. Em relação à Maria Luiza, além dos jornais da época lá arquivados, foi possível encontrar um folder do “Seminário Popular Fortaleza da Gente”, em que se discutiriam as principais propostas da candidatura de Maria Luiza e Américo Barreira, o então candidato a vice-prefeito³¹. O acervo do LEPEC permitiu-me complementar minhas buscas aos jornais e ter acesso a alguns materiais de campanha. Foi possível o acesso a alguns vídeos da campanha de Luizianne Lins, disponíveis no acervo no Laboratório de Estudos Políticas, Eleições e

³¹ O seminário contava com a participação de Luiza Erundina, à época candidata do PT à vice-prefeita em São Paulo.

Mídia (LEPEM) da UFC.

Para complementar esse material foi fundamental o acesso aos programas de governo de ambas as prefeituras. Vimos que a representação descritiva refere-se ao compartilhamento de experiências, contextos dos eleitos (candidatos) e seus eleitores. Assim, eu precisava saber, além do posicionamento de Maria Luiza e Luizianne sobre essa temática, como elas refletiam sobre o eleitorado feminino. A busca pelos programas de governo foi iniciada na sede municipal do PT e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Na sede do PT não havia os programas, mas foi-me repassado contato de quem poderia ter da campanha de Luizianne. No TRE foi explicado que os documentos com mais de dez anos são incinerados. O de 2004 foi registrado em cartório civil, então eu teria que saber em qual deles havia sido feito o registro.

Um ex-coordenador de campanha de Luizianne, através de contato na sede municipal do PT, enviou-me por *e-mail* a cópia do programa de governo. Posteriormente, com a continuidade do levantamento bibliográfico, obtive mais informações sobre o programa de governo de Maria Luiza na tese de Souza (2004)³², que não chegou a ser elaborado no período de campanha por diversas razões, a saber: o PT ser um partido pequeno à época e a candidatura de Maria Luiza ter inicialmente o intuito de fortalecer o crescimento do partido e, por isso não se contava com uma vitória do PT na capital cearense. Havia ainda o início da institucionalização dos partidos de esquerda que, com o Regime Militar, eram ilegais. Além disso, deve-se ressaltar o caráter de transição democrática do período, desde o início desse regime, em 1964, quando não havia eleições para prefeitos de capital.

A escolha pelos estudos de gênero não implicam somente numa teoria, mas numa metodologia e epistemologia distintas que trazem contribuições à pesquisa qualitativa, mas que geram controvérsias sobre alguns aspectos, como veremos a seguir.

3.3 A metodologia da pesquisa de gênero: impasses e contribuições

É preciso esclarecer algumas implicações referentes à metodologia nos estudos de gênero. Terragni (2005) aborda a pesquisa de gênero a partir de suas implicações e

³² SOUZA, Lincoln M. de. **Crônica de um partido não anunciado**: programa e governos do PT entre 1979-2000. 2004. 615f. Tese (Doutorado) – Curso de Economia, Departamento de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

contribuições metodológicas. Dessa forma, a autora afirma existir uma metodologia feminista própria que requer, entre outras prerrogativas, um posicionamento político da pesquisadora e do pesquisador. A pesquisa feminista confrontou-se com a sociologia tradicional positivista, que trata a realidade a partir de modelos de explicações causais. A crítica feminista à sociologia remete ao uso de categorias masculinas sem criticidade, sem utilizar analiticamente a experiência social das mulheres ou percebendo-as de modo enviesado pelo rótulo masculino. Um primeiro desafio apresentou-se à pesquisa feminista. Inicialmente as pesquisas sobre mulheres não alteravam o modelo androcentral dominante, pois a partir das mesmas categorias eram estudadas as mulheres. Da articulação com o movimento feminista e, principalmente da experiência das mulheres, é que se desenvolvem novas formas de conhecimento.

A autora defende que existe um aspecto diferenciador na metodologia feminista; as experiências da pesquisadora e do pesquisador devem ser incluídas na pesquisa.

A experiência não diz respeito somente ao “objeto de pesquisa”, mas abrange também o pesquisador. Não somente porque o ato de refletir sua própria experiência faz surgir sucessivas interrogações de pesquisa, mas porque tal experiência é inseparável do seu ser, do seu agir e do seu olhar como cientista social (TERRAGNI, 2005, p. 147).

Elementos como objetividade e distanciamento são questionados, porque não é possível para a pesquisa feminista praticar um distanciamento, pelo contrário, a aproximação com o sujeito-pesquisado é um requisito importante como provar e reconhecer que as emoções são importantes para a compreensão do fenômeno estudado.

Em muitos textos que se inspiram na metodologia feminista, ao contrário, assume um papel central: a contextualização dos problemas da pesquisa, as condições na qual esta aconteceu, as dificuldades, os recursos, as surpresas, são amplamente descritos, não por simples amor à verdade, mas porque estes constituem um material importante que “faz parte” da pesquisa (TERRAGNI, 2005, p. 148).

Aqui é importante tratar das minhas experiências que levaram à realização desta dissertação, como proposto por Terragni (2005). A cidade de Fortaleza como cenário das candidaturas aqui analisadas é um ponto de partida das minhas observações sobre Maria Luiza e Luizianne. Em 2004, ano da candidatura à prefeita de Luizianne, foram as primeiras eleições que participei como eleitora, aos 17 anos. De início, votei no candidato Inácio Arruda (PCdoB), por considerá-lo o melhor candidato para exercer o

cargo. Após a ida de Luizianne para o segundo turno votei nela, principalmente por considerar o outro candidato, Moroni Torgan, representante do conservadorismo e atraso político. Era comum ouvir da população a comparação com Maria Luiza, o que geralmente era considerado negativo por sua conturbada gestão. Nesse momento, eu terminava o Ensino Médio e iria prestar o vestibular para Ciências Sociais, e não imaginava que viria a pesquisar tais candidaturas. Após o término da graduação, pensando no projeto para o mestrado, decidida pelos estudos de gênero e pelo tema da participação política, conversando com amigos e professores, resolvi escrever a dissertação sobre essas duas candidaturas.

A minha opção pelos estudos de gênero e feminista advém do reconhecimento de uma condição excludente que vivenciam as mulheres (com a qual não posso deixar de identificar-me) em diferentes sociedades que se reflete na política, na educação, na saúde, na ciência, no enfrentamento da violência etc. Scott (1999) considera que uma das contribuições dos estudos feministas foi mostrar que categorias aparentemente neutras são sexuadas, como a noção do indivíduo abstrato, e que a declaração dos direitos humanos, por exemplo, é limitada. A exposição dessa neutralidade aparente que esconde a exclusão das mulheres faz parte do projeto feminista. Assim, é necessário reconhecer que este campo de pesquisa está inserindo numa discussão que envolve engajamentos e posicionamentos políticos. Alguns pressupostos assumidos pela pesquisa feminista como o reconhecimento da dominação social e ideológica imposta às mulheres exigem tomada de posição³³ que nesta dissertação diz respeito à representação descritiva, ou seja, reconhecer que em contextos específicos mulheres devem representar mulheres.

Dessa forma, como fica a questão da objetividade da ciência na pesquisa feminista? Haraway (1995) afirma que esta não pode ser neutra, mas parcial, relacionada à posicionalidade dos sujeitos envolvidos, por isso os saberes são situados. O conhecimento é sempre parcial, não apenas situado, mas corporificado. A autora faz várias críticas à visão de racionalidade tradicional das ciências, afirmando que esta não é possível, pois é demarcada pela posição de dominação. Dessa forma, D. Haraway insurge contra a ciência positivista tradicional, criticando e propondo outro modelo de

³³ SARANTAKOS, Sotirios. Feminist Research. In: **Social Research**. Horendmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

ciência baseado na posicionalidade e corporeidade dos sujeitos, pois a partir da dita neutralidade científica isso não é possível e nunca foi.

A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar (HARAWAY, 1995, p. 33).

Dessa forma, os contextos aqui escolhidos, como ressaltam Dilley (2002) e Haraway (1995), são resultados de intenções parciais que resultaram em conexões que partiram de determinadas visões, resultantes das questões incitadas pela categoria gênero e foram confrontadas com os materiais de pesquisa e os próprios sujeitos da pesquisa, Maria Luiza e Luizianne Lins.

A pesquisa de gênero oferece, pois, como podemos ver contribuição à pesquisa qualitativa, e também desafios epistemológicos, metodológicos que não se encerram em uma ou outra proposta, mas constitui-se afirmando uma parcialidade do conhecimento, tanto da parte pesquisada como do pesquisador e da pesquisadora. O que não diminui a pesquisa feminista, pois mesmo na sociologia clássica, o conhecimento é demarcado por um tempo e um lugar históricos.

Esta dissertação é inspirada nos primeiros estudos sobre mulheres no intuito de recuperá-las como sujeitos ativos da história, neste caso, no âmbito da política. Os estudos de gênero desempenharam papel importante no reconhecimento das mulheres como sujeitos ativos nas sociedades. Assumo, assim, um papel feminista no fazer sociológico em que os estudos de gênero estão circunscritos. Scanove (2008) afirma a existência de uma Sociologia feminista a partir dos estudos de gênero:

Com maior engajamento crítico e político há o processo de construção de uma sociologia feminista que atenta para as relações de dominação masculina e não dispensa o diálogo das teorias com o movimento e a realidade social, pois pressupõe que teoria e ação política se retroalimentam (SCANOVE, 2008, p. 176).

Essas são as perspectivas aqui assumidas, pois entendo que há um posicionamento político no fazer sociológico e que não há conhecimento neutro e

imparcial. Encontro na perspectiva feminista uma crítica à situação em que as mulheres estão subjugadas no sistema patriarcal e como se reflete no campo das ciências. Realizar uma pesquisa com viés feminista é assumir um posicionamento político, consciente de que os saberes são situados.

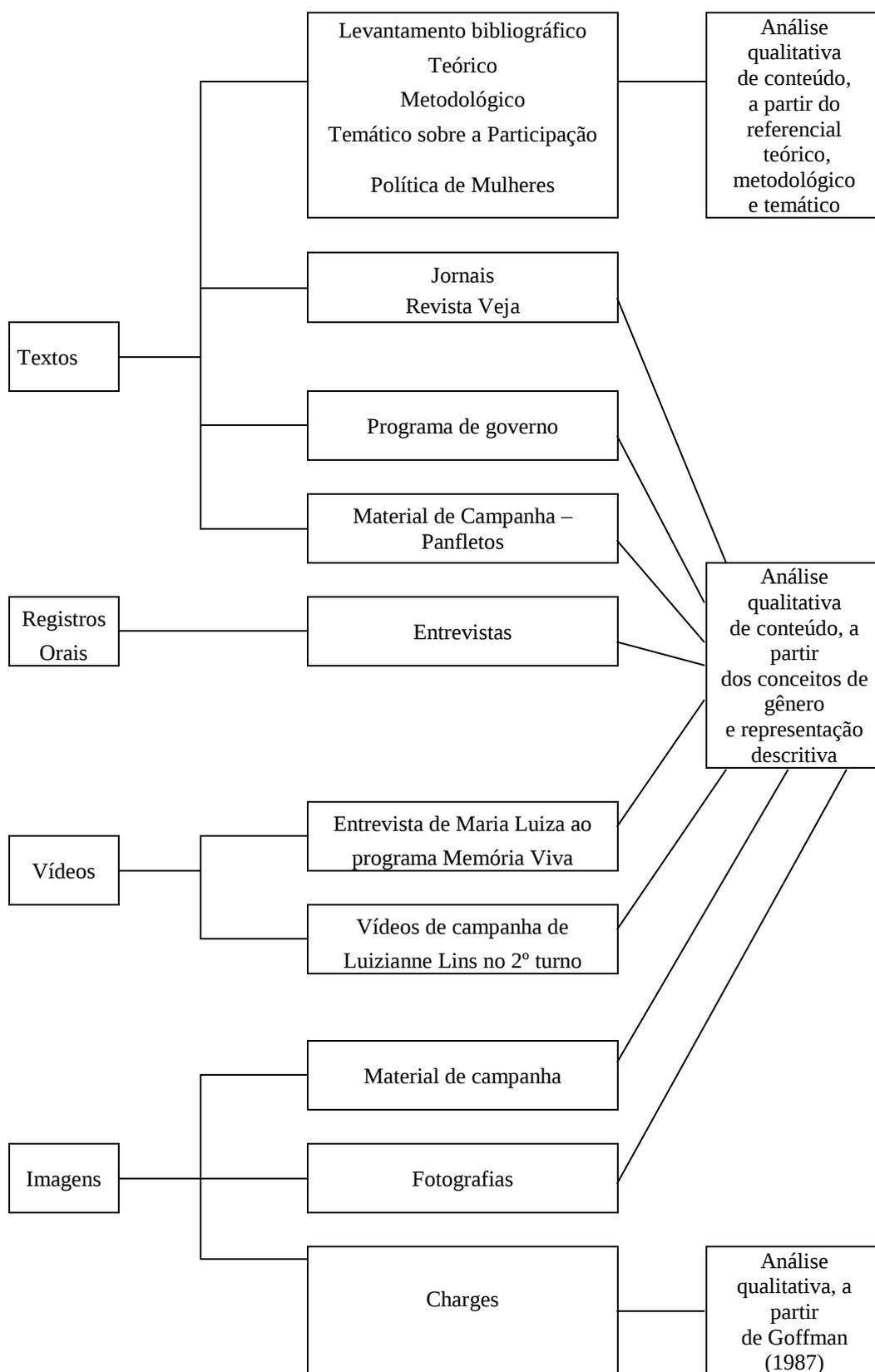
3.4 A construção do *corpus* da pesquisa

Após a indicação das perspectivas e caminhos metodológicos realizados, apresento a construção do *corpus* da pesquisa, a partir da proposta de Bauer e Aarts (2008), que se apropriam do método utilizado na Linguística, em que se podem armazenar diversos dados sobre determinado tema na linguagem para estudá-los e o adaptam para a pesquisa qualitativa nas ciências sociais como meio de sistematizar os dados (fontes) da pesquisa. Eles elaboram passos e regras que devem ser seguidos para a elaboração do *corpus*. Primeiro deve-se selecionar o material, depois analisá-lo e rever a seleção. E, ainda, cada *corpus* deve ter apenas um tema específico; os dados do *corpus* devem ser homogêneos quanto à sua substância, ou seja, não se pode colocar num mesmo *corpus*, imagens, textos ou vídeos; os documentos e fontes em geral tem um determinado tempo, os autores consideram a sincronicidade; dados de diferentes ciclos de tempo não devem estar num mesmo *corpus*.

O material a que tive acesso é constituído por diferentes tipos de fontes: jornais, entrevistas, documentos de campanha, programas de governo, vídeos que foram escolhidos por permitirem conhecer os contextos aqui analisados e confrontá-los às questões de gênero e representação política. Essa diversidade de fontes pode ser explicada pelo caráter multifacetado das minhas questões de pesquisa referentes às categorias distintas, ou seja, questionamentos acerca do gênero entendido por Scott (1989), à representação política e aos contextos e trajetórias escolhidos.

Seguindo a proposta dos autores, a seguir, apresento o *corpus* da pesquisa. O primeiro compõe-se dos textos escritos em que se baseiam a pesquisa; o segundo, pelas entrevistas; o terceiro, nas imagens e por último, os vídeos. Os dados a seguir são apresentados em forma de fluxograma (a partir da indicação dos autores), seguidos da identificação e justificativa do material.

Corpus da pesquisa



3.4.1 Textos

Levantamento bibliográfico

A pesquisa bibliográfica pautou-se principalmente no tema da participação política de mulheres desde o movimento sufragista, passando pelas décadas aqui analisadas, ou seja, década de 1980 e 2000. O levantamento bibliográfico buscou textos de diferentes tipos: artigos, dissertações, teses e livros sobre as categorias de análise e o tema, participação política de mulheres. As bases para encontrá-los foram principalmente, Scientific Electronic Library (SciELO), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Portal de Periódicos da Capes, em que detive atenção às revistas especializadas como Revista de Estudos Feministas e Cadernos Pagu, além das publicações do NEIM-UFBA (Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher). Na medida em que se encontram textos relacionados ao tema, a bibliografia enriquece-se. A partir dos textos foi possível articular as categorias escolhidas para análise com os contextos analisados da participação política de mulheres.

Para a bibliografia referente às categorias analíticas gênero, poder e representação descritiva, inicialmente os textos de Joan Scott serviram de base, posteriormente foram buscados os que tratavam de representação política, principalmente Pitkin (1989) e Mansbridge (1999); o primeiro pela abordagem clássica ao tema e o segundo por trazer questões específicas ao que estava propondo-me analisar.

O levantamento bibliográfico foi fundamental para entrar em contato com o tema desde o desenvolvimento da problematização e para a própria construção da argumentação.

Jornais e Revista Veja

Os jornais escolhidos para análise de ambas as candidaturas foram os de principal circulação no estado do Ceará, quais sejam, O Povo e Diário do Nordeste. A primeira busca pelo material foi realizada na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Lá se encontram os jornais desde o início da circulação; os mais antigos estão mimeografados e, os mais recentes, encadernados. Fotografei esse material selecionado referente ao período final da campanha, entre os meses de outubro e novembro de 1985 e outubro e novembro de 2004.

Uma segunda volta aos jornais impressos foi realizada no acervo do Laboratório de Estudos de Política e Cultura (LEPEC) da Universidade Federal do Ceará (UFC) que contém esse material dividido por temática. Foram fotografados os jornais referentes às campanhas, visando complementar as informações que já detinha.

A reportagem da *Veja* de 27 de novembro de 1985, logo após a vitória de Maria Luiza Fontenele, foi encontrada inicialmente na rede social Facebook, por ocasião do aniversário de 70 anos da ex-prefeita, que gerou algumas publicações sobre a respeito. A matéria na íntegra está disponibilizada no *site* da revista. É um conteúdo interessante por trazer posicionamentos acerca da eleição de 1985, carregado de moralismos que permitem analisar a visão do que foi esse momento na política no Brasil e ainda relacionar aos elementos (subjetivo, normativo, político e simbólico) das relações de gênero elencados por Scott (1989).

Ao elencar dois momentos distintos, os jornais de cada período permitiram conhecer a conjuntura política de ambos os processos eleitorais, encontrar falas das candidatas durante o processo eleitoral, além das entrevistas de ambas aos meios de comunicação, ter acesso às fotografias da campanha, às entrevistas das candidatas e, principalmente, perceber como apareceram os elementos de gênero referentes à Maria Luiza e Luizianne Lins.

Programas de governo

A dissertação busca analisar a representação descritiva nessas candidaturas. Um dos dados importantes para isso é, sem dúvida, os planos de governo elaborados. Com a análise dos programas de governo é possível identificar as propostas, em especial o que foi pensado para as mulheres.

Obtive o programa de Luizianne Lins por meio de um coordenador da campanha da época. O de Maria Luiza não havia sido elaborado no período da candidatura por razões citadas anteriormente. Com o acesso aos jornais e à entrevista da Maria Luiza realizada por mim, foi possível apreender seu posicionamento sobre a questão da representação política e como foram pensadas as propostas para as mulheres.

Material de Campanha

Os documentos produzidos nas campanhas são instrumentos importantes para conhecer os contextos, em especial o político. Infelizmente, não foi possível localizar quantidade maior de materiais da campanha de 1985, somente um panfleto referente ao “Seminário Popular Fortaleza da Gente”, em que se apresentariam as principais propostas de Maria Luiza. No acervo do LEPEC, encontrei alguns desses materiais concernentes à campanha de Luizianne, nos quais identifiquei propostas e temas debatidos, aliados políticos e da sociedade civil, embates políticos e *slogans*.

Entrevistas

Foi realizada uma entrevista semiestruturada com Luizianne Lins no dia 09 de julho de 2013, no curso de Comunicação Social da UFC. Participaram como entrevistadores os mestrandos em Sociologia da universidade citada, Genílria Maia e José Sérgio Juvêncio, que também pesquisam o tema de participação política de mulheres e são integrantes do LEPEC. A entrevista também semiestruturada com Maria Luiza Fontenele foi realizada no dia 16 de agosto de 2013, no curso de Ciências Sociais da UFC, realizada exclusivamente por mim.

O roteiro orientava perguntas no sentido de conhecer aspectos de suas histórias de vida e trajetória política, desafios referentes ao ingresso na política institucional e posicionamentos acerca da participação e representação política de mulheres.

3.4.2 Imagens

Alguns materiais são compostos por textos e imagens, como alguns materiais de campanha. Dessa forma, considerei fontes mistas, relacionando-as ao fluxograma dos textos e às imagens.

Charges

Os jornais, além de oferecer o conhecimento dos contextos políticos das candidaturas, apresentaram recurso imagético que possibilita perceber usos simbólicos utilizados por meio das charges produzidas por Sinfrônio, que apresentam rico material sobre a representação das mulheres na política.

As charges caracterizam-se pelo exagero dos traços de quem é representado, lançando mão do humor e da ironia para tratar de situações cotidianas e políticas atuais. Sinfrônio aborda principalmente temas políticos; assim, representou as candidaturas de

Maria Luiza no jornal O Povo e de Luizianne Lins no Diário do Nordeste em que chamam a atenção os traços exagerados referentes ao feminino, principalmente em relação à Maria Luiza.

As imagens ressaltadas pelas charges foram exploradas analiticamente, a partir da categoria gênero e do termo *displays*, este último usado por Goffman (1987), que refere-se a elementos que permitem reconhecer determinadas situações sociais. Dessa forma, as representações nas charges transmitem noções de mãe, militante, guerreira, imagens associadas à Maria Luiza e Luizianne Lins.

Fotografias

Os jornais também oferecem material fotográfico do período das campanhas analisadas que permitem conhecer os contextos e representações das duas prefeitas pela mídia. Ressalto que as charges e as fotografias são oriundas dos jornais analisados referentes aos períodos já citados dos meses antecedentes às eleições, para a sistematização dos corpora foi dividido o material escrito do imagético.

É possível contrapor as imagens das fotografias com as charges realizadas por Sinfrônio em que há uma clara distorção, principalmente em relação à Maria Luiza.

Material de Campanha Luizianne Lins

Além da parte escrita do material de campanha é possível identificar as imagens adotadas na campanha. O material constitui de adesivos, panfletos e uma faixa localizados no LEPEN-UFCE.

3.4.3 Vídeos

Entrevista de Maria Luiza ao programa Memória Viva

Em busca realizada ao portal de vídeos *Youtube*, pude ter acesso à entrevista de Maria Luiza cedida ao programa Memória Viva, da TV O Povo, que me permitiu complementar as outras em relação à trajetória, aspectos políticos e de gênero. Está disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ZS2IELgOORI>> e o acesso se deu em 20 de janeiro de 2014.

Vídeos do Horário Eleitoral Gratuito do segundo do turno da campanha de Luizianne Lins

Nesses vídeos é possível identificar os embates com o candidato Moroni, em que houve uma disputa em torno da moralidade entre os candidatos devido a um ponto do programa de Luizianne em que ela propunha um projeto de educação sexual nas escolas que gerou críticas por parte do candidato Moroni (PFL). Essa polêmica será melhor abordada no capítulo cinco. Também é possível identificar *jingles* da campanha de Luizianne Lins. O vídeo faz parte do acervo do LEP-EM-UFC.

* * *

Concluindo o desenvolvimento das linhas que orientaram a divisão dos capítulos, este último visou dar conta das perspectivas e posicionamentos adotados metodologicamente, além da descrição do material encontrado na pesquisa de campo. Trata-se do fio condutor que permite articular as perspectivas teóricas e metodológicas, aqui adotadas, com o material empírico a ser analisados nos próximos dois capítulos acerca das candidaturas de Maria Luiza Fontenele e Luizianne Lins, contextualizando cada momento.

4 A CANDIDATURA DE MARIA LUIZA FONTENELE: CONTEXTOS, TRAJETÓRIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Este capítulo apresenta a trajetória de Maria Luiza Fontenele e analisa sua candidatura à prefeita em 1985 a partir das categorias elencadas nesta dissertação. Vimos que as trajetórias e os contextos resultam de sentidos, escolhas do sujeito-pesquisado e da pesquisadora que realiza conexões, buscando estabelecer a análise, a partir de seus pressupostos teóricos e metodológicos. Dessa forma, foram articuladas as categorias gênero, representação descritiva e poder relacionadas à trajetória e ao contexto.

Sobre a trajetória de Maria Luiza é ressaltada sua participação nos movimentos sociais, em especial o feminista, que resultou na criação da União das Mulheres Cearenses (UMC). Anteriormente a isso, o envolvimento no Movimento Feminino pela Anistia foi fundamental para seu ingresso na política institucional como meio de levar as discussões de cunho popular para a esfera institucional.

A conjuntura política do período é representativa de um contexto de transição política e das disputas que se reestabeleciam legalmente entre partidos e candidatos. A análise reforça as imagens do feminino utilizadas na campanha por seus coordenadores e candidata, assim como da cobertura midiática sobre a participação de mulheres na política.

Esta parte da dissertação vale-se das fontes e reflexões desenvolvidas por Barreira (1993; 1998) acerca da trajetória e candidatura de Maria Luiza Fontenele. Trata-se de materiais ricos e bastante aprofundados, cujos aspectos a serem destacados, a seguir, abordam especificamente o tema desta dissertação que é a representação política.

4.1 Trajetória e narrativa: histórias de insubordinação

A protagonista deste capítulo, Maria Luiza Fontenele, nasceu em 1942, em Quixadá, no Ceará. Ainda na juventude veio morar em Fortaleza, cursou Serviço Social, foi professora do curso Ciências Sociais da UFC. Participou do movimento estudantil

durante a resistência à ditadura militar e atuou fortemente no Movimento Feminino pela Anistia - seção Ceará. Fundou a União das Mulheres Cearenses, organização feminista do estado. Ingressou na política institucional, sendo eleita duas vezes deputada estadual, na primeira vez para a período de 1979-1982, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, em seguida de, 1983-1985, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Elegeu-se prefeita de Fortaleza em 1985. A sua gestão, denominada Administração Popular, foi conturbada por greves de servidores, problemas administrativos e confrontos com os governos estadual e federal.

Ela afirma que na juventude sempre buscou, desde as brincadeiras de criança, estar na liderança. No colégio de freiras, realizou várias atividades na escola, inclusive dando aulas, o que ela entende como suas primeiras atividades no palanque. Percebe-se na fala de Maria Luiza o sentido orientado ressaltado por Bourdieu (1996), ou seja, ela busca em sua fala realizar conexões entre sua infância e adolescência com sua posterior atividade política. Ela considera sua destacada liderança como algo que a conduziria posteriormente à política.

Aos quinze anos passou a morar em Fortaleza, estudou no Liceu do Ceará, onde participou do movimento pela meia passagem. Iniciou o curso de Serviço Social na década de 1960, momento em que eclodiram as manifestações estudantis no Brasil e no mundo. A tônica do movimento estudantil nesse momento era a luta contra o Regime Militar iniciado em 1964. Os estudantes eram influenciados por leituras de cunho marxista e pela experiência socialista vivida na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e na China, com o maoísmo. Sua formação católica influencia sua participação na política. Engajou-se durante a militância estudantil no grupo Ação Popular³⁴. Esse movimento configurou uma esquerda dita católica e teve forte atuação no Ceará. Esses jovens estudantes preocupavam-se com as lutas dos trabalhadores, com a conscientização dos setores populares, criticando as estruturas das universidades e da Igreja.

Ela destaca que sua atuação profissional como assistente social era contraditória, pois ela confrontava-se com situações em seu trabalho que iam de encontro às suas aspirações ideológicas; por exemplo, trabalhava em um órgão que seria responsável pela

³⁴ Ação Popular (AP), oriunda da Ação Católica Brasileira (ACB), que reunia jovens ligados à Igreja com vistas à transformação do mundo. A ACB dividia-se em: JAC (Juventude Agrária Católica); JEC (Juventude Estudantil Católica); JIC (Juventude Independente Católica); JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica), este último grupo, posteriormente vem a formar a AP.

remoção de pessoas de suas residências. Ela representava esse órgão como assistente social, mas orientava a população a resistir. Era uma posição conflitante entre sua função e seus posicionamentos. Deixou essa atividade e ingressou como professora auxiliar no curso de Ciências Sociais da UFC no período de sua fundação.

Maria Luiza casou antes de terminar o curso de Serviço Social com Agamenon Almeida, que também participava do movimento estudantil. Juntos foram para os EUA, ele para fazer o doutorado e ela o mestrado em Sociologia. Esse período coincidiu com o governo Médici (1969-1974), o de maior repressão, durante o regime militar. Retorna ao país em 1973 e, em 1975, engaja-se no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e é a partir dele que se insere na vida política institucional. Foi duas vezes deputada estadual. Candidatou-se e elegeu-se prefeita de Fortaleza em 1985, quando ocorria o processo de transição democrática. Foi deputada federal, eleita em 1995 pelo PSB.

Atualmente lidera o grupo Crítica Radical, no qual defende o fim do capitalismo e da política. O Crítica Radical é oriundo do encontro, quando do retorno de Maria Luiza ao Brasil dos EUA em 1973, com Rosa da Fonseca - que havia saído há pouco da prisão -, Célia Zanetti e Jorge Paiva, que haviam chegado ao Ceará e se encontravam em situação de clandestinidade. O grupo agregou outros militantes de esquerda e foi denominado de “Grupo da Maria”. Desde então, eles passaram por diversos partidos de esquerda. Na década de 1990, a partir da descoberta de novas perspectivas do marxismo, com a leitura de Robert Kurz e dos Gundrisse, de Karl Marx (1857-1858), elaboraram uma autocrítica e criaram o grupo Crítica Radical, pois seus posicionamentos não se enquadravam nos partidos e nem eles concebiam mais a política institucional um caminho para o que consideram a emancipação humana³⁵.

A representação política entendida no sentido de se fazer presente não é mais concebida pelos membros do grupo Crítica Radical como um meio de realizar a política. Como vimos no capítulo 1, Maria Luiza posiciona-se de maneira crítica acerca da representação descritiva e considera as ações afirmativas, como a política de cotas, aparatos burocráticos. Para ela, o jogo político depende do resultado de lutas pelas transformações sociais. Um projeto feminista no sentido estrito, que reivindica por

³⁵ Para conhecer a história da formação do Crítica Radical, indico a dissertação: BEZERRA, Glícia M. P. **Greve do Voto: a Política da Antipolítica nas Eleições Municipais de 2004 em Fortaleza**. 2007. 152f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. A autora analisa a campanha do voto nulo lançada pelo grupo nas eleições de 2004 em Fortaleza, na qual disputava Luizianne Lins.

causas específicas, não corresponde ao alcance da emancipação humana almejada pelo grupo, pois homens e mulheres estão sujeitos ao mesmo sistema capitalista, com o qual é necessário romper.

Dois aspectos de sua trajetória serão enfatizados a seguir. A participação no Movimento Feminino pela Anistia, por ter sido determinante para seu ingresso na política institucional, e a criação da União das Mulheres Cearenses, que se insere no movimento feminista local.

4.2 O Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)

Foi a partir da atuação no MFPA que Maria Luiza sentiu a necessidade de colocar os interesses dos grupos populares aos quais ela estava ligada nos setores institucionais; por isso foi pensada sua candidatura à deputada estadual.

O Movimento Feminino pela Anistia surgiu em 1975, inicialmente em São Paulo, depois em Minas Gerais e em Fortaleza, em 1976. Agrupou mães, filhas, esposas de exilados e presos políticos brasileiros. A luta dessas mulheres foi fundamental para a conquista da Lei de Anistia de 1979, imprescindível para que esses brasileiros pudessem recuperar sua cidadania política. Ana Rita Fonteles Duarte pesquisou no seu doutorado esse movimento, que resultou no livro “Jogos da Memória” (2012). No prefácio de seu livro é afirmado:

No Brasil, as mães, irmãs, filhas, primas, ou simplesmente mulheres em solidariedade aos presos políticos e exilados, tinham começado as suas atividades dois anos antes das Locas de La Plaza de Mayo, como a direita argentina as chamaram. Nesse sentido, a iniciativa de criar o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) era um ato pioneiro na América Latina. Predominava uma tática parecida tanto no Brasil quanto em outros países que seguiram o exemplo: usar as imagens de gênero, ainda fortemente embutidas na cultura brasileira e na latino-americana, para forçar a situação política a obrigar os militares a responderem, em vez de manterem silêncio sobre o destino dos mortos e desaparecidos. E no caso brasileiro, exigir a abertura que Geisel prometia (DUARTE, 2012, p. 15).

As mulheres do MFPA perceberam que poderiam jogar com as atribuições tradicionais de gênero, pois aquelas mães, irmãs e esposas não poderiam oferecer perigos à ordem institucional; elas lutavam por seus familiares que estavam em exílio

ou desaparecidos. A autora ressalta a dificuldade em encontrar fontes históricas que registrassem o movimento, ressaltando haver sobre o período uma memória masculina mais presente do que feminina.

O MFPA correspondeu a uma atuação importante para Maria Luiza e as outras mulheres que se envolveram neste movimento. Para Maria Luiza, foi a partir dessa participação que sentiu necessidade de levantar as questões específicas às mulheres na organização que ficou conhecida como União das Mulheres Cearenses, e, além disso, levar as bandeiras dos movimentos populares para a ordem institucional. Assim foi pensada sua primeira candidatura à deputada estadual, em 1978.

4.3 União das Mulheres Cearenses (UMC) e o Movimento Feminista Cearense

A publicação “Cadernos Feministas de Economia & Política (Feminismo no Nordeste)” (2006) resgata a trajetória do movimento feminista no Nordeste³⁶. Detendo-se no estado do Ceará, a economista doméstica Gema Esmeraldo recupera a história de mulheres que ousaram questionar as relações entre feminino e masculino em suas épocas, em um período anterior ao movimento sufragista nas décadas de 1920 e 1930.

Mulheres como Bárbara de Alencar (1765-1832), que se destacou nas lutas pela independência e contra a monarquia. Jovita Alves Feitosa (1848-1867) lutou para participar da Guerra do Paraguai, mas teve seu pedido negado pela justificativa da incompatibilidade do sexo feminino com a atividade militar. Maria Tomásia Figueira Lima (1826-1902 ou 1903) participou do movimento abolicionista. Francisca Clotilde Barbosa Lima (1862-1935) escritora e professora da Escola Normal percebe na educação uma maneira de transformar a realidade feminina. Alba Valdez (1874-1962) fundou, em 1904, a Liga Feminista Cearense, primeiro grupo literário feminino do estado e foi primeira mulher a ingressar na Academia Cearense de Letras. Aliando escrita e política, defendeu melhores condições sociais, culturais e políticas para as mulheres e Henriqueta Galeno (1887-1964) escritora, primeira bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará, participou do 1º Encontro da Federação pelo Progresso Feminino, entidade dirigida por Bertha Lutz que defendia a liberdade profissional e participação política da mulher.

³⁶ **Cadernos Feministas de Economia & Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 3, 2006.

Esse momento da história do Ceará, resgatado por Esmeraldo (2006), demonstra a importância da Escola Normal que formava professoras, o que representava uma inserção no mercado de trabalho e o papel da escrita como meio de ingressar em lugares considerados masculinos nessa época, como os jornais e as Academias de Letras. A autora ressalta a ausência de documentos históricos sobre a participação pública de mulheres no Ceará no período posterior à promulgação do voto feminino. No período de 1946 a 1986, os documentos referem-se a uma única mulher, Maria Luiza Fontenele.

Maria Luiza e Rosa da Fonseca³⁷ são citadas no texto de Esmeraldo (2006) com participação no movimento ligado aos movimentos de bairros populares e estudantil ligados à Igreja Católica, através da Teologia da Libertação. Sobre a participação de mulheres no movimento de resistência ao Regime Militar, Esmeraldo (2006) ressalta a relação com o marxismo e a falta de um projeto feminista. Como vimos, o feminismo dos anos 1960 e 1970 teve estreita relação com os movimentos de esquerda. Após a considerada derrota desse projeto de luta democrático-socialista no Brasil, há uma reelaboração das reivindicações e firma-se um movimento feminista propriamente dito no Brasil.

As mulheres cearenses que emergem numa ação política a partir da década de 1960 iniciam-se no movimento universitário e estudantil, nos movimentos de bairro e na militância política em partidos e grupos de esquerda numa clara ação de luta pela democratização do País. Não há por parte dessas mulheres a compreensão e o reconhecimento da opressão à mulher e das lutas pela transformação das condições de desigualdade da mulher na sociedade. A matriz teórico/prática que orienta essas lutas é a marxista, é a luta de classes. E qualquer ação que possa anunciar desigualdades no interior da própria classe é compreendida como fragmentadora e divisionista para a unidade de classes (ESMERALDO, 2006, p. 39).

Tal posição pode ser explicada por um posicionamento marxista das militantes de esquerda. Scott (1989) ressalta que a perspectiva marxista-feminista buscou compreender as relações de gênero a partir da causalidade econômica, estabelecendo um paralelo entre patriarcado e capitalismo.

O movimento feminista no Ceará consolida-se na década de 1980 com a criação da União das Mulheres Cearenses (UMC) que pretendia discutir a discriminação feminina, o machismo e a sexualidade sob a liderança de Maria Luiza e Rosa da

³⁷ Rosa da Fonseca foi militante estudantil, exercendo liderança na resistência ao regime militar. Até hoje milita com Maria Luiza no grupo Crítica Radical.

Fonseca. Em 1982, um grupo dissidente cria o Centro Popular da Mulher (CPM). Houve, então, uma disputa no movimento polarizada pelo PT (Partido dos Trabalhadores) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Na década de 1990 houve a sistematização da organização de atividades relacionadas ao Dia Internacional da Mulher. Com a movimentação para a participação da IV Conferência Mundial da Mulher (1995) criou-se o Fórum de Mulheres Cearenses (FMC) e mais recentemente, em 2005, Esmeraldo (2005) cita a criação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Maria Luiza considera fundamental na sua trajetória a fundação e participação na União das Mulheres Cearenses (UMC), na década de 1980. Ela conta que em seu envolvimento nos movimentos populares e sua inserção como deputada notava o engajamento das mulheres. Daí surgiu a ideia de criar uma entidade para tratar de questões específicas dessa população.

Nessa época nós começamos a perceber não só o papel destacado que as mulheres tiveram na criação do MFPA, mas também com essa entrada na atuação como deputada na periferia de Fortaleza, o papel das mulheres também na periferia e das mulheres nas comunidades eclesiais de base, então vimos a necessidade de... Se as mulheres estavam tendo atuação tão forte e ao mesmo tempo eram tão discriminadas porque não criar um movimento para dar mais vez e voz às mulheres (informação verbal)³⁸.

Maria Luiza destaca a importância da UMC para sua trajetória pessoal e as principais questões debatidas:

[...] e eu considero como uma das entidades que teve papel mais forte na minha experiência de vida... Porque foram enfrentamentos muito fortes. Desde a questão sobre a reflexão da descriminalização do aborto, passando pela relação homoafetiva, na época não existia esse nome, nós dizíamos relação homossexual, o enfrentamento da violência doméstica, problema da discriminação das mulheres e um eixo que nós acrescentamos à época que era a questão da emancipação feminina (informação verbal)³⁹.

A fala de Maria Luiza apresenta quais temas estavam sendo discutidos na década de 1980, assuntos tabu como homossexualidade e a descriminalização do aborto começavam a ganhar força e outras questões ligadas à sexualidade e saúde da mulher, a

³⁸ Entrevista concedida por Maria Luiza Fontenele. [ago. 2013]. Entrevistadora: Rebeca do Nascimento Coelho. Fortaleza, 2013.

³⁹ Idem.

questão da violência⁴⁰ que incidia sobre a esfera privada e a concepção patriarcal do assassinato de mulheres como crimes de honra⁴¹. Hoje, Maria Luiza tem um posicionamento diferente acerca do movimento feminista e da própria política. Ela considera que há um sistema opressor, o capitalismo, sobre todos os sujeitos, por isso o movimento feminista resolveria as questões apenas para uma parcela da sociedade. Para ela, homens e mulheres estão cooptados pelo capitalismo, assim é necessário outro sistema para se alcançar a emancipação humana. Ela explica:

Compreendendo que a emancipação não podia se dar como movimento de mulheres porque é imanente ao sistema, então nós seríamos independentes de quê? Independentes dos homens? Se os homens estão submetidos a essa lógica do capital. Nós ficaríamos independentes dos homens, submetidas à mesma lógica (informação verbal)⁴².

Esse posicionamento representa uma mudança em sua própria participação política em relação ao movimento feminista, que inicialmente projetou seu ingresso na política institucional com o engajamento nos movimentos populares, mas que, posteriormente, assume outra postura, não o entendendo mais como necessário à emancipação, pois também está sujeito ao capitalismo. Hoje Maria Luiza não ocupa cargo eletivo e lidera o Grupo Crítica Radical.

4.4 A candidatura de Maria Luiza: possíveis significados

A campanha de 1985 acontecia num contexto de transição política do Regime Militar para o democrático. A abertura política teve início com o governo de Ernesto Geisel, que estabeleceu a dita distensão lenta, gradual e segura. O presidente João Batista Figueiredo seguiu o projeto, em 1979, declarando anistia às presas e aos presos e exiladas e exilados políticos e também para os agentes do Estado que haviam conduzido as prisões e torturas, o que até o presente momento tem fomentado críticas e polêmicas. Em 1984, houve intensa manifestação em prol das Diretas Já, campanha que exigia a

⁴⁰ Referência no campo de violência e gênero está SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Na obra, a autora aborda diferentes tipos de violência sofridos pelas mulheres, a partir dos conceitos de gênero, poder, patriarcado etc. Heleieth Saffioti tem outras obras sobre o tema.

⁴¹ CORRÊA, Mariza. **Morte em Família: Representações Jurídicas de Papéis Sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983 é uma das referências sobre crimes de honra, publicado quando se iniciava essa discussão.

⁴² Idem.

volta das eleições diretas para presidente. No entanto, prevaleceu a escolha indireta, em que foi eleito Tancredo Neves, que veio a falecer antes de assumir o cargo, fazendo com que o seu vice, José Sarney, tenha se tornado Presidente da República. A década de 1980 viria a ser marcada por crises econômicas e pelas tentativas do presidente de emplacar diversos planos para sustá-las.

As eleições municipais de 1985 eram as primeiras após o fim do regime, no início da chamada Nova República. Alguns antecedentes referentes ao contexto político da campanha de 1985 são ressaltados por Carvalho (1999). As alianças políticas no Ceará que conduziram ao nome de Gonzaga Mota (PMDB) a governador foram ruindo; eram baseadas no apoio de três personagens da política cearense, os coronéis Virgílio Távora, César Cals e Aduino Bezerra. Estes revezaram o comando do estado durante o Regime Militar. Com os acordos rompidos, a conjuntura para a eleição municipal ganhava novos contornos. Houve a ruptura entre o governador e os coronéis. Foi lançado o nome de Paes de Andrade (PMDB) para prefeitura com o apoio de Gonzaga Mota. Lúcio Alcântara (PFL) saiu como candidato de Aduino Bezerra.

A disputa tendia a polarizar entre esses dois nomes, tendo em vista que possuíam apoiadores fortes, além da experiência política e de serem conhecidos da população. Paes de Andrade, advogado e professor, 24 anos de atividade parlamentar, assumiu diversos cargos, entre eles de Secretário da Fazenda, Secretário da Educação e da Saúde. Foi líder do PSD na Assembleia Legislativa e vice-líder do MDB. Lúcio Alcântara, médico, professor adjunto do Departamento de Saúde Comunitária do Centro de Saúde da UFC, foi Secretário da Saúde e de Assuntos Municipais, prefeito biônico de Fortaleza de 1979 a 1982.

Os outros postulantes eram: Antônio Alves Moraes (PTB), professor e deputado federal pela segunda vez. O Diário do Nordeste de 19/10/1985 destaca sua votação em Fortaleza. Em 1974, foi o candidato melhor votado na capital. Tarcísio Leite (PSC), professor universitário, foi vereador em 1964. De formação católica, tendo atuado no Partido Democrata Cristão, na ARENA (partido de situação do Regime Militar). Humberto Beviláqua (PL), empresário, disputava pela primeira vez cargo político. Antes contribuiu com a campanha de 1982 pelo PDS.

A eleição de 1985 em Fortaleza trazia outra candidata entre os postulantes ao cargo de prefeito. Moema São Tiago entrou na disputa quando o outro candidato, deputado Manoel Arruda, renunciou à candidatura para apoiar Paes de Andrade,

retornando ao PMDB. Ela colocava-se como representante do PDT (Partido Democrático Trabalhista). Nasceu no Rio de Janeiro, fundadora nacional e local (Ceará) do PDT, atuou na década de 1960 no movimento estudantil, foi exilada, fundadora e coordenadora do Comitê Pró-Anistia em Lisboa. Ela possuía um perfil semelhante ao de Maria Luiza. Talvez sua candidatura tardia com a proposta de manter o partido no pleito impossibilitou melhor desempenho. Os jornais da época destacaram a presença das mulheres nessas eleições.

Figura1 - Encontro das candidatas Maria Luiza e Moema São Tiago. Na legenda: Moema dizia que o encontro com Maria Luiza era “momento histórico”.



Fonte: Jornal O Povo, 16/11/1985.

Essa foto registrou o encontro entre as duas candidatas no dia das eleições, 15 de novembro de 1985. Nesse período ainda eram permitidas as bocas-de-urna e os

candidatos saíam às zonas eleitorais para garantir adesão à campanha. Moema São Tiago destacou a importância histórica do momento, declarando: “Somos duas mulheres, vistas como duas forças em termos de luta” (JORNAL O POVO, 16/11/1985). Esse encontro também é destacado por Barreira (1998) para exemplificar como as candidaturas femininas podem construir identidades de gênero, neste caso, reforçando as qualidades de “mulher combativa”.

Além das duas candidatas à prefeita, havia uma concorrente à vice-prefeita na chapa de Humberto Beviláqua (PL), Célia Gaspar. O jornal O Povo de 15/11/1985 destaca a participação das três candidatas na seguinte matéria: “Eleição ganha charme com presença da mulher”, em que compara as três candidatas. Sobre Maria Luiza, é destacada sua formação acadêmica, militância estudantil e o envolvimento no Movimento Feminino pela Anistia. É também ressaltada a candidatura de seu pai a prefeito de Quixadá, que não chegou a se concretizar por ter renunciado em nome de outro candidato, decisão influenciada pelos filhos. Moema São Tiago, em fala ao jornal, destaca sua participação no movimento estudantil. É ressaltado seu parentesco com Virgílio Távora (é sobrinha de Luiza Távora, esposa do coronel). Quando questionada sobre a participação das mulheres nas eleições, afirmou que gosta da situação e considera que Célia Gaspar poderia também estar disputando a vaga de prefeita. Sobre a relação do voto feminino em candidatas, ela disse desconhecer e destaca o movimento feminista como importante para a atuação das mulheres na política e afirma: “Mas creio que mulher vota em mulher que pensa como mulher” (JORNAL O POVO, 15/11/1985).

A candidatura pela vice-prefeitura de Célia Gaspar era apontada como troca de favores entre seu irmão, Roberto Gaspar, pela candidatura a deputado federal de Sérgio Philomeno, o que ela nega na matéria. Afirma que seu ingresso no PL deu-se por simpatia, e seu interesse na política partidária ocorreu após as campanhas das Diretas Já. Jornalista e radialista, considera que era conhecida da população, mas que não tinha chances de ganhar. Lembra o passado político da família em que o avô e o tio-avô foram prefeitos de Uruburetama e resalta o machismo como fator para a pausa política que a família havia passado, pois o avô teve somente filhas, por isso não seguiram a tradição.

Barreira (1998) ao analisar candidaturas de mulheres considera que:

Na realidade, a construção de símbolos e estratégias discursivas, que acontece por ocasião de candidaturas femininas, é reveladora de que as mulheres não entram na vida política de forma silenciosa. Ao contrário,

ritualizam essa entrada, seja comemorando a capacidade de “romper barreiras”, seja enfatizando sua capacidade para o exercício da função em reação aos preconceitos historicamente arraigados, que associam negativamente gênero feminino e desempenho político (BARREIRA, 1998, p. 105).

Podemos perceber o sentido relacionado ao rompimento de barreiras do qual trata Barreira (1998) nessas candidaturas, pois elas apontam para o novo, para a mudança, o *slogan* usado na campanha era “construir o novo com o povo”. O posicionamento de Maria Luiza era o de romper com os coronéis (Adauto Bezerra, Vírgilio Távora e César Cals) e o coronelismo⁴³ presente na política cearense. Propunha uma administração popular, baseada no compromisso com os movimentos populares, um dos aspectos que a distinguiu dos outros candidatos.

As eleições municipais de 1985 foram bastante agitadas. A suposta polaridade entre Paes de Andrade e Lúcio Alcântara seria diminuída pelo crescimento de Maria Luiza. No entanto, as pesquisas de intenção de voto continuavam a declarar Paes de Andrade e Lúcio Alcântara em primeiro e em segundo lugar, respectivamente. Em pesquisa realizada pelo IBOPE e divulgada pelo Diário do Nordeste, em 16/11/1985, temos a seguinte conjuntura: Paes de Andrade (39,5%); Lúcio Alcântara (23,1%); Maria Luiza (20,3%); Antônio Moraes (4,4%); Outros (1,3%); Indecisos (11,3%). Essa pesquisa foi realizada entre os dias 8 e 14 de novembro, ou seja, às vésperas das eleições, e ainda se propagava a polaridade entre Paes de Andrade e Lúcio Alcântara. O texto da matéria do Diário do Nordeste ainda traz que a redução do primeiro de 53,3% para 39,5%, o que favorecia o segundo. Sobre Maria Luiza é afirmado:

Assim como Lúcio Alcântara, a candidata Maria Luiza Fontenele dimensiona suas chances de chegar à Prefeitura. Não é possível, porém, uma demonstração concreta dessa possibilidade através de hipóteses a partir dos números da pesquisa do Ibope, como foi possível fazer com o candidato Alcântara (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 16/11/1985).

O crescimento de Maria Luiza é reconhecido, mas não esperavam sua vitória, mesmo no período mais próximo ao pleito. O PT, nos últimos momentos da campanha, investiu no que chamou de “a virada”. Foi realizada a passeata e o comício da virada. Este contou com 40 mil pessoas. Barreira (1998, p. 117) ressalta que o comício foi

⁴³ O coronelismo representou uma prática política do início da República no Brasil, que se caracterizava pelo mando dos “coronéis”, os proprietários de terra que ditavam a política e economia de suas regiões.

marcado pelo “tom do discurso político proferido pelas lideranças mais significativas do PT”, diferente de outros em que a música e os *jingles* da campanha ganham destaque. As bandeiras de cor vermelha do PT prenunciavam para o crescimento do partido e a mudança social que traria. Sua realização na praça José de Alencar, local historicamente marcado por manifestações populares, era comumente lembrado durante o evento. O jornal O Povo de 13 de novembro de 1985 destaca a chegada de Maria Luiza:

A chegada de Maria Luiza ao palanque emocionou a todos os presentes. Ao momento de sua subida, gritos de “Maria, Maria” foram bradados, bem como outras palavras de ordem. Ela diversas vezes pediu calma ao público tamanha agitação provocada por sua participação (JORNAL O POVO, 13/11/1985).

Percebemos assim o clima que ganhou a campanha que se aproximava do fim. O jornal ainda destaca fala de Maria Luiza em prol dos movimentos populares e do povo. Chegando o dia das eleições, 15 de novembro de 1985, a cobertura dos jornais destacava a tranquilidade na cidade durante o dia, a movimentação e o sentimento de confiança entre os candidatos. Com a apuração dos votos, ficava claro que a disputa seria entre Paes de Andrade e Maria Luiza. “Paes e Maria: momento de decisão”, afirmava a manchete do jornal O Povo de 17 de novembro de 1985. A vitória surpreendente de Maria Luiza seria confirmada em seguida e repercutiu na imprensa nacional também. Como veremos em seguida, a Revista Veja noticiou a vitória de Maria Luiza, caracterizando-a como uma “bizarrice”.

Na tabela abaixo, a contagem dos votos de cada candidato.

Tabela 1. Resultado das eleições de 1985

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	%
Maria Luiza Fontenele	PT	159.846	32,43
Paes de Andrade	PMDB	148.437	30,12
Lucio Alcântara	PFL	121.326	24,61
Antonio Moraes	PTB/PDS	27.204	5,50
Tarcísio Leite	PCS	4.303	0,80
Moema São Thiago	PDT	3.692	0,70

Humberto Bevilaqua	PL	405	0,08
Nulos	-	19.183	3,89
Branços	-	8.406	1,70
Total	-	492.802	100,00

Fonte: SOUZA, Lincoln M. de. **Crônica de um partido não anunciado**: programa e governos do PT entre 1979-2000. 2004. 615f. Tese (Doutorado) – Curso de Economia, Departamento de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

A capa do jornal O Povo do dia seguinte traz a Maria sorridente, como foi em toda a campanha, comemorando a vitória, destacando a decisão do povo. Barreira (1993) ressalta que o uso do sorriso na campanha de Maria Luiza faz parte de um processo de transição de uma política marcada pela “carranca” para o “sorriso”. Esse elemento identificado a uma estética feminina faz parte de uma estratégia de identificação entre política e sociedade. E afirma: “Se a imagem feminina neutralizou o lado “carranca” coronelista, também diluiu, sob alguns aspectos, a austeridade da militância política de esquerda” (BARREIRA, 1993, p. 450).

Figura 2 - Registro de comemoração da vitória de Maria Luiza. Na legenda: A vibração de Maria Luiza com a vitória contagiou seus correligionários e um carnaval tomou conta da cidade.



Fonte: Jornal O Povo, 18/11/1985.

O Diário do Nordeste de 18 de novembro de 1985 destaca a eleição da primeira prefeita de capital: “Fortaleza elege a primeira prefeita de capital” (DIÁRIO DO NORDESTE, 18/11/1985)⁴⁴. Veiculou também a propaganda da “Talento Publicidade”, em que se faz clara referência à Maria (Nossa Senhora), ressaltando que a cidade decidiu escolher uma Maria “[...] concebida sem os pecados da prepotência, arrogância e clientelismo” (DIÁRIO DO NORDESTE, 18/11/1985) em oposição ao coronelismo e à prática do empreguismo “da velha/nova República”. Aqui temos clara referência ao elemento simbólico, ressaltado por Scott (1989), como constitutivo da categoria gênero. A evocação de Maria (mãe de Deus) como símbolo da pureza e sem pecados. Essa referência chama atenção, pois pesavam contra Maria Luiza aspectos morais negativos: o divórcio, a militância de esquerda, o radicalismo. Foram então utilizados outros elementos em contraposição a essa imagem recorrente que se conectam a outros símbolos, o de guerreira, o de mãe, o de Maria, o de uma “mulher como outra qualquer”.

Figura 3 - Agência de publicidade veicula vitória de Maria Luiza.



Fonte: Diário do Nordeste, 18/11/1985.

⁴⁴ Deve-se ressaltar que, nessas mesmas eleições, Gardênia Gonçalves (PDS) também foi eleita em São Luís-MA.

As imagens abaixo, retiradas do jornal O Povo, retratam diferentes momentos de Maria Luiza que ilustram o que foi ressaltado acima.

Figura 4 - Diferentes momentos de Maria Luiza destacados pelo jornal O Povo. Na Legenda: Força, decisão, cansaço, sede, coragem: nos diferentes momentos da coletiva a Prefeita eleita deixa claro que não pretende isolar-se mas a proposta administrativa está fora de negociações.



Fonte: Jornal O Povo, 19/11/1985

Retomarei os símbolos evocados pela campanha de Maria Luiza mais à frente. Na seção seguinte, trato da representação política no que se refere às mulheres no contexto da campanha de 1985.

4.5 Representação política: imagens de um contexto

Aqui voltamos à pergunta de partida desta pesquisa: mulheres eleitas devem representar as mulheres eleitoras? Mansbridge (1999), como vimos no capítulo 1, aborda esse tema e afirma que sim, em certos contextos é necessário que mulheres representem mulheres.

O primeiro contexto ora analisado, a candidatura de 1985, é caracterizado pela transição política pós regime militar. Eram as primeiras eleições municipais no Brasil desde 1964. Era a nova República que se instaurava. Era um período conturbado economicamente; fazia-se presente a questão da inflação entre os brasileiros. Em relação à presença de mulheres na política temos um quadro desolador, em virtude de

um Regime Militar que perdurou por 21 anos, amordaçando a participação política e os movimentos sociais em todos os seus âmbitos, o que torna ainda mais significativo que em Fortaleza tivéssemos duas mulheres pleiteando o cargo de prefeita e uma o de vice-prefeita, num contexto desfavorável ao exercício de cidadania.

Mansbridge (1999) não trata especificamente de mulheres, mas de grupos sociais excluídos das esferas de decisão e poder. Destaco a composição da Câmara Municipal à época, que era composta de quatro mulheres⁴⁵ num total de 33 vereadores, representando 12,12%.

O movimento feminista na década de 1980 levantava bandeiras específicas que necessitam de amparo político. Iniciavam-se as discussões sobre legalização do aborto, violência doméstica, discriminação etc. Essas questões não se encerram na prática dos movimentos feministas, tornam-se bandeiras de luta e alcançam toda a população. Seria óbvio que as mulheres na política deveriam defender essas causas? Ou a representação se faz de forma geral, podendo qualquer político levantar essas questões?

Vimos que desde o sufrágio, nos anos 1920, algumas mulheres reivindicavam que as questões específicas não seriam resolvidas apenas com a conquista do voto. Era uma reivindicação importante, mas qual seria o papel das mulheres após assumi-lo? Após 82 anos de garantia do voto às mulheres no Brasil qual tem sido sua representação? A presença de mulheres na política não se consolidou em todos os seus aspectos, mesmo com uma presidenta da República. A situação das mulheres ainda é de discriminação nos diferentes âmbitos da sociedade. Para mudar os números na política foi implantada a política de cotas por sexo, mas que tem esbarrado no próprio sistema eleitoral brasileiro, que não garante que mulheres candidatas sejam mulheres eleitas.

Quais os significados sociais que ainda pesam sobre as mulheres? Quais significados, símbolos e imagens foram relacionados à Maria Luiza durante sua campanha? Pode-se perceber que existem ataques de ordem moral à candidata. Em sua entrevista cedida a mim, ela relembra entre outros, o fato de ter se divorciado por duas vezes era difundido; a acusavam de ser dona de uma rede de motéis; ou de ser lésbica; até sua cidade de origem, Quixadá, era motivo de chacota, pois ela era de um lugar “[...]”

⁴⁵ Eram elas: Francisca Ivone Melo (PDS); Íria de Almeida Férrer (PMDB); Maria José de Oliveira (PDS); Nildes Alencar Lima (PMDB). Informações retiradas de: INSTITUTO DE PESQUISA AMÉRICO BARREIRA. **Vereadores de Fortaleza**: traços biográficos 1967-1988. Fortaleza: IPAB, 2008.

onde até as pedras são galinhas”⁴⁶ em referência à formação rochosa Pedra da Galinha Choca.

Se todos esses significados negativos vieram à tona, quais permitiram a Maria Luiza expressar uma imagem positiva? Aqui é preciso ressaltar o papel dos responsáveis pelo marketing político que inauguraram um novo jeito de fazer campanha publicitária na política. Carvalho (1999) ressalta que, com a extinção da Lei Falcão e a autonomia dos partidos para gerir o Horário Eleitoral Gratuito (HGPE), foi necessária a participação de profissionais da comunicação para a elaboração dos programas políticos. A campanha de Maria Luiza contou com jovens comunicólogos que tinham alguma relação com a esquerda, possuíam experiência e se dispuseram a trabalhar voluntariamente, envolvendo-se com a campanha.

Carvalho (1999) traz um perfil dos que ficaram conhecidos como “meninos da comunicação”, pois assim eram chamados pelos dirigentes do PT. Eram eles: Paulo Linhares, que assumiu a coordenação da área de *marketing* da campanha e era formado em Comunicação pela UFC. Trabalhou em São Paulo nas revistas Quatro Rodas e Realidade e na produção do Jornal Bom Dia São Paulo; Fernando Costa, estudante de Ciências Sociais da UFC, militante trotskista, era publicitário da agência Mark e redigia os textos dos programas de TV; Beatriz Furtado, militante de esquerda da ala trotskista do PT; na época trabalhava na TV Cidade e ficou responsável pela edição dos programas; Paulo Mamede tinha atuação no PT, tendo sido candidato a deputado estadual em 1982. Foi responsável pelo recrutamento dos profissionais da comunicação para a campanha. À época, era estudante de Comunicação Social da UFC. Marcos Moura era militante do PT, atuava na produção de vídeos de forma independente. Por sua experiência com filmagens, era o responsável pela produção dos vídeos. Ainda contribuíram Elísio Costa, de formação publicitária, sem militância no PT, que era responsável pela edição dos programas; Maria Amélia Mamede, irmã de Paulo Mamede, estudante de Comunicação Social da UFC. Marília Rabelo, Zínia Araripe e Elisabeth Jaguaribe, jornalistas, a elas era atribuída a função de assessoria de imprensa.

Havia uma imagem da Maria Luiza a ser trabalhada nos meios de comunicação por essa equipe. Temos de um lado uma militante dos movimentos sociais, de esquerda, divorciada; do outro temos a imagem de “uma mulher como outra qualquer”, uma mãe,

⁴⁶ Entrevista concedida por Maria Luiza Fontenele. [ago. 2013]. Entrevistadora: Rebeca do Nascimento. Fortaleza, 2013.

uma Maria. Na análise de Barreira:

A presença do feminino como estratégia de disputa eleitoral revela vários pontos interessantes. Ao captar os símbolos “positivos” e isolar os “negativos” a campanha para a Prefeitura construiu espaços de identificação capazes de atingir seus objetivos naturais: angariar a adesão de diferentes segmentos da sociedade em questão. Nesse sentido, o trecho da música que aponta a candidata como “uma mulher como outra qualquer” vai ao encontro de um ideal que aproxima a mulher da categoria povo. (BARREIRA, 1993, P. 448).

Sobre a estratégia da equipe de *marketing*, Carvalho (1999) afirma:

Rosa da Fonseca, escudeira fiel da Maria Luiza era uma presença ativa na campanha de rua, oradora nos comícios, mas tacitamente vetada para aparecer nos programas de televisão, assim como nos cartazes e outdoors da candidata. Procurava-se invisibilizar o que era reconhecido como mais radical (CARVALHO, 1999, p. 151).

A música *Maria, Maria* de Milton Nascimento e Fernando Brant, de 1978, além de trazer o nome da candidata, recorre aos elementos positivos que cabiam à mulher guerreira e à militante aguerrida dos movimentos sociais como a força, a raça, a gana. Além da identificação da mulher como outra qualquer que vive, que ama, que aguenta. Aquela que sorri, chora, tem graça, sonhos e fé na vida. São aspectos que foram ser relacionados à trajetória de Maria Luiza. Abaixo a letra da canção que se tornou “[...] trilha sonora da campanha” (CARVALHO, 1999, p. 154).

Maria, Maria
 É um dom, uma certa magia
 Uma força que nos alerta
 Uma mulher que merece
 Viver e amar
 Como outra qualquer
 Do planeta

Maria, Maria
 É o som, é a cor, é o suor
 É a dose mais forte e lenta
 De uma gente que ri
 Quando deve chorar
 E não vive, apenas aguenta
 Mas é preciso ter força
 É preciso ter raça
 É preciso ter gana sempre
 Quem traz no corpo a marca
 Maria, Maria
 Mistura a dor e a alegria

*Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
ter fé na vida*

Percebemos que a campanha de Maria Luiza buscou assimilar uma imagem do feminino, identificando-a com as outras mulheres, possíveis eleitoras. Esse processo de identificação remete à representação descritiva, pois assume o compartilhamento de experiências e contextos entre eleitor e representante. Se Maria Luiza assumiu essa identificação, é preciso indagar quais propostas havia para as mulheres. Como dito anteriormente, o programa de governo só foi elaborado posteriormente. Contudo, em algumas falas, Maria Luiza afirma o que vinha propondo para essa parte do eleitorado, como na assertiva a seguir.

Nós queremos atender as reivindicações das mulheres, com especial destaque à União das Mulheres Cearenses. Ou seja, implantação de creches, maiores oportunidades de emprego nos bairros onde residem, atendimento à maternidade e a possibilidade de criação de um órgão que trate da questão específica da mulher, mais ainda não estão acertados estes pontos (O POVO, 1985).

Ainda que Maria Luiza não entenda mais a representação política como um caminho viável dentro do seu atual posicionamento político, naquele momento houve uma identificação da sua campanha com o eleitorado composto por mulheres no que diz respeito aos símbolos usados. Na fala acima temos, uma preocupação e a indicação de propostas específicas para as mulheres.

4.6 Elementos analíticos de gênero: símbolos, normas, política e subjetividades

A partir da proposta de Scott (1989), entendemos a categoria analítica gênero constitutiva das relações sociais desiguais entre os sexos, além de significar as relações de poder. Vimos que existem quatro elementos correlacionados que a compõem: o simbólico, a normatividade, a política e a subjetividade. Nesta parte do texto pretendo relacionar esses elementos aos usos do feminino na campanha de Maria Luiza. Para Scott (1989, p. 21) importa: “para os(as) historiadores(as), as questões interessantes são:

quais as representações simbólicas evocadas, quais suas modalidades, em que contextos?” Para a presente análise é imprescindível conhecer quais os símbolos referentes ao feminino que foram evocados na candidatura de Maria Luiza.

O que significou a candidatura e vitória de uma mulher de esquerda nas eleições de 1985? Essa pergunta foi realizada de outra forma pela Revista Veja, após o resultado das eleições na edição de 27 de novembro.

Pergunte-se a um político veterano quanto vale a candidatura de uma mulher numa eleição majoritária. Acrescente-se que essa mulher é divorciada, está num partido pequeno com uma plataforma de esquerda e seu principal adversário é um pemedebista. O veterano conhecedor do eleitorado garantirá que não se está diante de uma candidata, mas de uma bizarrice. Como as eleições têm a milagrosa capacidade de sepultar dogmas políticos, Maria Luiza Fontenelle, 43 anos, duas vezes divorciada e militante do PT, é a nova prefeita de Fortaleza (REVISTA VEJA, 27/11/1985).

Percebemos pela assertiva acima como foi percebida a eleição de Maria Luiza. Não era apenas uma mulher: era uma mulher divorciada por duas vezes, militante de um partido pequeno e de esquerda. A matéria ainda acrescenta:

Ela anda de jeans, namora, gosta de ser cortejada, é conhecida como ‘rainha do forró’, pelo hábito de frequentar casas de dança, estudou Sociologia na Universidade de Vanderbilt e, sobretudo faz política de sol a sol com o socialismo na cabeça e a estrela do PT na lapela (REVISTA VEJA, 27/11/1985).

Nota-se que além da surpresa da vitória de Maria Luiza e do PT, havia um significado social em torno de sua candidatura e trajetória pessoal e política carregada de conservadorismo que chega a se considerar uma “bizarrice” tal situação. A análise da Revista Veja está carregada de símbolos que nos proporcionam conhecer como foi percebida naquele momento sua candidatura e sua vitória.

As afirmações e ironia presentes nessas afirmações reportam ao simbólico referente à Maria Luiza e, portanto, à participação política das mulheres. Concomitantemente, como ressalta Scott (1989), os elementos concernentes ao gênero estão relacionados. Dessa forma, o normativo prescreve regras adequadas ou não ao comportamento e/ou a visão que se tem das mulheres, além de normas que prescrevem os símbolos referentes ao masculino e ao feminino. Mulheres não devem se divorciar,

não podem militar - principalmente na esquerda - candidatar-se a cargos eletivos, ter uma vida pública. O papel social atribuído às mulheres em nossa sociedade é cuidar da casa, dos filhos, da família. A elas está destinado o espaço doméstico e aos homens está o público. Esse público é o político, que também se refere às instituições e organizações sociais. Os homens é que devem ocupar esses espaços. Os elementos subjetivos referentes à Maria Luiza surgem numa fala que reconhece os preconceitos pelos quais passou. Lembra os insultos, de “sapatão” à “dona de motel”, mas que também significa sua personalidade ativa desde a infância como influência para sua vida pública.

O subjetivo, segundo Scott (1989), está ligado ainda à distribuição de poder e alcance aos recursos materiais e simbólicos. Não possuímos nem estamos posicionados igualmente nos espaços de poder. Existem grupos sociais excluídos, do qual as mulheres fazem parte. Seja o poder entendido como “poder-para” ou “poder-sobre”, ter capacidade ou dominar (algo/alguém) estar imbricado numa série de relações desiguais que se estabelecem, no caso das relações entre os sexos, por meio de acessos diferenciados a símbolos e normas que ditam o que diz respeito ao masculino e ao feminino.

O significado da vitória de Maria Luiza está ligado ao rompimento de barreiras, ao uso simbólico da mulher na política que foi relacionado à competência, à formação, à trajetória política, à mudança social, à força e à garra. Buscou-se jogar com os elementos de gênero de forma a destacar aspectos positivos em detrimento do que a candidata portava que era considerado negativo.

4.6.1 As charges: exacerbação dos símbolos

Ao procurar os símbolos nas campanhas, chamou-me a atenção a representação de Maria Luiza nas charges do jornal O Povo, realizadas por Sinfrônio⁴⁷, que também cobriu as eleições de 2004 no Diário do Nordeste. A charge é um recurso imagético que busca, por meio de expressões caricaturais e do exagero, expressar uma opinião, uma

⁴⁷ Sinfrônio de Sousa Lima Neto nasceu em Fortaleza, em 27 de junho de 1953. É jornalista de formação. Interessou-se pela arte gráfica desde a juventude. Trabalhou no jornal O Povo como chargista de 1975 a 1991, quando transferiu-se para o Diário do Nordeste, onde atua até hoje. Tem livros publicados e recebeu diversos prêmios.

situação, uma personagem, fazendo uso do humor. As charges de Sinfrônio caracterizam-se pela cobertura política dos acontecimentos locais.

Ao observar as imagens caricaturais de Maria Luiza há uma evidente discordância com a imagem repassada pela própria candidata, que pode ser percebida nas fotografias publicadas nos jornais, algumas das quais foram aqui utilizadas. As charges de Sinfrônio apresentam uma Maria com vestido decotado e batom vermelhos. No entanto, Maria Luiza em nenhum momento nas fotografias veiculadas nos jornais aparece usando qualquer vestido. Usa, na maioria das vezes, calças largas, camisas de botão ou camisetas de malha. Há uma clara contradição entre a imagem de Maria Luiza nas charges e as imagens da candidata nas fotografias presentes nos meios de comunicação. Moema São Thiago também é representada com vestidos; ela sempre usava uma flor no ombro e essa flor também é ressaltada em suas caricaturas apresentando-se como marca da candidata.

Para a leitura dessas imagens utilizo o texto de Erving Goffman “*Gender Advertisements*”. Ao analisar anúncios publicitários, Goffman (1987) lança mão de um conceito da etologia, *display*, que nos animais é o comportamento motivado emocionalmente e que permite em uma situação reconhecer intenções e negociar respostas eficientes para os envolvidos. Nos humanos ocorre algo similar. Os *displays* estabelecem termos de contato nas relações que ocorrem entre as pessoas em determinadas situações. Porém, os *displays* em sociedade não são naturais, mas socialmente aprendidos e compartilhados. Dessa forma, as imagens de Maria Luiza veiculadas nos jornais podem ser pensadas dentro de um conjunto de noções (*displays*): mãe, militante, política, que são construídas socialmente.

Na figura seguinte percebemos o uso de roupas, cores e maquiagem que destoam das fotografias presentes no mesmo jornal e nos outros meios de comunicação. A disputa é reconhecida entre Maria Luiza, Paes de Andrade, Lúcio Alcântara e Antônio Morais, para simbolizar a rivalidade, todos eles estão armados para o confronto no debate a ser realizado no mesmo dia da publicação da charge na TV Cidade, canal filial da rede Record.

Figura 5 - Charge representa disputa entre os candidatos.



Fonte: Jornal O Povo, 07/11/1985.

Figura 6 - Charge representa vitória de Maria Luiza dando surra em Paes de Andrade, seu oponente nas urnas.



Fonte: Jornal O Povo, 18/11/1985

Na charge acima temos Maria novamente portando vermelho e as estrelas em clara referência ao PT, numa insinuação ao papel de mãe que dá uma lição em Paes de Andrade, aplicando-lhe palmadas. Essa foi publicada após o anúncio da vitória do PT.

4.7 Falas de Maria: crítica ao sistema capitalista e à representação política

Hoje, Maria Luiza acredita numa emancipação humana que só pode ocorrer fora do sistema capitalista, ou seja, com sua transformação. Considera existir uma falência política e econômica. Liderança do grupo Crítica Radical, defende o voto nulo e, também o fim do capitalismo. A questão das mulheres, antes debatida especificamente, agora é entendida num contexto mais amplo em que não é suficiente lutar por questões específicas, por uma independência dos homens, pois eles também estão sujeitos à mesma lógica capitalista.

Dessa forma, Maria Luiza crê em outra forma de realizar política. A democracia representativa também está em crise; a política de cotas é entendida apenas como aparato burocrático. A conquista de espaços públicos deve ser baseada na luta dos setores organizados de mulheres, negros, homossexuais, entre outros. Ela não acredita que o governo de mulheres para mulheres seja um caminho viável nesse sistema em crise, tendo em vista que esses diferentes sujeitos estão submetidos às tensões dentro da lógica capitalista em que só há alternativa fora desse sistema.

* * *

Os contextos histórico e político da candidatura de Maria Luiza representaram no Brasil um momento de transição no qual se retomou o processo democrático que havia se encerrado com o Golpe Militar de 1964. Foi um momento propício aos movimentos sociais, devido à nova conjuntura que se estabelecia com a abertura do regime e a anistia já conquistada. As eleições municipais de 1985 vieram para consolidar o fim do regime e dar esperanças de novos rumos políticos.

Em Fortaleza, a situação política parecia definida. Os candidatos com apoiadores mais fortes e conhecidos, como Paes de Andrade e Lúcio Alcântara, tendiam a polarizar

a disputa. Porém, a campanha de Maria Luiza envolveu diversos setores dos movimentos sociais dos quais ela já atuava como o movimento feminista em que ela colaborou com a fundação da UMC, fundamental para sua trajetória pessoal e política. Contou com uma equipe de *marketing* político disposta a apresentar o que Maria Luiza trazia de “novo” em relação aos seus concorrentes. Ela, como deputada estadual, já tinha uma inserção no âmbito institucional, e isso era relacionado à competência e à experiência. Trazia um carisma que ficou evidente na exploração do seu sorriso; conseguiu uma identificação com o eleitorado representada na música “Maria, Maria”, de Milton Nascimento e Fernando Brant. Era uma mulher “como outra qualquer do planeta”. Os atributos considerados negativos e radicais foram isolados pela equipe da comunicação. Foi, então, buscada a imagem de mãe, mulher competente e guerreira, que não se deixa abater.

Ainda que Maria Luiza, hoje, tenha posicionamento contrário às políticas de ação afirmativa ou de reparação para grupos minoritários e na democracia representativa, naquele contexto da sua candidatura percebem-se elementos que permitem abordar o que Mansbridge (1999) ressalta como representação descritiva, ou seja, o partilhamento de experiências e contextos entre representantes e eleitores. Maria Luiza estava preocupada com questões específicas relacionadas com as mulheres. Sua campanha fez uso de símbolos referentes ao feminino no sentido de relacioná-los à sua trajetória, competência, buscando a identificação com o eleitorado.

5. A CANDIDATURA DE LUIZIANNE LINS: CONTEXTOS, TRAJETÓRIA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Retomando a proposta teórico-metodológica de que os contextos e as trajetórias refletem as escolhas da pesquisadora e sujeitos da pesquisa em uma trama permeada pelos sentidos que dão às suas narrativas, prossigo com este último capítulo a análise da candidatura de Luizianne Lins, destacando inicialmente sua trajetória política. Em seguida, abordo a campanha eleitoral em Fortaleza, em 2004, ressaltando a conjuntura política e a dificuldade de Luizianne em sair candidata pelo PT e o enfrentamento com Moroni Torgan (PFL) no segundo turno. Por fim, trato da análise segundo as categorias representação descritiva e gênero, abordando os usos simbólicos do feminino usados na campanha e nos meios de comunicação.

5.1 Trajetória e narrativa: *a guerreira*

Luizianne de Oliveira Lins nasceu em Fortaleza em 1968. Durante sua infância, morou na periferia da cidade, no bairro Mondubim que, segundo ela guardava aspectos de zona rural, onde era possível o contato com a natureza, podia andar descalça, tomar leite de vaca. Posteriormente, veio a morar em bairro central. Na escola era uma aluna ativa, participava de atividades ligadas aos esportes e à dança. A religião foi um fator importante até a adolescência, por influência da avó, que era Testemunha de Jeová. Diante disto, ela dedicou-se à crença religiosa. Luizianne entende que sua entrada na política teve ligação com sua fé, porque ela via na política, assim como na religião, uma forma de mudar o mundo, o que a sensibilizou para os problemas sociais. No colégio que estudou, chegou a formar chapa para o grêmio estudantil, mas sua participação em movimentos sociais ainda iria despontar.

Com o ingresso no ensino superior, engaja-se no movimento estudantil e começa a participar de grupos políticos. O primeiro curso de graduação que Luizianne ingressou foi o de Ciências da Computação, na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Na universidade, engajou-se no movimento estudantil, participando da fundação do Centro Acadêmico (CA) e se candidatou ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da mesma instituição. Integrou nesse momento a Juventude Avançada, que era ligada ao Coletivo

Gregório Bezerra, que se posicionava criticamente ao PT. No semestre seguinte ao seu ingresso na UECE, decidiu cursar Comunicação Social na UFC.

Logo que entrou na universidade, já no curso de Comunicação Social, ela passou num concurso da EMLURB (Empresa Municipal de Limpeza Urbana) para atuar como fiscal de limpeza e urbanização. Concomitante a esses processos, Luizianne engajou-se na campanha à presidência de Lula, em 1989, e desde então se identificou com o projeto do PT. Decidiu deixar o grupo ao qual pertencia. Como líder estudantil, foi presidenta do CA de Comunicação (1990), presidenta do DCE da UFC (1992) e Diretora da União Nacional dos Estudantes (UNE) da Região Nordeste (1993). Quando terminou o curso de Comunicação, assumiu o cargo de professora da Universidade Federal do Ceará, da qual se licenciou quando se elegeu prefeita em 2004.

Após o ingresso no PT, comandou a Secretaria Estadual de Juventude, a Secretaria Estadual de Mulheres, foi Presidenta do Diretório Municipal, Presidenta Estadual, e membro do Diretório Nacional. Paralelamente à sua atuação no partido ao qual é filiada, também participou do movimento sindical ligado à EMLURB. No PT, engajou-se no grupo denominado Democracia Socialista (DS), do qual faz parte até o momento. Para as eleições de 1996, esse grupo decidiu que Luizianne seria candidata a vereadora. Sua candidatura tinha por objetivo levantar questões ligadas a cinco eixos: juventude, mulheres, cultura, sexualidade e educação. Foi a vereadora eleita com maior número de votos do PT naquele pleito. Em 2000, reelegeu-se vereadora. Na Câmara Municipal presidiu a Comissão de Defesa da Mulher, da Juventude e da Criança, criada a partir de um projeto de sua autoria. Em 2002, foi eleita a deputada estadual mais votada entre as mulheres. Na Assembleia Legislativa do Ceará atuou na presidência da Comissão de Agropecuária e Recursos Hídricos e como suplente das Comissões de Orçamento, Finanças e Tributação; de Educação, Cultura e Desporto; de Ciência e Tecnologia e de Defesa Social. Em 2004, foi eleita prefeita e reeleita em 2008.

Percebemos que Luizianne Lins tem uma forte atuação na política desde o movimento estudantil e quando passa ao âmbito institucional prosseguiu atuando em variadas áreas, mas com ênfase naqueles eixos de sua campanha à vereadora, discutindo temas referentes às mulheres (foi relatora de uma comissão especial que investigou o turismo sexual em Fortaleza), juventude e direitos humanos. Tratarei, a seguir, especificamente de sua candidatura à prefeita em 2004, ressaltando a conjuntura política do momento.

5.2 Aspectos da candidatura de Luizianne Lins: percalços, conquistas e significados

Em 2004, temos uma conjuntura política, social e histórica muito distinta de 1985. Se nesse primeiro momento analisado tínhamos uma competição eleitoral sendo iniciada, uma democracia que se inaugurava após mais de vinte anos de ditadura militar, em 2004 a democracia está consolidada do ponto de vista das garantias eleitorais. O PT, que era um partido pequeno, tem a Presidência da República sob o comando de Luís Inácio Lula da Silva. Uma mulher candidatar-se às eleições não é mais considerado uma “bizarrice”. Afinal, Maria Luiza Fontenele fora eleita primeira prefeita de capital, juntamente com Gardênia Gonçalves, em São Luís no Maranhão e, desde então, muitas outras mulheres se candidataram e se elegeram em diversos cargos políticos.

Fortaleza não havia tido outra prefeita desde 1985. Em 2004, Luizianne Lins candidata-se pelo mesmo partido que Maria Luiza, o PT. Após as conturbadas prévias sobre a decisão da sua candidatura, a direção nacional do partido desejava que a esquerda lançasse uma chapa unificada, cujo nome cotado era o de Inácio Arruda, do PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Luizianne Lins venceu as prévias e saiu candidata à prefeita, sofrendo rejeição dentro do próprio partido. Inicialmente em quarto lugar nas pesquisas de intenção de voto, nas quais competiam nos primeiros lugares o citado Inácio Arruda (PCdoB), Moroni Torgan (PFL) e Antônio Cambraia (PMDB), ela avança na reta final, disputa o segundo turno com Moroni Torgan e alcança vitória nas urnas.

As eleições de 2004 foram consideradas pelo jornal O Povo como uma das mais conturbadas vivenciada pelos fortalezenses, como afirma a manchete: “Fortaleza vive eleição mais embolada dos últimos anos” (JORNAL O POVO, 3/10/2004), pois às vésperas das eleições quatro candidatos tinham chances de ir para segundo turno: Antonio Cambraia, Moroni Torgan, Luizianne Lins e Inácio Arruda. O resultado do primeiro turno colocou Luizianne Lins e Moroni Torgan na disputa pelo cargo de prefeito. Nesse momento, houve o apoio da direção nacional do PT à Luizianne, que havia sido melindroso até o momento. No O Povo também é ressaltado esse apoio: “Segundo turno une PT e Luizianne” (JORNAL O POVO, 6/10/2004). O PCdoB antes

adversário, também saiu em apoio à candidatura do PT, mesmo que ressentido da derrota.

No segundo turno, o embate entre Luizianne e Moroni suscita algumas polêmicas. O candidato do PFL questiona um ponto do programa da candidata do PT sobre educação sexual nas escolas da prefeitura, principalmente em torno de um aspecto em especial, em que diz: “[...] conteúdo programático positivo sobre as homossexualidades e os direitos humanos da população LGBT” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2004, p. 92). A interpretação realizada por Moroni e apresentada em seu programa eleitoral é que haverá o ensino sobre *homossexualismo* (termo usado pelo candidato) para as crianças das escolas de rede pública municipal.

Para abordar a questão, a equipe da campanha de Moroni contratou uma atriz para interpretar uma mãe preocupada com a proposta apresentada por Luizianne. O programa do PT, por sua vez, questiona que essa preocupação é inventada pelo candidato adversário, pois se trata de uma atriz, e não uma mãe falando ao programa. O debate encerra-se com Luizianne demonstrando maior trato com o tema, pois conseguiu explicar que sua proposta tratava-se de trazer questões para a escola em respeito aos direitos humanos.

Sobre essa polêmica, Carvalho (2013) analisa que houve um embate acerca de questões morais. De um lado estava Moroni, portador da moral tradicional, “[...] chefe de família, pastor evangélico, policial” (p. 288) e do outro, Luizianne Lins, “[...] mãe solteira, com uma militância destacada na defesa das minorias, reivindicando, em especial, o respeito à liberdade de expressão de orientações sexuais diferentes dos padrões morais ortodoxos” (p. 288). Houve posicionamento da população fortalezense a favor de Luizianne, mas a autora não considera que haja, por conta disso, uma mudança das representações sociais sobre as homossexualidades, pois ao reportar este tema, a população considerava a temática menos importante em relação a outros, além do que, Moroni afirma que Luizianne “[...] trouxe um tema maldito para o interior das casas das famílias em manobra classificada como baixaria” (p.320).

Outro ponto que gerou controvérsias foi a afirmação de Luizianne de que seria “marxista-esotérica”. Em entrevista ao jornal O Povo, ela esclarece o que seria essa postura em que resume em acreditar no marxismo e na luta de classes como teoria, mas não a entende de modo dogmático e também acredita na religião como uma força

transformadora. Esse posicionamento pode ser percebido no seu material de campanha que usava uma lua e uma estrela, como vemos no adesivo da campanha abaixo.

Figura 7 – Adesivo da campanha de Luizianne



Fonte: Acervo LEPEC-UFC

Se no primeiro turno houve acirramento entre os candidatos, no segundo Luizianne despontou à frente do início até o fechamento das urnas. Após a vitória, as características de guerreira e mãe são salientadas pelos meios de comunicação. O seguinte perfil foi traçado pelo jornal O Povo:

Mãe de Tiê, companheira do vereador eleito Sérgio Novais (PSB), Luizianne termina a eleição como vitoriosa incontestada. Mulher que dentro de seu próprio partido, venceu a República. Como se não bastasse, derrotou o governo do Estado, a Prefeitura e, no 2º turno, as forças que fazem oposição ao governo federal. Por linhas tortas, reconduziu o partido de Lula ao comando da capital onde o projeto de poder petista teve início há 19 anos (O POVO, 1/11/2004).

A referência à administração de Maria Luiza era comumente realizada. Esse trecho retoma o governo do PT na capital após 19 anos. É válido ressaltar que lembrar a administração de Maria Luiza trazia uma associação, na maioria das vezes, negativa para a campanha de Luizianne, pois a primeira teve inúmeras dificuldades administrativas que foram, de certo modo, relacionadas à segunda. A imagem da mulher na política trouxe para ambas inúmeros termos pejorativos, os quais tiveram que ser superados. Luizianne, em entrevista cedida a mim, afirma que muito se identificou com uma fala de Maria Luiza em que ela diz: “De puta a sapatão era o gosto do freguês”

(informação verbal)⁴⁸. As duas candidatas, posteriormente prefeitas, enfrentaram uma série de boatos e calúnias que visavam denegrir suas imagens, essas acusações tinham, principalmente, apelo sexual em que ora eram vistas como lésbicas ou como putas porque estavam ocupando um lugar que não é tradicionalmente da mulher.

Essa situação vivenciada por Maria Luiza e Luizianne Lins remete ao significado simbólico da mulher na política. Vimos que para Scott (1989, p. 21), “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre o sexos”, e que o gênero “é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Portanto, a pesquisadora e o pesquisador devem atentar para os modos de constituição de tais relações em diferentes contextos. Dessa forma, temos as representações das candidatas ligadas à ordem do profano que é ressaltado pelo lugar sexual, de toda sorte, é tentado a partir da moral, desqualificá-las.

O significado da vitória de Luizianne talvez escape às explicações e análises políticas. A própria considera que por Fortaleza ser uma cidade insurgente, que vota na esquerda, pode tê-la favorecido. De um primeiro turno com vários candidatos (eram onze no total) em que os candidatos principais possuíam chances de ir para o segundo turno, Luizianne despontou e continuou na disputa com Moroni Torgan. O programa dele era pautado no medo, no tema da segurança e da violência, enquanto que Luizianne era a candidata do amor. A campanha procurava mostrar que Luizianne conhecia a cidade, pois era “gente da gente”⁴⁹, além de ter sido vereadora e deputada estadual, ou seja, ela possuía competência para governar.

5.3 Representação política: imagens de um contexto

O resultado das eleições de 2004 no que se refere à presença de mulheres apresentou os seguintes números no Brasil: 7,52% de prefeitas eleitas o que representava um total de 418 em relação a 5.141 prefeitos. Percebe-se nesses números a sub-representação e sua inserção num grupo social excluído dos espaços de

⁴⁸ Entrevista concedida por Luizianne Lins. [jul. 2013]. Entrevistadores: Genilria Maria, José Sérgio Juvêncio e Rebeca do Nascimento.

⁴⁹ Moroni Torgan nasceu no Rio Grande do Sul, um dos aspectos que pesavam contra ele na campanha. Ele buscava em seu programa mostrar que tinha escolhido o Ceará para morar e que seus filhos nasceram em Fortaleza. Também era chamada atenção para sua atuação na CPI do Narcotráfico, quando deputado federal pelo estado do Ceará.

representação política. O jornal O Povo expressa essa realidade na seguinte manchete: “Mulheres disputam somente sete prefeituras no 2º turno” (JORNAL O POVO, 31/10/2004), e afirma no primeiro parágrafo:

Mesmo representando a maioria do eleitorado brasileiro (51,18%), a participação das mulheres na política é pequena. Elas disputarão vaga para prefeituras em apenas sete dos 44 municípios que terão segundo turno. Segundo a socióloga e diretora colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Almira Rodrigues, esse número é resultado de ‘uma cultura machista que não está só nos homens’ (O POVO, 31/10/2004).

Há uma disparidade entre o número de eleitoras brasileiras e a representação nos cargos eletivos. A composição da Câmara Municipal para o ano de 2005 foi composta por cinco mulheres⁵⁰, resultando em 12,19% do total de 41 vereadores. Vemos que quase não houve diferença em números na formação da Câmara de 1985, que possuía quatro mulheres para cinco, em 2005.

Na citação acima do jornal O Povo, a socióloga Almira Rodrigues ressalta a cultura machista presente na sociedade brasileira como um elemento para essa exclusão. Avelar (2001) aponta algumas das razões para a baixa presença de mulheres na política. Ela ressalta a socialização diferenciada entre meninas e meninos: “[...] o problema está em educar ensinando que o mundo da política é um mundo dos homens, delegando assim a metade da população as decisões que são do interesse de todos” (AVELAR, 2001, p. 152). E cita outros fatores: o ciclo de vida da mulher interfere em seu envolvimento com a política, pois presume maior envolvimento com as atividades domésticas assumidas, por exemplo, com o casamento e a maternidade.

Sobre os tipos de famílias e estruturas familiares brasileiros, a autora ressalta que ainda temos modelos de famílias tradicionais em que se baseia a divisão de tarefas por sexo, o que complementa as razões anteriores. O acesso diferencial a recursos econômicos e sociais que pela posição das mulheres à esfera privada, diminuem suas chances de ascender economicamente e socialmente, o que na carreira política apresenta-se como fundamental. Capital social *versus* capital emocional; a autora, baseada no conceito de Bourdieu considera que as mulheres estão menos presentes em áreas de *status*, o que acarreta em menor capital social. Elas detêm maior capital

⁵⁰ Nelba Fortaleza (PMDB) Dra. Terezinha de Jesus (PMDB) Deborah Soft (PTN) Regina Assêncio (PMDB) Fátima Leite (PHS).

emocional próprio às atividades que desenvolvem, como a de cuidado. Esse capital é menos valorizado na competição do mercado de trabalho ou na política.

As estruturas dos Estados podem contribuir positivamente para a ascensão de mulheres à política ou, pelo contrário, dificultá-la. Regimes políticos democráticos tendem a prover maior participação de todos, mas é preciso garantir que, de fato, todos participem. Estados fundamentalistas, baseados no tradicionalismo e na religiosidade, chegam a proibir a presença de mulheres na política, tornando evidente que essa participação é ainda mais dificultosa.

Podemos ver que as razões são várias para o atual estado da representação política de mulheres, justificadas, entre outras razões, por uma socialização desigual entre homens e mulheres que remetem às normas de gênero indicadas por Scott (1989) que estabelecem funções, espaços e atividades próprias a cada um dos sexos. As candidaturas de mulheres, muitas vezes, assumem, como Barreira (1998) ressalta, o sentido de romper com esses obstáculos sociais, para adentrar um lugar que não lhes foi designado.

Sobre a candidatura de Luizianne, um dos candidatos derrotado no primeiro turno, Heitor Férrer (PDT), afirma num comício noticiado no jornal O Povo de 29 de outubro de 2004:

O deputado estadual Heitor Férrer (PDT) participou do comício e destacou a valentia de Luizianne durante toda a campanha, desde o primeiro turno. 'Éramos dez homens e uma mulher. Ela derrubou nove. É o que se chama no interior de 'surra de saia'. Agora, falta derrubar um, ela vai conseguir' (JORNAL O POVO, 29/10/2004).

Luizianne assume assim uma postura de guerreira e valente frente ao próprio partido que não a apoiou inicialmente e aos candidatos que enfrentou. Ela reconhece as adversidades encontradas.

Olhe eu acho que é um processo longo, difícil, porém tem sido importante, agora não é uma coisa fácil porque é tanta adversidade que as mulheres vivem que eu acho que muitas optam por não viver essa dificuldade também, não é só porque as mulheres têm medo ou porque, primeiro assim tem o problema social que diz, política não é coisa de mulher, a gente cresce ouvindo muitas vezes isso, que agora isso aí pode mudar, mas assim, muda lentamente. Só pra vocês terem uma ideia em 2005 a 2008 eu fui a única mulher prefeita de capital entre as 27 capitais, porque eu militava na frente Nacional de Prefeitos, eu fui vice-presidente relações internacionais da Frente nacionais de prefeitos que agrega as 200 cidades com mais população no

Brasil, entre elas as capitais, eu era a única prefeita mulher, então quando juntava plenário de prefeitos só tinha eu. E, de 2008 a 2012, era eu e outra que não consegui nem terminar o mandato porque foi cassada que foi a Mícarla de Sousa em Natal, só nós duas, então na solidão era eu e ela nos espaços de capital, claro que tinha de outras cidades menores, mas prefeita de capital também (informação verbal)⁵¹.

Ao reconhecer seu papel de mulher na atuação política, Luizianne assume um dos pressupostos que se estabelece na representação descritiva, a identificação com o eleitorado feminino, mas para responder se mulheres devem representar mulheres, recorro ao seu programa de governo. É um projeto amplo, composto de mais de cem páginas que busca contextualizar os diversos problemas enfrentados pela cidade de Fortaleza, aborda e propõe questões relacionadas à saúde, educação, segurança, moradia, transporte, etc. Deter-me-ei aos temas abordados referentes às mulheres. Ainda nas primeiras páginas é afirmado: “Assumimos a responsabilidade de promoção e defesa da efetivação dos direitos de todos e todas, em especial, de segmentos sociais mais violentados: mulheres, crianças, homossexuais, idosos, negros e portadores de deficiência”. (PROGRAMA DE GOVERNO, 2004, p. 4). Então, sua campanha distingue os grupos vulneráveis socialmente.

O programa pauta-se em quatro eixos: 1. “Democratização e participação popular – cidadão e a cidadã decidindo a cidade; 2. O meio-ambiente urbano – promover e defender a vida e o direito à cidade; 3. Direitos humanos para todos e todas; 4. Distribuição da riqueza” (idem, p. 12). Cada um desses eixos é destrinchado e contextualizado. As questões das mulheres os perpassam, mas são tratadas especificamente no item: “Equidade de gênero e políticas públicas para mulheres” em que é destacada a criação da Secretária Nacional das Mulheres no governo Lula. E afirma:

O desafio dessa gestão será, portanto, promover igualdade e cidadania, através de políticas públicas para as mulheres, que venham garantir as mesmas oportunidades para mulheres e homens, de forma que ambos possam se desenvolver e participar igualmente em todos os espaços da sociedade. (PROGRAMA DE GOVERNO, 2004, p. 70).

São ressaltadas algumas condições relativas às mulheres em Fortaleza, relacionadas à violência doméstica e à exploração sexual. É destacado que se deve

⁵¹ Entrevista concedida por Luizianne Lins. [jul. 2013]. Entrevistadores: Genílria Maia, José Sérgio Juvêncio e Rebeca do Nascimento Coelho. Fortaleza, 2013.

garantir universalidade de direitos e cidadania e são apresentadas as seguintes propostas: criação de Secretaria de Mulheres; Implementação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Promoção de Trabalho e Renda para as Mulheres; Programa Municipal de Combate à Violência contra a Mulher; Políticas públicas na área da saúde, com ampliação do Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (PAISM), implantação de Comitês de Monitoramento da Mortalidade Materna, entre outras propostas de capacitação de profissionais para tratar de questões relativas às desigualdades de gênero; políticas referentes aos direitos sexuais e direitos reprodutivos, a exemplo do planejamento familiar e efetivação do Plano Nacional de Combate à Homofobia, em especial à lesbofobia; na área de educação e cultura foi proposto “um programa de educação não sexista, antirracista, não homofóbica e não lesbofóbica” (Idem, p. 76), além da “inclusão de professores de origem negra, indígena e de orientação sexual diversa” (ibidem) e produção de material didático acerca da população negra e indígena.

Luizianne Lins tem um posicionamento menos radical que Maria Luiza sobre a representação política, a política de cotas, a própria política e a democracia. Ela, desde o início de sua vida na política institucional, trouxe temas menos explorados e até considerados tabus. Como vimos, Moroni se posicionou contra o programa de governo de Luizianne no que concernia à questão das homossexualidades. Luizianne reconhece seu papel de mulher na política, percebendo seus entraves e adversidades, mas, além disso, buscou perceber a realidade das mulheres em Fortaleza e apresentou variadas propostas.

5.4 Elementos analíticos de gênero: símbolos, normas, política e subjetividades

Vimos que sobre Maria Luiza foram ressaltados inúmeros aspectos pejorativos. Luizianne também vivenciou situações semelhantes em que insultos eram difundidos sobre sua sexualidade, ora designando-a como lésbica, ora como “namoradeira”. Esses ataques têm origem simbólica e normativa sobre os papéis referentes às mulheres. Não cumprir as determinações esperadas aos papéis de gênero resulta numa contravenção socialmente rotulada.

Anteriormente citei que no embate entre ela e Moroni, ficaram contrapostos os sentimentos de amor e medo. Num programa eleitoral de Luizianne durante o segundo turno, ela fala:

Quando a gente tem filho, a gente descobre um novo significado para a palavra amor, a gente passa a compreender melhor ainda o sentido do cuidar e estende esse sentimento para as outras pessoas que também precisam de carinho, segurança, saúde, escola, de oportunidades. Quando a gente entende que só a força do amor pode mudar para melhor a vida de toda uma cidade.⁵²

Mais à frente segue um dos jingles da campanha:

Por Amor

Por Amor

Por Amor a Fortaleza

Por Amor

Por Amor

Luizianne com certeza

São ressaltados, portanto, o amor e o cuidado de mãe, relacionados ao cuidado com uma cidade. Os programas eleitorais a que tive acesso também procuraram enfatizar as atuações como vereadora e deputada, como símbolo de competência.

Em relação à imagem de Luizianne repassada pelos meios de comunicação, foram ressaltados, por exemplo, o cuidado com o filho concomitante às responsabilidades políticas. A matéria do Diário do Nordeste de 03/10/2004, após o primeiro turno das eleições, traz um desabafo de Luizianne Lins, reforçando seu pedido de desculpas ao filho por não estar presente como gostaria, devido à jornada, como a própria candidata define, da campanha eleitoral, afirmando: “Eu quero pedir desculpa ao meu filho por estar tão ausente, cuidando do filho dos outros” (DIÁRIO DO NORDESTE, 03/10/2004). O texto do jornal afirma:

O desabafo emocionado de uma mãe candidata deixa agora, ao final da campanha, transparecer o choro contido por tanto tempo. Ao falar do filho de quatro anos, Luizianne não esconde as lágrimas, que lhe escorre pela face avermelhada pelo sol das atividades eleitorais (DIÁRIO DO NORDESTE, 03/10/2004).

⁵² VÍDEO do Programa Eleitoral Gratuito do Segundo Turno das Eleições de 2004. 2004, 12 min., Color. Acervo: Laboratório de Estudos de Política, Eleições e Mídia (LEPEM-UFC).

Quanto ao simbólico, duas imagens de Luizianne foram ressaltadas nos jornais: a de *guerreira*, devido às dificuldades de lançar sua candidatura e ainda assim sair vitoriosa nas eleições, e a de *mãe*, no final da campanha.

Figura 8 – Diário do Nordeste destaca vitória de Luizianne Lins.



Fonte: Diário do Nordeste, 1/11/2004.

Esta fotografia de Luizianne pode ser comparada à de Maria Luiza também do seu anúncio de vitória das eleições, em que temos a Maria caracteristicamente sorridente e de Luizianne também demonstrando alegria, reforçado o seu papel de guerreira com o uso do chapéu de couro, remetendo à cultura nordestina de resistência.

Notam-se diferenças acerca dos papéis de mãe na candidatura de 1985 para 2004 nos meios de comunicação. Em relação à Maria Luiza, não foi citado pelos jornais como podia aliar sua vida política ao papel de mãe, mas para Luizianne Lins destacou-se essa

questão ao mencionar o seu desabafo sobre a distância do filho no período da campanha. Além disso, para Maria Luiza, havia um reforço da maternidade no sentido de apaziguar as posições radicais de esquerda a ela relacionadas. Barreira (1998) ressalta a estratégia da equipe de comunicação de Maria Luiza em destacar o papel de mãe da candidata. Paulo Linhares, coordenador da campanha, afirma:

A gente pensou em um programa que na época teve um efeito incrível. Naquela época tinha o problema da separação e o papo feminista da Maria. Então eu disse: olhe, tudo isso que você quer falar é muito complicado, mas eu acho que você pode defender essas coisas que você pensa sem falar o que você quer falar. Mostra que a relação com sua filha é uma coisa boa, que você tem uma relação incrível com sua filha. Então a Maria ligou uma música que ela gostava de ouvir com a filha, nós apagamos as luzes, aí teve um papo muito bonito dela com a filha falando da separação. O programa teve uma repercussão incrível porque ajudou a desmanchar preconceitos e mostrou uma mãe separada conversando com uma filha bonita e legal. (Apud Barreira, 1998, p. 116).

As candidaturas de mulheres, portanto, buscam por meio das atribuições dos papéis tradicionais de gênero jogar com imagens positivas em detrimento do que é considerado negativo.

5.4.1 As charges

As charges de Sinfrônio apresentam mudanças na representação da candidata à prefeita dezenove anos após a campanha de Maria Luiza. Enquanto esta foi representada usando vestidos, decotes; Luizianne aparece nas charges de calças e camisas. Seguindo sua intenção de cobrir as eleições, o chargista representa os acontecimentos políticos. Há diferenças entre a representação de Maria Luiza que aparecia com vestido para uma Luizianne caracterizada com calças e camisas de manga.

O apoio dos dirigentes do PT à Luizianne, após sua ida ao segundo turno, é registrado nas imagens a seguir:

Figura 9 - Charge ironiza apoio de PT à Luizianne.



Fonte: Diário do Nordeste, 08/10/2004.

Nesta primeira temos José Guimarães afirmando que: “Sabe, nós sempre acreditamos em você” , ao que Arthur Bruno confirma: “Sempre”, numa clara ironia à situação inicial da candidatura em que os dirigentes do PT não a apoiaram.

Figura 10 - Apoio do PT à Luizianne é novamente ironizado.



Fonte: Diário do Nordeste, 05/10/2004.

Na segunda, temos Lula ao centro, acompanhado de José Dirceu e José Genoíno, ao fundo Inácio escanteado. Os três seguram uma faixa “Luizianne p/ Prefeita”.

A seguir, temos o prefeito Juraci Magalhães declarando: “ Vou apoiar você!!” e Luizianne retruca: “Não faz isso comigo não”. O apoio de Juraci foi de fato declarado na época, mas devido à baixa popularidade com que o prefeito deixava o cargo e os posicionamentos distintos, Luizianne não aceitava tal apoio.

Figura 11 - Charge ironiza apoio de Juraci Magalhães, prefeito de Fortaleza à época, à Luizianne.



Fonte: Fonte: Diário do Nordeste, 12/10/2004.

Se o primeiro turno foi bastante acirrado, o segundo turno ocorreu com maior tranquilidade para Luizianne Lins. A pesquisa do IBOPE divulgada no O Povo em 23 de outubro de 2004 apresentava Luizianne com 55% das intenções votos, enquanto Moroni apresentava 39%. Sinfrônio brincou com a palavra “Desmoroni”, como vemos a seguir:

Figura 12 - Charge ironiza o baixo desempenho de Moroni no segundo turno



Fonte: Diário do Nordeste, 24/10/2004

A maior diferença que percebo entre as charges do capítulo anterior e a deste é quanto à representação caricatural de Luizianne Lins. Se as charges fossem coloridas, as roupas de Luizianne, sem dúvida, seriam vermelhas, pois na maior parte das suas fotografias e nos vídeos ela estava usando roupas da referida cor. Todavia, não temos mais os vestidos decotados usados em Maria Luiza, pois Luizianne é representada com camisas do PT e calças. Os elementos femininos agora presentes são a boca marcada e o salto alto. Os *displays* aqui percebidos remetem mais à conjuntura política do que às representações de mulher.

* * *

Vimos que a candidatura de Luizianne Lins foi forjada sob forte disputa no interior do partido que considerava Inácio Arruda o candidato capaz de fortalecer as bases de esquerda na capital Fortaleza. Ela saiu candidata, chegou ao segundo turno com Moroni Torgan e venceu as eleições, o que reforçou sua denominação de guerreira pelos meios de comunicação, sem esquecer, contudo, o seu papel de mãe.

Luizianne identifica-se com as eleitoras, considerando-se uma porta-voz de seus direitos. Dessa forma, reconhece as dificuldades e a opressão feminina e, por isso, a importância de propostas específicas em seu programa de governo. Este é o elo que me permite relacionar a representação descritiva com os símbolos femininos evocados de guerreira e mãe durante a campanha que buscou, no carinho e no amor relacionados à maternidade, um paralelo com as responsabilidades de uma prefeita que conhece os desafios a serem enfrentados e tem competência para governar, resgatando suas ações como vereadora e deputada estadual, quando se dedicou aos temas dos direitos humanos, juventude, mulheres, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação propôs criar um novo contexto comparativo a partir das candidaturas ao cargo de prefeita de Maria Luiza e Luizianne Lins. Como exposto anteriormente, entendendo que contextos resultam de escolhas intencionais da pesquisadora e que os saberes e a própria objetividade de uma pesquisa requerem uma parcialidade do conhecimento. Dessa forma, foi possível, devido às questões orientadoras e à construção da argumentação desta análise, criar este contexto.

A resposta para a pergunta orientadora desta dissertação tem um sentido pessoal, pois afirmo que sim, mulheres devem representar mulheres nos espaços políticos. Dessa maneira, é possível o reconhecimento das condições opressoras a que as mulheres estão submetidas e uma possível mudança a partir do tratamento, na esfera política, de questões específicas às mulheres. Esse sentido de cunho pessoal, que não se pode deixar de frisar, tem um aspecto histórico e faz parte das experiências que compartilho com outras mulheres no atual momento, seja dentro ou fora do movimento feminista, ou da universidade como lugar de produção do conhecimento.

A resposta teórica para esse questionamento deu-se por meio do conceito de representação descritiva trabalhado por Mansbridge (1999), que entende, no partilhamento de experiências e contextos entre eleitores e representantes, o elo para mudar o significado social que considera que mulheres, negros, homossexuais não podem ou não devem governar. Vimos que a participação das mulheres na política não é apática; temos uma longa história do movimento feminista que, pelo menos, desde a Revolução Francesa, vem colocando abaixo argumentos falaciosos que justificam a opressão feminina. A dita cidadania e direitos universais não se aplicam a todos. Muitos têm sido excluídos dessa denominação; entre eles estão as mulheres, os negros, os homossexuais etc.

As candidaturas de 1985 e de 2004 apresentam contextos políticos e históricos bastante distintos. Nesses dois momentos, despontaram, na mesma cidade, duas candidatas de trajetórias semelhantes, ponto de partida de minha análise. Esses contextos foram trabalhados em três eixos (teórico-metodológico, histórico e analítico) que obedecem a dois sentidos, um diacrônico, que segue uma ordenação cronológica

dos fatos no tempo, e das próprias questões da pesquisa, e outro sincrônico, que me permitiu relacioná-los.

As trajetórias de Maria Luiza e Luizianne permitem uma associação entre o movimento feminista e as questões aqui discutidas acerca da representação política e das relações de gênero.

Ambas veem na infância e na adolescência os primeiros passos para o posterior engajamento político. Maria Luiza percebe nas suas atividades escolares um ensaio para as atividades no palanque. Luizianne considera sua formação religiosa uma forma de sensibilização para os problemas sociais, entendendo a religião, assim como a política, como elementos transformadores do mundo social. Maria Luiza também teve na Igreja uma influência para a militância com atuação na Ação Popular que era uma organização da esquerda católica. Elas têm em comum a participação no movimento estudantil em momentos distintos. Maria Luiza participou da luta contra o regime militar de 1964, enquanto Luizianne, em fins da década de 1980, participava da reestruturação das entidades estudantis.

O movimento feminista teve papel fundamental para Maria Luiza que via nos enfrentamentos das questões específicas às mulheres o seu crescimento pessoal. Luizianne tem outro envolvimento a partir de sua militância partidária no PT. Ela envolveu-se com essas questões em secretarias ou nas próprias atividades enquanto parlamentar. Ambas buscaram levar à política institucional os desdobramentos da luta feminista.

A garantia de direitos civis e políticos das mulheres encontra-se mais consolidada, em 2004, após a Constituição de 1988, do que em 1985. Há preocupação do governo federal com as demandas de questões ligadas às mulheres com a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), responsável por catalisar as ações voltadas para as mulheres. A participação política de mulheres ganhou novos contornos com a regulamentação da política de cotas por sexo nas candidaturas, a partir de 1996. Uma discussão ausente em 1985, em virtude da própria dinâmica de redemocratização política do país que estava envolvido com a volta da legitimidade dos partidos e dos processos eleitorais.

O envolvimento com o PT tem diferentes acepções para Maria Luiza e Luizianne. Em 1985, vivia-se no Brasil a redemocratização, quando os partidos

voltavam a organizarem-se institucionalmente. O PT estava nesse processo e a candidatura de Maria Luiza poderia sinalizar um crescimento do partido entre os movimentos populares e no estado do Ceará. O contexto político de Luizianne é outro momento de maior consolidação democrática e liberdade para os partidos políticos. A campanha de Lula para a presidência, em 1989, chamou atenção da jovem militante que, a partir daí, passou a identificar-se com o projeto do partido.

A candidatura de ambas à prefeita reforçou a competência das candidatas que já tinham disputado e ocupado cargos eletivos. Maria Luiza estava no segundo mandato de deputada estadual; Luizianne foi vereadora e também deputada estadual. Suas atuações na política institucional buscavam conciliar demandas dos movimentos sociais e questões ligadas aos direitos humanos.

As campanhas e a imprensa atribuem e jogam com as diferentes acepções ligadas aos símbolos femininos. Vimos que, por parte da equipe de comunicação de Maria Luiza, foram realizados esforços no sentido de atenuar os posicionamentos radicais que pesavam sobre a candidata, como o divórcio e a atuação aguerrida nos movimentos sociais em nome do reforço de outros papéis que poderiam ser trabalhados positivamente. Dessa forma, a maternidade assumiu para Maria Luiza esse contraponto em relação aos atributos negativos. O sorriso foi um elemento da “estética feminina” (BARREIRA, 1998; 1993) considerado de identificação entre a política e o povo, ainda melhor desenvolvida com a música tema da campanha “Maria, Maria”.

A imprensa considerou, a exemplo da Revista Veja, uma “bizarrice” a vitória de Maria Luiza, que portava todos os atributos negativos para uma posição de mulher, ainda mais para uma prefeita. Por outro lado, foram ressaltados o pioneirismo de primeira prefeita de capital e a candidatura de outras mulheres no mesmo pleito. Já em 2004, temos uma preocupação da mídia em destacar a baixa representação política de mulheres. Não deixaram de serem ressaltados os elementos da garra e da força em ambas as candidatas.

A campanha de Luizianne pautou-se no amor e carinho pela cidade que ganhava aspectos de um cuidado de mãe com uma filha. A maternidade para Luizianne é abordada de uma maneira diferente em que se preocupa em refletir sobre a dupla atribuição de política e mãe. No entanto, também é ressaltada pejorativamente a condição de mãe solteira, em virtude de uma relação conjugal não oficializada.

Os programas de governo de Maria Luiza e Luizianne diferem por diferentes razões. Maria Luiza tinha um programa difuso referente às mulheres, sem todas as propostas fechadas, enquanto que o de Luizianne Lins apresentava-se mais completo e trazia uma série propostas em várias áreas, com destaque ao respeito aos direitos humanos e aos grupos sociais excluídos. Maria Luiza não entende mais a representação política como um caminho viável para a transformação da sociedade. Ela considera que os espaços públicos devem ser ocupados por mulheres como resultados de lutas, e não pelo que ela considera como aparatos burocráticos, a exemplo da política de cotas.

A participação das mulheres na política é um tema instigante e é válido se questionar sobre a representação nesse âmbito. A conquista real de direitos passa pela política. Uma melhor representação de mulheres nas esferas de poder e decisão pode mudar as condições excludentes pelas quais as mulheres estão subjugadas.

O momento em que escrevo esta dissertação é interessante para pensar a participação política de mulheres no contexto latino-americano em que a Presidenta Dilma Rousseff tenta a reeleição e temos mais duas presidentas, Michele Bachelet (Chile) e Cristina Kirchner (Argentina). São realidades diversas vivenciadas no continente que me instigam a dar continuidade à pesquisa sobre o tema.

ANEXO 01

Roteiro de Entrevista

Perfil

Nome:

Idade:

Profissão:

Estado Civil:

1. História de vida

-Neste tópico o objetivo é conhecer as trajetórias de ambas as prefeitas, procurando conhecer aspectos considerados relevantes de suas histórias de vida.

Falar sobre aspectos considerados relevantes de sua história de vida.

Pergunta aberta sobre suas trajetórias.

2. Trajetórias Política

-Neste tópico o objetivo é conhecer qual o papel da militância política em suas trajetórias para perceber o quanto foi significativo ou não para sua posterior entrada na política partidária e institucional.

Quando iniciou a militância estudantil?

Por quais motivações/influências?

Perguntar sobre relação com o movimento feminista.

Quando ocorreu a Militância Partidária? Por que o PT? Quais razões e interesse?

3. Carreira Política

-Este tópico visa conhecer aspectos da militância partidária e cargos eletivos.

Quando pensou em candidatar-se a um cargo público. Por quê?

Houve uma arregimentação por parte do PT? Interesse do partido na candidatura ou partiu de si mesma?

4. Participação Política de Mulheres

-Este tópico visa conhecer as opiniões das prefeitas sobre participação política das mulheres e questões específicas sobre o tema tais como papel dos partidos políticos,

política de cotas, autorrepresentação. Visa também conhecer seus posicionamentos sobre a cobertura midiática e suas candidaturas.

Como você vê a participação das mulheres na política. Desafios e conquistas. No caso de Maria Luiza como ela via a participação das mulheres em 1985.

Como você vê a participação dos partidos para o envolvimento das mulheres na política?

Como você percebe a criação e implantação de políticas públicas voltadas às mulheres?

Quais os desafios e conquistas. Você acha que as mulheres na política podem apresentar mais sensibilidade aos problemas enfrentados pelas mulheres?

O que você considera que mudou (avanços e desafios) com a Lei de Cotas por Sexo nas candidaturas a partir de 1996?

Você acompanhou as notícias sobre sua campanha nos jornais. O que você achou? O que você lembra de mais marcante?

Qual o significado de sua candidatura e vitória?

Quais as pautas políticas no período das candidaturas? Havia pauta específica para as mulheres?

Você acha que as mulheres na política devem representar as mulheres? Se sim, como?

Se não, por quê?

Havia interlocução entre as prefeitas no Brasil na época de seu governo?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes. In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, n. 52, p. 45-77, 2001.

AVELAR, Lúcia. Mulher e Política: o Mito da Igualdade. **Social Democracia Brasileira**, p. 40-54, 2002.

_____. **O Segundo Eleitorado: Tendências do Voto Feminino no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1989.

_____. **Mulheres na Elite Política Brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; UNESP, 2001.

ALLEN, Amy. Feminist perspectives on power. In: ZALTA, Edward N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2013. Disponível em <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2013/entries/feminist-power/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BARREIRA, Irllys A. F. Ideologia e Gênero na Política: estratégias de Identificação em Torno de uma Experiência. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p.441-468, 1993.

_____. **Chuva de Papéis: Ritos e Símbolos de Campanhas Eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BAUER, Martin. W.; GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: GASKEL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. 7. Ed. Petropólis: Vozes, 2008.

BLAY, Eva. **As Prefeitas**. Rio de Janeiro: Avenir, 1983.

BADINTER, Elisabeth. **Palavras de Homens (1790-1973)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BEZERRA, Glícia M. P. **Greve do Voto: a Política da Antipolítica nas Eleições Municipais de 2004 em Fortaleza**. 2007. 152f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio

Grande do Norte, Natal, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J; FERREIRA, M.M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

BRITO, Maria N. C. Gênero e Cidadania: referenciais analíticos. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2001.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Rejane V. A de. A Campanha de Maria Luiza Fontenelle (PT) à Prefeitura de Fortaleza em 1985. In: _____. **Transição Democrática e Padrão Midiático Publicitário da Política**. Campinas: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

_____. A Campanha Eleitoral e Representações Morais: o Embate Moroni – Luizianne na Campanha pela Prefeitura de Fortaleza em 2004. In: _____. **Campanhas Eleitorais e Comunicação Política: Ciclos de Mudança e Continuidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

CORRÊA, Mariza. Mulher & Política: um debate sobre a Literatura Recente. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 18, p. 27-44, 1984.

_____. **Morte em Família: Representações Jurídicas de Papéis Sexuais**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Ana A. A. **Donas do Poder: Mulher e Política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA - Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Ibope mostra as tendências na ‘boca de urna’**. Fortaleza, 15 de nov. de 1985.

_____. **Sete candidatos disputam a Prefeitura de Fortaleza**. Fortaleza, 19 de ago. de 1985.

_____. **Fortaleza elege a primeira prefeita de capital**. Fortaleza, 18 de nov. de 1985.

_____. **Luizianne avalia a sua campanha**. Fortaleza, 03 de out. de 2004.
DILLEY, R.M. The Problem of Context in Social and Cultural Anthropology. **Language & Communication**, 22, p. 437-456, 2002.

DUARTE, Ana R. F. **Jogos da Memória: O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: Topbooks/Edições UFC/INESP, 2012.

DUVERGER, Maurice. **La participation des femmes en la vie politique**. Paris: UNESCO, 1955.

ESMERALDO, Gema G. S. L. O Reconhecimento de feminismos nas insubordinações produzidas por mulheres no Ceará. **Cadernos Feministas de Economia & Política**, Recife: Casa da Mulher do Nordeste, n. 3, p. 23-51, 2006.

FIRMO, Érico. Segundo turno une PT e Luizianne. **Jornal O Povo**. Fortaleza, 06 de out. de 2004.

GOFFMAN, Erving. **Gender Advertisements**. New York: Harper Torch Books, 1987.

GRIFFITHS, Anne; WOLLHEIM, Richard. How Can One Person Represent Another? **Aristotelian Society**, v. 34, p. 182-208, 1960.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5), p. 07-41, 1995.

HEILBORN, Maria L.; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, S. **O que Ler na Ciência Social Brasileira**. São Paulo: Anpocs/Sumaré, 1999.

HTUN, Mala. A Política de Cotas na América Latina. **Estudos Feministas** (1), Florianópolis, p. 225-230, 2001.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. The Development Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective. **International Political Science Review**, 21 (4), p. 441-461, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA AMÉRICO BARREIRA. **Vereadores de Fortaleza: traços biográficos 1967-1988**. Fortaleza: IPAB, 2008.

JORNAL O POVO. **Candidatos debatem hoje na TV Cidade**. Fortaleza, 07 de nov. de 1985.

_____. **Eleição ganha charme com presença da mulher**. Fortaleza, 15 de out. de 1985.

_____. **Para Moema importa divulgar o partido**. Fortaleza, 16 de nov. de 1985.

_____. **Paes e Maria: momento de decisão**. Fortaleza, 17 de nov. de 1985.

_____. **Maria emocionou o povo na praça**. Fortaleza, 13 de nov. de 1985.

_____. **Povo leva Maria ao Poder**. Fortaleza, 18 de nov. de 1985.

_____. **Maria promete colocar a prefeitura a nu**. Fortaleza, 19 de nov. de 1985.

_____. **Fortaleza vive eleição mais embolada dos últimos anos**. Fortaleza, 3 a 9 de out. de 2004.

_____. **Sou uma marxista esotérica, não dogmática**. Fortaleza, 31 de out. de 2004.

_____. **Erundina reforça palanque da campanha de Luizianne Lins**. Fortaleza, 29 de out. de 2004.

_____. **Mulheres disputam somente sete prefeituras no 2º turno**. Fortaleza, 31 de out. de 2004.

_____. **Da luta estudantil à prefeitura**. Fortaleza, 01 de nov. de 2014.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MANSBRIDGE, Jane. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent “Yes”. **The Journal of Politics**, vol. 61, n. 3, p. 628-657, 1999.

MARSHAL, T. H. Cidadania e Classe Social. In: **Cidadania, Classe social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MIGUEL, Sonia M. **A Política de Cotas por Sexo: Um estudo das primeiras experiências do Legislativo brasileiro.** Brasília: CFEMEA, 2000.

PINTO, Celi R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIERUCCI, Flávio. Problemas com a Igualdade. In: _____. **Ciladas da Diferença.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

PITKIN, Hannah. **El Concepto de Representación.** Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

REVISTA DE ESTUDOS FEMINITAS. Florianópolis: UFSC, 1996.

REVISTA VEJA. **Nasce uma estrela.** São Paulo, p. 48, 27 de nov. de 1985.

RIDENTI, Marcelo. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social.** USP: São Paulo, 2 (2), 1990, p. 113-128.

ROUSSEAU, Jean. J. **Emílio ou Da Educação.** São Paulo: Martins Fontes, 2004

RUSSO, Vanda S. **Partido Político como Referência Política das Mulheres: uma tentativa de análise de dados.** 1999. 118f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: _____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARANTAKOS, Sotirios. Feminist Research. In: **Social Research.** Horendmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

SARTI, Cíntia. Feminismo e Contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, 16, p.31-48, 2004.

SCAVONE, Lucila. Estudos de Gênero: uma sociologia feminista? **Estudos Feministas**, 16 (1), p. 173-185, 2008.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. In: _____. **Gender and the politics of history**. Columbia University Press: New York, 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

_____. Enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1), p. 11-30, 2005.

_____. The Sears Case. In: _____. **Gender and the Politics of History**. Columbia University Press: New York, 1999.

SOUZA, Lincoln M. de. **Crônica de um partido não anunciado: programa e governos do PT entre 1979-2000**. 2004. 615f. Tese (Doutorado) – Curso de Economia, Departamento de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **O Perfil da Vereadora Brasileira**. Rio de Janeiro: PUC, 1987.

TERRAGNI, Laura. A pesquisa de gênero. In. MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia Reflexiva: Pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005

UNITED NATIONS INTERNATIONAL RESEARCH AND TRAINING INSTITUTE FOR THE ADVANCEMENT OF WOMEN. **Experiencias latinoamericanas: mecanismos de cuotas em favor de la participación política de las mujeres**. Santo Domingo, 2006.

VÍDEO do Programa Eleitoral Gratuito do Segundo Turno das Eleições de 2004. 2004, 12 min., Color. Acervo: Laboratório de Estudos de Política, Eleições e Mídia (LEPEM-UFC).

VIEIRA, Luís. Notas sobre o Conceito de Cidadania. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, n.51, p.35-47, 2001.